

APRESENTAÇÃO

Este número especial da Revista PLANEJAR BH relata a história dos 8 anos de construção e implementação do Orçamento Participativo em Belo Horizonte, trazendo as marcas de um governo democrático-popular, comprometido, sobretudo, com a democratização da administração pública. A Prefeitura de Belo Horizonte vem, ao longo desses anos, consolidando uma prática que tem como pressuposto básico instituir um canal efetivo de participação dos cidadãos e cidadãs nas decisões de governo. Essa maneira de governar vem possibilitando à população o exercício de seus direitos básicos, fazendo emergir o real significado da palavra cidadania.

Muito mais do que envolver a comunidade na elaboração do orçamento público, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte instituiu uma nova forma de administrar a cidade, buscando a participação ativa da população na definição de suas prioridades. Também foram introduzidos novos instrumentos gerenciais na administração pública, no sentido de melhorar a qualidade dos serviços prestados.

O Orçamento Participativo, agora dentro de uma nova concepção, é hoje o principal instrumento de participação popular, ampliando o controle social sobre os recursos e as políticas municipais. O OP Regional já aprovou 847 empreendimentos; o OP Habitação contabiliza mais de 3000 famílias beneficiadas até o OP 2000; o OP Cidade vem democratizar as decisões sobre os investimentos que influenciam a vida da cidade, as obras estruturantes, assim como sobre os gastos com as políticas sociais. O Orçamento Participativo Cidade - introduzido no biênio 1999 – 2000 - constitui-se em importante passo na mudança das relações entre a PBH e a comunidade, possibilitando o debate direto e intersetorial das políticas municipais. Ele é fruto de um longo processo de democratização da administração municipal, apontando importantes desafios no sentido da inversão de prioridades e, conseqüentemente, da qualidade de vida das pessoas. Importante, também, foi a criação dos fóruns de participação e controle popular, como as COMFORÇA, a CMOP e a Comissão Conselho da Cidade.

Esta revista pretende registrar a história do Orçamento Participativo em Belo Horizonte, tendo a participação popular como princípio indispensável ao controle social da ação de governo.

Célio de Castro
Prefeito Municipal

ÍNDICE

1- Prática do Orçamento Participativo

1 - Introdução	5
----------------------	---

2- Processo do Orçamento Participativo

2.1 - Orçamento Participativo 1994	6
2.2 - Orçamento Participativo 1995	7
2.3 - Orçamento Participativo 1996	8
2.4 - Orçamento Participativo 1997	10
2.5 - Orçamento Participativo 1998	10
2.6 - Orçamento Participativo 1999 - 2000	11
Georrefenciamento dos Empreendimentos Aprovados	12
1º Congresso Brasileiro de Controle Social do Orçamento Público	14
2.7 - Orçamento Participativo Cidade	15
Introdução	15
Metodologia de Condução	16
Estabelecimento de Compromisso com o OP Cidade	17
Condução do Diagnóstico nas Secretarias Municipais	18
Análise Estratégica Setorial	19
Definição de Prioridades	19
2.8 - Orçamento Participativo 2001 - 2002	24
2.9 - Orçamento Participativo da Habitação	26
2.10 - Experiência da Mobilização do OP Cidade e do OP Regional	28
Breve Histórico da Mobilização na Administração 93/98	
Mobilização no Orçamento Participativo Cidade	
Mobilização no Orçamento Participativo Regional	

3 - Fóruns de Condução do Orçamento Participativo

3.1 - Instâncias de Controle Social	32
Comissão Regional de Acompanhamento e Fiscalização de Execução do Orçamento - COMFORÇA	32
Comissão Municipal do Orçamento Participativo - CMOP	33
Comissão da Cidade	33
Comissão Conselho da Cidade	34
3.2 - Acompanhamento, Fiscalização e Monitoramento do Orçamento Participativo	35

4 - Resultados do Orçamento Participativo

4.1 - Capacitação de Lideranças	36
4.2 - Intercâmbio de Experiências	36
4.3 - Distribuição de Recursos	36
4.4 - Distribuição Setorial do Número de Empreendimentos Aprovados nos Orçamentos Participativos de 1994 a 2002	38
4.5 - Participação Popular nos OP de 1994 a 2002	38
4.6 - Buscando inverter prioridades	40
4.7 - Conclusão	42
4.8 - Memória de Obras	43
Obras Concluídas até Novembro de 2000	43
Obras em Execução em Novembro de 2000	60
Obras Aprovadas no Fórum Regional do Orçamento Participativo 2001 - 2002	61

5 - Anexos

5.1 - Regimento Interno da Comissão Conselho da Cidade	68
5.2 - A Experiência do Orçamento Participativo em Belo Horizonte e as Prioridades da Saúde - Comunicação no Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva	75
5.3 - Pesquisa sobre o Orçamento Participativo	82
5.4 - Orçamento Participativo e Comportamento Eleitoral da População de Belo Horizonte	85
5.5 - Orçamento Participativo Interno da SUDECAP	95
5.6 - Comissão Conselho da Cidade - Um Ano de uma Experiência Pioneira	96

1- INTRODUÇÃO

A história da participação popular no Brasil remonta ao final dos anos 70, quando alguns governos municipais implantaram ações de planejamento com práticas participativas. Desde então, estas experiências têm entrado nas agendas políticas em todo o país, como efetivo programa de governo, sendo um referencial para a reafirmação de gestões democrático-populares.

Belo Horizonte - com cerca de 2,1 milhões de habitantes, distribuídos em uma área de 335 km², 280 bairros formais e 170 vilas e favelas onde vivem cerca de 20% da população - iniciou seu experimento de Orçamento Participativo em 1993.

O processo foi concebido a partir dos modelos já implementados em administrações de caráter democrático-popular, para atender às demandas reprimidas da população, porém, deles se diferenciando de maneira significativa: almejava um controle maior sobre as finanças municipais com a definição detalhada de empreendimentos, valores previamente orçados e o pressuposto de envolvimento da máquina pública. O compromisso se efetivou com a aplicação de cerca de 50% dos recursos municipais destinados a investimentos em empreendimentos regionalizados, escolhidos através da participação popular.

A dinâmica do Orçamento Participativo consiste em realizar plenárias regionais, com o levantamento das demandas de empreendimentos pela população e a escolha de seus delegados, aprovando-se então, num fórum, o **Plano Regional de Empreendimentos**, com a definição das obras a serem executadas e elegendo-se a **Comissão Regional de Acompanhamento e Fiscalização do Orçamento (COMFORÇA)**. Os empreendimentos aprovados têm escopo definido e valores pré-estimados, garantindo-se, com isso, a transparência e a precisão do compromisso firmado.

Em 1996, iniciou-se o Orçamento Participativo Habitação, definindo-se os investimentos em moradia.

A partir de 1998, o processo de escolha dos investimentos regionais passou a ser bianual, sempre se iniciando no primeiro semestre do ano, sendo incorporado ao **Projeto de Lei Orçamentária Anual** entregue à Câmara de Vereadores, em 30 de setembro do ano em curso.

Em 1999, foi implantado o Orçamento Participativo Cidade, discutindo e priorizando as políticas setoriais tais como saúde, educação, assistência social, esportes, cultura, além das políticas urbanas.

No OP Regional 2001 – 2002, introduziu-se o Índice de Qualidade de Vida Urbana – IQVU – que mede a oferta e demanda de serviços nas áreas de saúde, educação, cultura, infra-estrutura dentre outras em cada região da cidade –, o que veio possibilitar maior equidade na distribuição de recursos.

Assim, a prática do Orçamento Participativo, em Belo Horizonte, estabelece novos referenciais de atuação para a administração pública e para a população, seja através da ampliação da apropriação de informações e conhecimentos técnicos por parte da sociedade civil, seja pela introdução do exercício coletivo de se decidir o que fazer com os recursos existentes. Representa, por isso, uma revitalização do setor público, aumentando os espaços decisórios e as possibilidades democráticas, confirmando o compromisso com a inversão de prioridades.

Nesses oito anos, o Orçamento Participativo vem desempenhando um papel fundamental na democratização das políticas públicas e na ampliação da participação popular, buscando a co-responsabilidade na gestão da cidade. Os resultados desses processos, apresentados a seguir, são importantes na expansão do controle social sobre o Estado, indo além dos limites da democracia representativa.

Maurício Borges Lemos
Secretário Municipal de Planejamento

2- PROCESSO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

2.1 - ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 1994 - OP 94

A discussão com a população do orçamento para o ano de 1994 começou em junho de 1993, sendo precedida de uma preparação interna visando envolver o conjunto do governo no trabalho. Os órgãos da administração direta e indireta indicaram um Coordenador de Participação Popular (**CPP**) que, junto com os administradores das nove administrações regionais da cidade e a coordenação geral, formada por representantes das Secretarias Municipais de Planejamento e Governo, constituíram um fórum que discutiu e preparou todo o trabalho.

Ficou definido que a participação popular teria caráter DELIBERATIVO, com a população definindo de fato os Planos Regionais de Obras expressando as prioridades orçamentárias de cada administração regional. Do montante de Recursos Ordinários do Tesouro (ROT) disponível para investimentos, uma parte foi reservada para investimentos gerais na cidade e a outra parte, correspondente a 5% da receita e 50% da capacidade de investimento da Prefeitura foi destinada ao Orçamento Participativo. A distribuição deste recurso foi feita dividindo-se 50% igualmente entre as nove regiões administrativas do município e os outros 50% distribuídos conforme um índice que levou em consideração a população de cada região e sua renda média, cabendo mais recursos a uma região quanto maior sua população e menor sua renda.

Além dos investimentos, a população deveria escolher seus representantes para compor as **COMFORÇA** - Comissões Regionais de Acompanhamento e Fiscalização da Execução do Orçamento Participativo. As **COMFORÇA** teriam como objetivo principal acompanhar o andamento da execução orçamentária e a prestação de contas do cumprimento das prioridades estabelecidas, discutindo e acompanhando, junto à administração municipal, também a preparação da participação popular do orçamento municipal para o ano seguinte.¹

As regiões administrativas foram divididas em sub-regiões, de acordo com a população e de forma que não houvesse grandes barreiras físicas internas a elas. Cada região foi dividida de três a seis sub-regiões, totalizando 37 sub-regiões na cidade.

O processo foi dividido em 6 etapas:

Na **Primeira Rodada**, esclareceu-se sobre o que era o orçamento municipal, apresentou-se a situação econômico-financeira da PBH, realizações

da Prefeitura e projetos em fase de implementação. Foi também explicada a forma de realização do Orçamento Participativo.

Na **Segunda Rodada**, cada região debateu sobre sua realidade social, com apresentação dos equipamentos públicos existentes (número de escolas, centros de saúde, rede de esgoto, água e vias públicas etc); foi informado o montante de recursos disponíveis para investimentos na região; feita a discussão preliminar das prioridades e a distribuição de um formulário para levantamento das prioridades, solicitando a descrição da obra, sua localização, nível de prioridade e população beneficiada.

Na **Terceira Rodada**, foram recebidos os formulários e eleitas três áreas de interesse social e três investimentos por área social, por sub-região. Algumas regiões escolheram nove investimentos prioritários, independentemente da discussão por área. Os investimentos escolhidos foram encaminhados aos órgãos executores, SUDECAP - Superintendência de Desenvolvimento da Capital e URBEL - Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte, para que fosse feita a estimativa de custo. Nesta etapa, foram eleitos os representantes da sub-região e indicados os representantes das Associações de Moradores e de outras entidades organizadas existentes na sub-região para participar do Fórum Regional de Prioridades Orçamentárias.

Entre a Terceira Rodada e o Fórum Regional, além do levantamento dos custos das demandas selecionadas, feito pelos órgãos da PBH, ocorreram as **Caravanas das Prioridades**. Nelas, todos os delegados eleitos visitaram todas as obras demandadas nas terceiras rodadas, para permitir o conhecimento "in loco" das demandas e, assim, propiciar uma visão ampla das necessidades da região.

Nos **Fóruns Regionais de Prioridades Orçamentárias**, os 1.128 delegados eleitos discutiram as prioridades de investimentos levantadas nas sub-regiões e aprovaram os **Planos de Obras Regionais**, contendo as prioridades de investimentos de cada região; foram eleitas as **COMFORÇA** para acompanhar e fiscalizar a execução das obras escolhidas nos Fóruns. Foram eleitos também três representantes de cada Fórum

¹ Maiores detalhes sobre as **COMFORÇA** estão descritos em tópico específico neste documento.

para participar do **I Encontro Municipal de Prioridades Orçamentárias**.

No **Encontro Municipal de Prioridades Orçamentárias**, o prefeito entrega aos representantes das COMFORÇA os **Planos de Obras Regionais** definidos nos Fóruns, comprometendo-se com sua realização.

O OP 94 envolveu mais de 15 mil participantes na discussão e definição de 171 investimentos assim distribuídos: 70% para saneamento, infraestrutura e urbanização de vilas e conjuntos habitacionais; 11% para educação; 10% para saúde; 4% para habitação e 5% para outros empreendimentos.

Após o Encontro Municipal, os investimentos aprovados foram integrados ao orçamento global da PBH e à Proposta Orçamentária encaminhada à Câmara Municipal para apreciação. Apenas três emendas foram propostas pelos vereadores ao Orçamento Participativo. Elas foram apresentadas à Comissão de Orçamento da Câmara e retiradas antes de irem a plenário, devido ao acolhimento positivo do OP junto às lideranças dos bairros.

2.2 - ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 1995 - OP 95

Em 1994, as principais tarefas eram: realizar

as prioridades aprovadas em 1993; ampliar as discussões do Orçamento Participativo, incluindo as despesas de custeio e de pessoal em fóruns específicos, atendendo às expectativas apontadas pelos delegados aos Fóruns Regionais e por membros da Administração Municipal e dos partidos que compunham o governo e viabilizar o aumento dos recursos para o OP. Era também preciso aprofundar a relação com a Câmara Municipal e a comunicação com a sociedade.

Para agilizar a execução das obras, foi criada a Coordenação do Plano de Obras do Orçamento Participativo, envolvendo os órgãos executores (SUDECAP, URBEL e Administrações Regionais) e a Coordenação do OP (Secretarias de Planejamento e Governo).

Dentro desta concepção foi realizado, em 1995, o **OP Setorial**, envolvendo 5 (cinco) áreas (Saúde, Educação, Meio Ambiente, Desenvolvimento Social e Administração de RH e Pessoal). A elaboração dos orçamentos setoriais tradicionalmente envolve apenas a Diretoria de Administração e Finanças da Secretaria e o titular da pasta, mas, dessa vez, o funcionalismo foi convidado a participar, com o intuito de democratizar as decisões e possibilitando a elaboração de um relatório contendo dois ou três projetos e/ou atividades prioritárias, com diretrizes e metas para o ano de 1995. Os relatórios com as



Foto: Vander Bras

Rua Santa Rita de Cássia - Vila Dom Bosco - ANTES

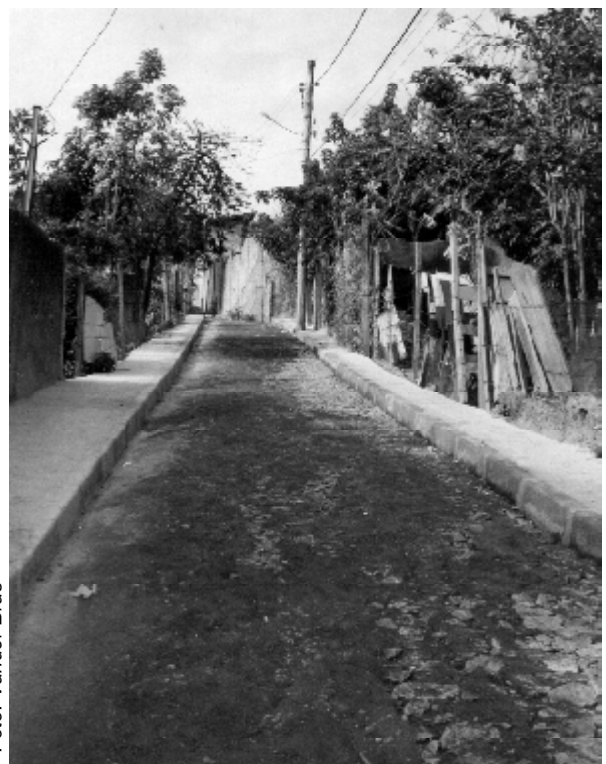


Foto: Vander Bras

Rua Santa Rita de Cássia - Vila Dom Bosco - DEPOIS

indicações de atividades e projetos prioritários de cada órgão foram discutidos no respectivo Fórum Setorial, aberto a todas as entidades representativas e cidadãos interessados. A população presente pôde aprovar recomendações propondo alterações nos projetos/atividades ou a redistribuição de recursos. Também foram eleitos representantes de cada Fórum para participar do **II Encontro Municipal de Prioridades Orçamentárias**.

O levantamento e priorização de investimentos para 1995 repetiram, em sua estrutura, o processo do ano anterior, com alguns ajustes. O primeiro deles foi a inclusão na estimativa de custo dos investimentos, material permanente, despesas referentes a pessoal e custeio para um ano, no caso de equipamentos sociais. As secretarias fim, como Saúde, Educação e outras foram convidadas a dar parecer sobre a necessidade das obras e os custos dos equipamentos. Foi elaborado também um novo formulário para demanda de obras, com melhores orientações para preenchimento.

Foi também incluída na pauta da **Primeira Rodada de Assembléias Populares** a prestação de contas da execução das obras do OP 94, com a distribuição de uma publicação informando sobre a realização de obra por obra do OP.

Na **Segunda Rodada**, foram apresentadas as Diretrizes do Plano Diretor de Belo Horizonte, que estava em elaboração. Além de apresentar o sentido geral do Plano Diretor - que é o ordenamento da estrutura urbana do município - essa discussão procurou acrescentar à análise dos problemas e soluções regionais a dimensão do conjunto de variáveis da cidade. Houve debates com os membros das COMFORÇA e nas segundas rodadas de Assembléias Populares, realizadas nas sub-regiões. Os representantes das Administrações Regionais apresentaram as Diretrizes Gerais do Plano Diretor e a relação dos problemas locais da sub-região e da região com os problemas estruturais da cidade.

Entre a segunda e a terceira rodadas ocorreram **reuniões por agrupamentos de bairros** em algumas regionais, onde foram indicadas as demandas de investimentos. O agrupamento de bairros é uma divisão territorial menor do que a sub-região e, por isso, possibilitou maior presença de moradores. Cada sub-região pôde compor no máximo nove agrupamentos de bairros, e cada agrupamento pôde indicar um investimento. Assim, na terceira rodada, cada sub-região indicou nove demandas.

Na **Terceira Rodada**, foram apresentados os resultados dos Fóruns Setoriais, escolhidas as obras e eleitos os delegados para participarem dos Fóruns Regionais.

Após os Fóruns Regionais, ocorreu o **II Encontro Municipal de Prioridades Orçamentárias**, com a participação dos membros das COMFORÇA e dos delegados dos Fóruns Setoriais que apresentaram ao Prefeito e a outros representantes da Administração e da Câmara Municipal as suas deliberações. Neste evento, foram apresentadas à população as obras estruturantes propostas no **Plano Plurianual de Ação Governamental** que a PBH estava elaborando para a Câmara Municipal. Obras estruturantes são aquelas que têm incidência na cidade e não só em uma região e que, pelo seu alto custo, não podem ser realizadas apenas com recursos municipais, necessitando, portanto, de outras fontes de financiamento.

A participação popular no OP/95 alcançou mais de 28 mil presenças. Os 1.243 delegados elegeram 166 investimentos, sendo: 71% para saneamento, infra-estrutura e urbanização de vilas e conjuntos; 5% para educação; 10% para saúde; 7% para habitação e 7% referentes a outros investimentos.

2.3 - ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 1996 - OP 96

Tendo como lema CONSOLIDAR UMA NOVA FORMA DE GOVERNAR, o OP 96 se desdobrava em duas tarefas principais: realizar as prioridades aprovadas em 1993 e 1994, fazendo uma verdadeira revolução no cotidiano da administração pública para “garantir o redirecionamento do governo municipal para o atendimento das necessidades sociais básicas, através de procedimentos democráticos”, objetivo colocado no primeiro OP. A segunda tarefa era o aperfeiçoamento do trabalho, tanto nas definições de investimento, incluindo o aumento dos recursos, quanto na relação com a sociedade.

Houve um expressivo aumento de recursos para o OP 96 e um maior envolvimento de todo o Governo. Além do Fórum de discussão do OP, formado pelos Coordenadores de Participação Popular de todos os órgãos, os Administradores Regionais e os representantes das Secretarias de Planejamento e Governo, foram realizadas reuniões do Secretariado com o Prefeito para debater o processo.

As primeiras rodadas foram realizadas de forma unificada e não mais por sub-regiões, com a presença do Prefeito, de membros de seu secretariado e de representantes da Câmara Municipal. A prestação de contas sobre as obras definidas nos OP 94 e 95 foi feita através do jornal Horizonte Aberto Especial.

Foto: Vander Bras



Beco do Funil - Vila Apolônia - ANTES

Foto: Vander Bras



Beco do Funil - Vila Apolônia - DEPOIS

Além de continuar a boa relação com a Câmara Municipal, era preciso estabelecer um relacionamento com o Governo Estadual. Para isso, a Administração Municipal e os membros das COMFORÇA participaram da Audiência Pública Municipal, convocada pela Câmara Municipal, em preparação às Audiências Públicas Regionais encaminhadas pela Assembléia Legislativa e pelo Governo do Estado de Minas Gerais, para elaboração do orçamento estadual. A participação nesse evento visava criar uma possibilidade de negociação transparente das obras estruturantes, que necessitavam de verbas estaduais.

Era preciso também consolidar o Orçamento Participativo como “Uma Nova Forma de Governar”. Para isso, a campanha de comunicação e mobilização social teve como objetivo esclarecer ao público como funciona o Orçamento Participativo, buscando sensibilizar as pessoas, independentemente de posição social ou opção política, fazendo-as perceber que o OP é a saída justa, honesta e democrática para a administração mais eficiente da cidade; trabalhar o conceito segundo o qual quem vive o problema é quem pode

apontar as prioridades; mostrar que o OP é a marca da PBH por deixar clara a inversão de prioridades na Administração e o fortalecimento da participação popular no processo democrático; educar para o princípio da cidadania e ampliar a participação popular.

Para cumprir esses objetivos, foi veiculada ampla campanha em rádio, TV e jornais, produzidos folders, cartazes, adesivos, camisetas e cartilha sobre o OP, além da montagem de exposição sobre o Orçamento Participativo em Belo Horizonte e em outras cidades do Brasil. A cartilha “**Orçamento Participativo - O poder de decisão nas mãos do cidadão**” foi editada para explicar o processo de forma simples e clara.

Para aperfeiçoar o processo de definição de investimentos regionais, era preciso consolidar, junto à população e às COMFORÇA, o princípio de que as obras escolhidas deveriam preferencialmente beneficiar um maior número de pessoas da região. Já no primeiro ano do processo, colocava-se este critério. No entanto, compreensivelmente, a população não foi capaz de quantificar essa variável, que foi então descartada pela Administração no OP 95. Mas esse critério precisava ser retomado para ser coerente com o processo de escolha de **prioridades**.

Foi então elaborada, em conjunto com as COMFORÇA, uma pauta de investimentos para o desenvolvimento regional, de até cinco obras, a partir das

demandas já levantadas no OP 94 e OP 95. Esta pauta foi apresentada na Segunda Rodada de Assembléias Populares, quando novas demandas foram levantadas. Esta rodada foi realizada, nesse ano, por agrupamentos de bairros em algumas regionais.

Até 25 intervenções por região foram escolhidas nas terceiras rodadas, subdivididas pelas sub-regiões. Nos Fóruns Regionais foram escolhidas até dez demandas para os Planos Regionais de Obras. Com o aumento dos recursos e a limitação do número de obras, as intervenções tenderam a ser de médio porte e com incidência regionalizada.

Em função do grave problema habitacional em Belo Horizonte, foi introduzida essa discussão no OP, criando-se o **Orçamento Participativo da Habitação**, sob a coordenação da URBEL - Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte. Foram destinados 6 milhões de reais para os núcleos de sem-casa, estabelecidos critérios para definição das beneficiadas, bem como a decisão sobre novos assentamentos.²

² Maiores detalhes no texto do OP Habitação

2.4 - ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 1997 - OP 97

Para o OP 97, avaliou-se que era mais importante consolidar as conquistas do que propor mudanças no processo, repetindo, em sua estrutura, o OP 96.

O gerenciamento da execução das obras aprovadas foi aperfeiçoado através da formação de uma Coordenação Geral composta pelos titulares da SUDECAP, URBEL, Secretaria de Planejamento e Secretaria de Governo, e de um Fórum de Discussão composto pelos Administradores Regionais, Coordenadores de Participação Popular das Administrações Regionais e representantes da Coordenação do OP.³

Ao mesmo tempo em que se consolidavam as conquistas do OP, a Administração Municipal buscava ampliar o debate sobre a cidade, uma reivindicação dos participantes do OP desde seu início.

Em 1996, esse debate aconteceu no **Fórum da Cidade**, onde se buscou integrar o espaço já conquistado pelo Orçamento Participativo ao de outras iniciativas da PBH, como a discussão com a sociedade sobre o Plano Diretor e o Centenário da Cidade.

A distribuição de verbas entre as regionais foi feita da mesma forma que no OP/96.

Cerca de 40 mil cidadãos participaram do processo de definição de 100 investimentos, sendo 76% para saneamento, infra-estrutura e urbanização de vilas e conjuntos, 3% para saúde, 11% para educação e 10% para outros empreendimentos.

O **Fórum da Cidade**, organizado pela Prefeitura de Belo Horizonte, teve o objetivo de aprofundar a participação da sociedade civil no planejamento estratégico de BH, preparando a cidade para as próximas décadas; consolidar a reapropriação da cidade por seus diversos atores sociais; potencializar a inserção da cidade no contexto estadual, nacional e internacional; sistematizar e socializar os avanços obtidos e os desafios identificados pelos diversos atores públicos e privados para BH; discutir diretrizes, projetos e ações para enfrentar os desafios da cidade, preparando as bases para o Plano Plurianual e as prioridades para o orçamentos estadual e federal; identificar formas de financiamento e parcerias para os principais projetos da cidade.

No primeiro encontro, o Fórum reuniu 640 pessoas que debateram os principais desafios estratégicos de Belo Horizonte nas áreas de desenvolvimento econômico; desenvolvimento sócio-cultural; desenvolvimento urbano; e financiamento da cidade. Transporte e trânsito, financiamento da cidade, limpeza urbana, habitação e pavimentação de vias ficaram entre as questões que precisavam de debates mais aprofundados. Foi sugerido que o Fórum se estruturasse como um espaço permanente de debates sobre a cidade e

que fosse criada uma Secretaria Executiva, composta por representantes da sociedade belo-horizontina e da Prefeitura, para dar continuidade às atividades do Fórum.

Em junho de 1996 foi constituída a Secretaria Executiva e aprovada a realização de mais três encontros para debater as questões de transporte e trânsito, financiamento da cidade e limpeza urbana.

2.5 - ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 1998 - OP 98

A continuidade do processo de participação popular através do Orçamento Participativo foi garantida pela nova administração (1997 - 2000). Através da Portaria n.º 3.533, de 15 de abril de 1997, foi instituída a **CMOP - Comissão Municipal do Orçamento Participativo**, formada por 03 (três) representantes de cada COMFORÇA, totalizando 30 (trinta) representantes populares e 25 (vinte e cinco) do Governo Municipal. Esta comissão teve fundamental importância durante todo o processo de elaboração do OP 1998. Além de propor, analisar e aprovar o Plano de Obras para a cidade, demonstrando a maturidade e a eficiência desse novo fórum de participação popular e de sua importância para a construção da cidadania, passou também a convocar e organizar, juntamente com a PBH, os Fóruns Regionais de Prioridades Orçamentárias, apreciar a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias e o PPA – Plano Plurianual de Ação Governamental, o que se constituiu em um enorme salto no processo de aprimoramento do Orçamento Participativo.

A ampliação da equipe de organização do OP, lotada na Secretaria de Planejamento, foi um passo efetivo no sentido de melhor qualificar as definições e promover um acompanhamento mais próximo das Administrações Regionais de Belo Horizonte.

Assim, a concepção do OP 98 foi no sentido de realizar o necessário salto de qualidade que garantiria a sua continuidade e consolidação como forma superior de gestão dos recursos municipais e dos investimentos para a cidade.

Quanto à dinâmica de realização das plenárias do OP Regional, manteve-se a mesma do OP 97: Abertura Municipal, três Rodadas Regionais, Caravanas de Prioridades, Fóruns Regionais e Encontro Municipal. A qualidade do processo se estendeu às vitórias das demandas indicadas para a disputa nos Fóruns Regionais. Foram vistoriadas e orçadas 180 demandas de obras, com estimativas de custo mais realistas, reduzindo a margem de erro, historicamente responsável pela extrapolação dos valores aprovados. Um maior período de tempo entre a escolha das demandas e as caravanas foi estabelecido para que a equipe técnica pudesse melhor avaliar os custos. Como nos OP anteriores,

³ Maiores detalhes sobre o Grupo Gerencial do Orçamento Participativo em outro tópico deste documento



Foto: Vander Bras

Beco do Compasso - Vila Cafezal - ANTES



Foto: Vander Bras

Beco do Compasso - Vila Cafezal - DEPOIS

durante as Caravanas de Prioridades, os delegados receberam informações sobre os custos das demandas.

Todo o processo contou com cerca de 18 mil pessoas diretamente participantes nas assembléias populares. Entretanto, houve uma queda na participação da população em relação ao OP 97. Considerando-se o momento de aprovação das demandas para vistorias e estimativas de custo, o público participante foi de 11.871 pessoas enquanto no OP 97, foi de 17.597 pessoas. Foram eleitos 1.050 delegados aos Fóruns Regionais de Prioridades Orçamentárias. Quanto a sociedade organizada, mais de 700 entidades participaram do processo regionalizado.

O OP Habitação, que também continuou nos moldes da gestão anterior, mobilizou 2.811 moradores sem-casa e elegeu 202 delegados, os quais aprovaram os critérios para distribuição de 750 lotes urbanizados entre as famílias cadastradas em 83 núcleos habitacionais.

Os Fóruns Regionais de Prioridades Orçamentárias elegeram 215 membros para as COMFORÇA 98, distribuídos entre as 9 Administrações Regionais. O Fórum Municipal de Habitação, que contou com 294 delegados, elegeu 20 membros para a COMFORÇA Habitação 98.

Em uma decisão inédita, de total parceria da prefeitura com os representantes populares, através da CMOP, ficou estabelecido que parte dos recursos seria destinada ao pagamento dos empreendimentos atrasados do OP Regional, que extrapolaram sua estimativa de custo.

A população destinou 30% dos empreendimentos aprovados à infra-estrutura, 25% para o OPH, 18% para urbanização de vilas, favelas e conjuntos habitacionais, 12% para saúde, 5% para desenvolvimento social, 4% para educação, 4% para esporte e lazer e 2% para cultura.

2.6 - ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 1999-2000 - OP 1999-2000

A qualificação do processo foi marca também do OP 99 - 2000. Foram introduzidas novidades importantes como a bianualidade, a adoção de critérios de planejamento na seleção das obras e a definição da discussão das políticas setoriais no OP.

A bianualidade se fez necessária para a introdução da discussão das políticas públicas municipais - o OP Cidade. O conceito da **bianualidade** na definição dos empreendimentos regionais, refere-se à aprovação de prioridades das obras da cidade, que passou a acontecer de 2 em 2 anos, com recursos proporcionalmente equivalentes. Isso se deu para tornar possível a implementação do Orçamento Participativo Cidade, com a finalidade básica de deliberar sobre as políticas sociais e urbanas da PBH. Com a introdução do Orçamento Participativo Cidade, a participação anual da população belo-horizontina no processo, passou a ser intercalada com o OP Regional (investimentos regionais) e com o OP Habitação (construção de moradias). A **bianualidade** veio também melhorar a capacidade de resposta e planejamento da administração pública na realização das obras. Para isto, a adoção dos critérios de planejamento na escolha das obras objetivou propiciar uma melhor qualidade na escolha dos empreendimentos. Os critérios foram: **Abrangência Social** - medindo o número de moradores beneficiados pela reivindicação - e **Relevância Social**, significando quantas vezes a obra fora apresentada em Fóruns de OP anteriores, sem ter sido aprovada.

Os recursos foram proporcionalmente distribuídos para o biênio, e a dinâmica do Orçamento Participativo Regional se manteria a mesma dos anos anteriores.

Houve um intenso envolvimento do corpo técnico da prefeitura e de representantes da comunidade no processo, no sentido de fazer a pré triagem das demandas selecionadas após a primeira rodada das assembléias populares, como forma de se eliminar problemas técnicos e legais que poderiam inviabilizá-las, podendo em tempo hábil serem substituídas, antes de serem submetidas às assembléias populares para votação.

As vitorias técnicas continuaram criteriosas, possibilitando avaliações das complexidades das demandas e uma aproximação realista de estimativas de custos com orçamentos de projetos, visando reduzir erros de avaliação dos valores.

Foram escolhidas, nas plenárias sub-regionais, cerca de 25 demandas, dentre todas as apresentadas e eleitos delegados aos Fóruns Regionais. Qualquer cidadão maior de 16 anos pôde concorrer a delegado, de acordo com o número de presentes por bairro. Os representantes de associação de moradores foram considerados delegados natos.

A participação popular no OP 99-2000 foi muito significativa. No momento de definição das

demandas para vitorias, estiveram presentes 16.325 pessoas, participando dos Fóruns Regionais 1651 delegados. Quanto às demandas aprovadas, o destaque continuou para a área de infra-estrutura, com 59 dos 124 empreendimentos aprovados, significando 47,58% do total. A urbanização de vilas e favelas veio a seguir com 35 aprovações (28,23%). 13 demandas referiram-se à saúde (10,48%), 12 à educação (9,68%), 4 ao esporte (3,23%) e 1 ao meio-ambiente (0,8%).

Em dezembro de 1998, realizou-se a **Pré-Conferência do OP Cidade**, reunindo os delegados das COMFORÇA eleitas para o OP 99-2000, além dos delegados escolhidos nas conferências setoriais de cultura, desenvolvimento social, educação, esportes, habitação e saúde, e dos representantes do governo das mesmas áreas. Estes discutiram os principais problemas das áreas e elegeram a Comissão Municipal da Cidade com 108 membros populares e governamentais. Posteriormente, foram elaborados os Planos Estratégicos Setoriais e priorizados na Conferência da Cidade realizada em setembro de 1999.⁴

⁴ Maiores detalhes sobre o processo ver texto sobre o OP Cidade

Georreferenciamento dos Empreendimentos Aprovados

O georreferenciamento dos 719 empreendimentos aprovados até 1998 ocorreu em 1999, visando sua localização espacial. Esse trabalho foi apresentado no I Congresso Brasileiro de Controle Social do Orçamento Público, em Belo Horizonte.

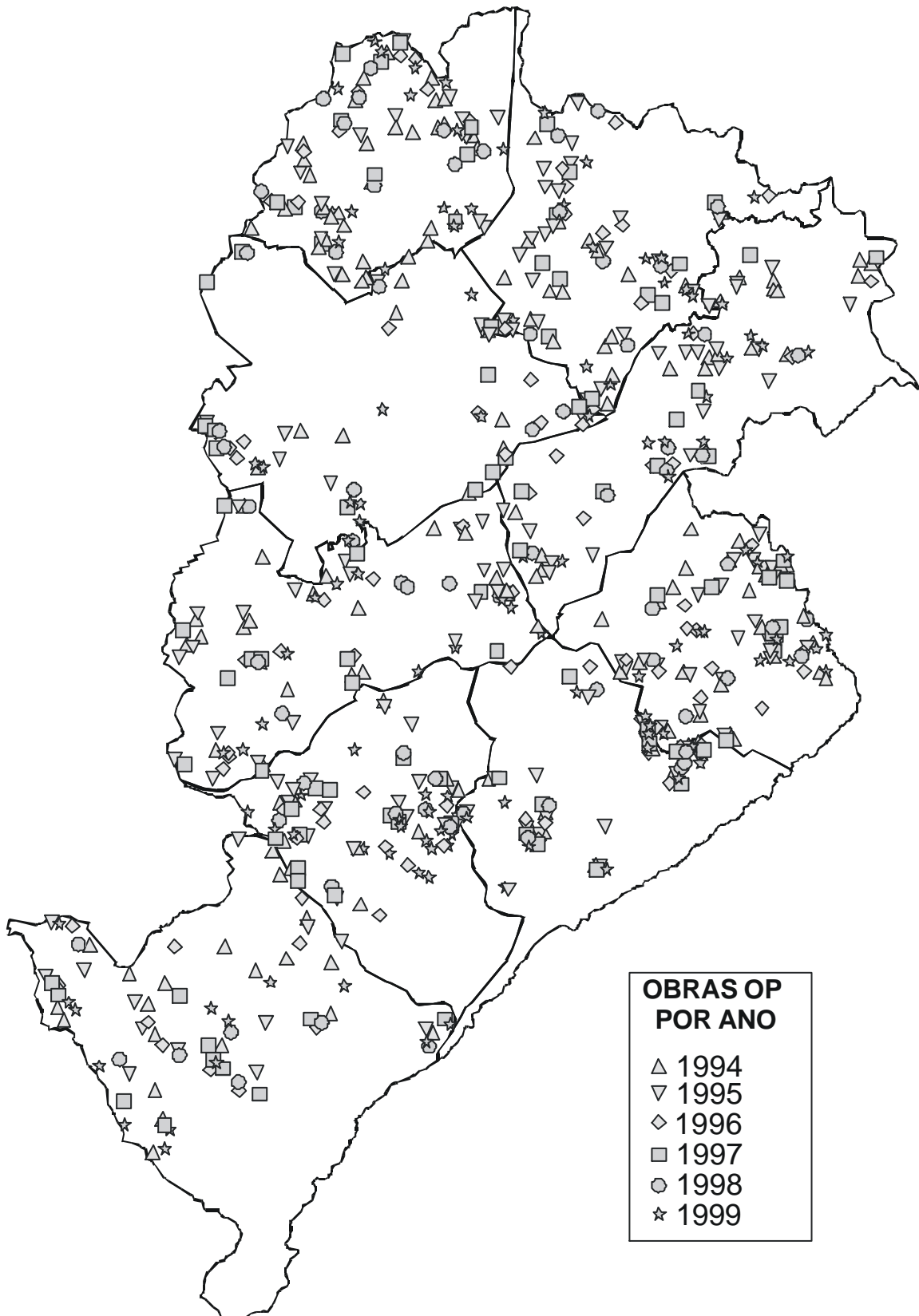
Para sua implementação foi utilizada a base já digitalizada de Belo Horizonte da PRODABEL (Empresa de Processamento de Dados de Belo Horizonte) e realizada a plotagem dos empreendimentos do Orçamento Participativo. Para localização, um levantamento minucioso dos endereços dos empreendimentos se processou. Baseado nas informações obtidas, foi elaborada uma planilha constando os dados gerais de cada empreendimento, numeração de controle, bairro, Administração Regional, ano de aprovação, descrição da demanda e fase de execução, para posterior georreferenciamento. Foram criadas as seguintes variáveis: ano de realização do OP, concentração (local), obras em vilas, tipo de empreendimento, situação (concluída / andamento), informação individualizada (por empreendimento).

Esse trabalho visava atender, interna e externamente, às demandas dos órgãos da Prefeitura, a saber: reuniões mensais do Grupo Gerencial do Orçamento Participativo, reuniões mensais da COMFORÇA em cada Administração Regional, discussão pública do OP, caravanas periódicas de visita aos empreendimentos, eventos, visitas e inaugurações da equipe de governo, eventos de prestação de contas da Prefeitura, eventos externos (congressos, conferências, cursos, seminários) de divulgação do OP, estudos acadêmicos, imprensa etc.

Tornou-se necessário identificar junto aos órgãos executores dos empreendimentos os processos administrativos, bem como coletar informações referentes a: nome de identificação da demanda e de identificação do empreendimento após sua realização, ano de aprovação, bairro, tipo de serviço realizado, natureza do empreendimento, órgão executor, valor aprovado pelo OP, valor da indenização, remoção e desapropriação quando houve, valor do projeto, do contrato, do aditamento da obra, custo final obra, valor do estudo do plano global específico, custo final do empreendimento e suas respectivas datas de pagamento, em valores da época de execução. Foram observadas também possíveis mudanças de escopo, não realização de algumas demandas e seus motivos, assim como todas as outras intervenções necessárias para a realização dos empreendimentos. Os valores pesquisados estão sendo atualizados para posterior introdução na planilha elaborada em 1999. A intenção é que todas as informações sejam disponibilizadas em meio virtual para consultas diversas.

Com o banco de dados organizado, será possível produzir mapas temáticos, permitindo visualizar espacialmente, além de analisar o somatório de investimentos por região, unidades de planejamento, bairros, vilas etc. Através do cruzamento dessas informações com outros bancos de dados, será possível investigar o alcance de intervenções como: a melhoria da coleta de lixo, a ampliação do transporte coletivo a locais de pouca acessibilidade, a ampliação do número de crianças nas escolas, o atendimento à saúde, o crescimento ou ausência de algumas endemias, o avanço da cultura do esporte e do lazer às áreas periféricas, enfim, a eficácia dos serviços prestados e a qualidade de vida proporcionado pelo Orçamento Participativo.

LOCALIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS APROVADOS OP 94 - 99



1º Congresso Brasileiro de Controle Social do Orçamento Público

O 1º Congresso Brasileiro de Controle Social do Orçamento Público aconteceu em Belo Horizonte de 15 a 17 de julho de 1999. Organizado pela Prefeitura Municipal, Fórum Nacional de Participação Popular e Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, este evento foi uma iniciativa plural, suprapartidária e pioneira no país. Durante o Congresso, foram discutidas a participação dos cidadãos na democracia brasileira (que na sua história recente tem sido apenas representativa) e as diversas experiências desenvolvidas no processo de elaboração e administração orçamentária, baseando-se no princípio da importância do controle social sobre as ações governamentais.

O evento foi concebido, ainda em novembro de 1998, com o objetivo de ampliar as discussões que vinham sendo realizadas junto a diversas administrações municipais sobre as experiências de Orçamento Participativo, introduzindo questões como as reformas da Constituição e a participação direta do cidadão na democracia brasileira.

Em 17 mesas, 74 palestrantes apresentaram experiências diferentes de 16 cidades, quatro estados, de legislativos municipais e estaduais, de entidades sociais e classistas e dos fundos de financiamentos multilaterais. Além da apresentação de estudos específicos sobre o assunto, os integrantes de conselhos de Orçamento Participativo trocaram informações visando o aperfeiçoamento da sua participação no processo. Porto Alegre, Betim, Ipatinga, Camaragibe, Santo André e Belo Horizonte foram algumas das experiências relatadas.

No primeiro dia do Congresso, as discussões se relacionaram ao orçamento público, às mudanças na Constituição e ao debate nacional que envolva as reformas orçamentária e tributária. Foram discutidas, ainda, questões relacionadas ao controle da execução orçamentária, parcerias no combate à sonegação fiscal, financiamentos multilaterais, fundos e conselhos sociais como mecanismos de controle do orçamento público e, ainda, iniciativas de democratização pela via legislativa.

No segundo dia, foram apresentadas as diferentes experiências de Orçamento Participativo em capitais como Belo Horizonte, Belém, Porto Alegre e Recife e a implantação do OP também nos estados de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Discutiu-se também a visão e o perfil dos conselheiros de Orçamento Participativo, o papel do legislativo municipal, as diversas experiências das cidades de porte médio, assim como a eficácia das experiências.

O Prefeito de Belo Horizonte, Célio de Castro, abriu o Congresso, ressaltando a relevância e o ineditismo das discussões, além de enfatizar a importância do controle social sobre o Orçamento Público, destacando ainda que em Belo Horizonte, desde 1993, o Orçamento Participativo é o principal programa de governo, passando atualmente por um salto de qualidade. A população foi chamada a aumentar sua responsabilidade na destinação dos recursos públicos municipais, passando a priorizar as ações sociais e as grandes obras urbanas. A participação popular tornou-se um critério básico

para o planejamento da cidade. O Orçamento Participativo deixou de priorizar apenas os empreendimentos regionais e de habitação. Agora, com o OP Cidade, a dinâmica de participação será aprimorada, discutindo todo o programa de trabalho da Prefeitura que será incluído no Plano Plurianual de Ação Governamental.”

O prefeito de Porto Alegre, Raul Pont, realizou a conferência inicial *O Controle Social das Finanças Públicas*, lembrando o Artigo 1º da Constituição Brasileira de 1988: “todo poder emana do povo e será exercido através de seus representantes e diretamente”. Saliou que “as poucas experiências de controle popular sobre o Estado, realizadas num ou noutro município, nunca chegaram a consolidar um corpo teórico e programático que fosse de domínio de um número grande de pessoas, além daqueles que viveram a experiência. Mas esta situação tende a mudar. Hoje as iniciativas estão se consolidando e a população está se apropriando da questão”. Ilustrou com a experiência de Porto Alegre, que há 12 anos permite o controle social das finanças públicas, evidenciando que o cidadão, informado sobre a previsão de receita, os gastos do estado e a estimativa de arrecadação, sempre acompanha as ações do poder público, questiona e reivindica. “É necessário vontade política para realizar o Orçamento Participativo, e o controle do cidadão é fundamental para o poder público”.

A professora Ana Clara Torres Ribeiro, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano da UFRJ, que participou da palestra *Democracia, Participação Popular e Reforma Orçamentária*, atentou para as potencialidades que o Orçamento Participativo proporciona no contexto da realidade nacional. “O OP rompeu com a democracia minimalista, inovou na legitimidade política, permitiu a multiplicação de sujeitos sociais e a nova concepção da democracia. Põe em prática a democracia que não elimina os movimentos sociais, ou a vitalidade da esfera pública e tampouco destrói a possibilidade de criação de novos direitos”. A professora visualiza o Orçamento Participativo não apenas como uma distribuição justa de recursos. “Este projeto é uma vitalização concreta do espaço público onde se cria democracia, representação social efetiva e defesa de direitos, ampliando, assim, a consciência social e a idéia de planejamento que este país ainda não assistiu. O grande ganho das experiências de Orçamento Participativo tem sido enxergar o município e o estado como um todo, possibilitando novas formas de planejar, permitindo o surgimento de novos sujeitos sociais e o encontro de novos caminhos para a democracia”, finaliza.

Como perspectivas de continuidade da iniciativa, o conjunto de entidades que organizou o I Congresso Brasileiro de Controle Social do Orçamento Público, avaliou que devido a sua importância técnica e política, era necessário que já se iniciasse a preparação do próximo evento, cuja sede contaria com algumas cidades propostas. A intenção é que o Congresso se realize bianualmente.⁵

⁵ Maiores detalhes sobre o 1º Congresso Brasileiro de Controle Social do Orçamento Público na Revista PLANEJAR BH nº 4.

2.7 - ORÇAMENTO PARTICIPATIVO CIDADE

INTRODUÇÃO

Desde a criação do Orçamento Participativo em 1993, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte vem consolidando uma prática de administração pública que tem como pressuposto básico instituir um canal para a participação dos cidadãos nas decisões de governo.

O Orçamento Participativo Cidade – **OP Cidade** – significou um avanço na forma e na amplitude da participação popular nas decisões orçamentárias da



I Conferência da Cidade - Plenária

PBH, constituindo-se num instrumento para democratizar o processo de alocação de recursos e as definições das políticas públicas do governo municipal. Além de manter as discussões sobre os investimentos regionais (Orçamento Participativo Regional) e habitação (Orçamento Participativo Habitação), o OP Cidade buscou democratizar as decisões sobre os investimentos estruturantes da cidade e os gastos com as políticas sociais. Dessa forma, foram hierarquizadas as ações sociais da Prefeitura nas áreas de educação, saúde, desenvolvimento social, cultura, esporte, turismo e eventos, assuntos da comunidade negra, abastecimento, desenvolvimento econômico, bem como as ações de planejamento e intervenções urbanas. Foi um importante passo na mudança das relações entre Prefeitura e comunidade. Possibilita o debate franco, direto e intersetorial de políticas

públicas no município e entre o poder público e cidadãos. Foi fruto de um longo processo de reflexão coletiva entre os diversos segmentos que integram a Administração Municipal, apontando importantes desafios no sentido da melhoria das ações prestadas e consequentemente da qualidade de vida dos cidadãos.

Através do Orçamento Participativo Cidade, foi possível a discussão partilhada entre governo, servidores e sociedade sobre os problemas e as soluções para a cidade, buscando não só a melhoria das ações de cada setor, na aplicação dos recursos, mas também uma maior integração entre os setores.

A primeira etapa na implantação do Orçamento Participativo Cidade foi realizada em dezembro de 1998, através da Pré-Conferência Municipal de Prioridades Orçamentárias (PRÉ-COMPOR). Nessa etapa, os delegados dos setores de saúde, educação, desenvolvimento social, habitação e cultura apontaram os principais problemas de cada setor e sugestões de melhorias. A Pré-Conferência definiu ainda a instalação da Comissão da Cidade, composta por representantes dos diversos segmentos da sociedade.

Na seqüência, os demais setores, que não participaram da etapa da Pré-Conferência, foram introduzidos no processo.

A ampliação para os demais setores era condição para o aumento do controle social sobre o Orçamento, à medida que se buscava, através da discussão do Orçamento Global, maior controle e transparência sobre a alocação dos recursos orçamentários da cidade.

Os órgãos da Prefeitura foram organizados em três macrosetores: Administrativo, Urbano e Social. Esta divisão exigiu certa arbitrariedade, mas organizou os órgãos pelo predomínio da natureza da sua intervenção na cidade.

No macro-setor Administrativo, foram reunidos os órgãos que constituem apoio interno ou áreas-meio: Secretaria Municipal de Planejamento, Secretaria Municipal de Fazenda, Secretaria Municipal de Administração, Procuradoria Jurídica e Corregedoria.

O macro-setor Urbano agregou os órgãos que atuam no espaço físico da cidade: Superintendência de Desenvolvimento da Capital - SUDECAP, Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte - URBEL, Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte - BHTRANS, Secretaria Municipal de Atividades Urbanas - SMAU, Superintendência de

Limpeza Urbana - SLU, Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMMA, Fundação Zoobotânica, Patrimônio Histórico (Secretaria Municipal de Cultura).

O macro-setor Social foi constituído pelas seguintes secretarias ou órgãos: Educação, Saúde, Desenvolvimento Social, Cultura, Esporte, BELOTUR (turismo e eventos), Assuntos da Comunidade Negra, Abastecimento e Indústria e Comércio (desenvolvimento econômico).

METODOLOGIA DE CONDUÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO CIDADE

A metodologia gerencial utilizada para a condução do Orçamento Participativo Cidade foi baseada no conceito de Planejamento Estratégico e de Gerenciamento pelas Diretrizes - GPD. O Planejamento Estratégico define a visão de longo prazo e as estratégias de médio e curto prazos para uma instituição ou setor. O Gerenciamento pelas Diretrizes buscou a transformação dessas estratégias em realidade. Este artigo pretende descrever a metodologia empregada até a definição das prioridades orçamentárias para o biênio 2000/2001 pela Conferência da Cidade.

O trabalho consistiu em desdobrar os objetivos estratégicos em prioridades de ação para cada órgão e garantir o alcance dos resultados esperados. O desdobramento das medidas eleitas como prioritárias e o acompanhamento até sua efetiva realização estão dentro do processo de acompanhamento do trabalho da Comissão Conselho da Cidade, sendo descrito em outro artigo.

O início do processo deu-se em dezembro de 1998, seguindo-se vários meses de preparação que passaram pela identificação de objetivos, até a definição das prioridades para alocação orçamentária. Todo esse processo contou com a participação popular, podendo-se distinguir quatro etapas: 1) Compromisso 2) Diagnóstico 3) Análise estratégica e 4) Definição de Prioridades

A etapa do Compromisso iniciou-se na Pré-Conferência Municipal de Prioridades Orçamentárias (PRÉ-COMPOR), em dezembro de 1998, quando foram levantados, pelos delegados, os principais problemas que afetavam os setores de Saúde,



Pré Conferência

Educação, Desenvolvimento Social, Habitação e Cultura, assim como as recomendações para sua solução. Elegeu-se também a Comissão da Cidade, composta paritariamente por 108 membros, entre população e governo, com objetivo de aprovar a execução orçamentária no período, monitorar e fiscalizar, em última instância, as obras do Orçamento Participativo Regional e Habitação e preparar a 1ª Conferência da Cidade. (Conferência Municipal de Prioridades Orçamentárias).

Na etapa do Diagnóstico, conduzida através dos Seminários de Gestão - Fase I, foram discutidos a missão, visão e os princípios de cada setor. Realizou-se ainda uma pesquisa quantitativa amostral, que permitiu identificar problemas apontados pela população em cada uma das áreas sociais enfocadas. Além disso, foram analisados os problemas levantados na Pré-Conferência. De posse de todas essas informações, foram definidos os objetivos estratégicos de cada órgão.

Durante a etapa de Análise Estratégica, foram conduzidos os Seminários de Gestão - Fase II, para a elaboração dos Planos Estratégicos Setoriais. Além desses planos, foram também definidas Linhas Estratégicas Intersectoriais, ou seja, ações intersectoriais com objetivos comuns, desenvolvidas pelos órgãos da Prefeitura de Belo Horizonte. Esta etapa ocorreu em todas as frentes sociais da Prefeitura Municipal, inclusive incorporando-se setores que não participaram das fases anteriores (Abastecimento, Comunidade Negra, Turismo e Indústria e Comércio).

Com a última etapa, Definição de Prioridades,



Ação Integrada OP Cidade - Regional Nordeste

ESTABELECIMENTO DO COMPROMISSO COM O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO CIDADE

Pré-Conferência Municipal de Prioridades Orçamentárias (PRÉ-COMPOR)

A Pré-Conferência Municipal de Prioridades Orçamentárias (PRÉ-COMPOR) realizou-se em dezembro de 1998, reunindo 358 delegados, sendo 181 representantes institucionais e 177 representantes populares regionais e dos setores de Saúde, Educação, Desenvolvimento Social, Habitação e Cultura.

Os demais setores foram se inserindo progressivamente no processo. O setor Esportes

inseriu-se logo após, participando já da Comissão da Cidade, quanto realizando em maio uma plenária específica, a CONFES (Conferência do Esporte), com o mesmo objetivo da Pré-Conferência.

Os participantes setoriais foram eleitos em plenárias dos seus respectivos Conselhos ou Conferências Setoriais (Educação e Habitação), no limite de 30 por setor. Os representantes regionais foram escolhidos na proporção de 50% dos integrantes das nove Comissões de Fiscalização Regional-COMFORÇA eleitas no OP Regional para o período de 1999-2000. Os delegados institucionais foram indicados pela Prefeitura, garantindo-se a paridade na representação.

A Pré-Conferência identificou os 10 (dez) principais problemas de cada setor, como início da elaboração do diagnóstico da política setorial. A partir de discussões em grupo, que contaram com a participação de representantes dos diversos setores envolvidos, foram formulados os relatórios setoriais. Somente o relatório do setor Saúde foi submetido à deliberação na Pré-Conferência, sendo os demais posteriormente discutidos e aprovados pela Comissão da Cidade.

A Pré-Conferência representou a adesão e o compromisso da Prefeitura e dos setores organizados da sociedade para com os objetivos do Orçamento Participativo Cidade.

Instalação da Comissão da Cidade

A representação social na Comissão da Cidade foi eleita dentre os delegados da Pré-Conferência Municipal de Prioridades Orçamentárias, em

os Planos Estratégicos Setoriais foram adequados ao formato orçamentário. Depois foram avaliados segundo critérios técnicos, como importância estratégica, benefício social e viabilidade de recursos financeiros, sendo, então, pontuados, estabelecendo-se, do ponto de vista do setor público, a sua ordem de prioridade. Em agosto e setembro de 1999, ocorreram as Plenárias Setoriais, com o objetivo de apreciar os Planos Estratégicos Setoriais e definir prioridades setoriais a serem remetidas à 1ª Conferência da Cidade. Este processo foi precedido por atividades de mobilização junto aos servidores municipais e à população em geral, no sentido de envolvê-los no processo.

As Plenárias Setoriais (ou Conferências Municipais, no caso da Assistência Social e Saúde) envolveram diretamente mais de seis mil pessoas. Nesses Fóruns, foram apresentados os Planos Estratégicos Setoriais, sendo estes, então, debatidos, aprovados e hierarquizados. As propostas de alterações, quando aprovadas, foram recebidas como recomendações e encaminhadas à Comissão Conselho da Cidade.

A 1ª Conferência da Cidade ocorreu entre os dias 24 e 26 de setembro de 1999, quando cerca de 700 delegados dos diversos setores tiveram a oportunidade de debater os conjuntos dos Planos Setoriais e definir a ordem de importância (hierarquia) dos diferentes programas sociais da Prefeitura, assim como das ações de planejamento e intervenções urbanas. A Conferência também elegeu a Comissão Conselho da Cidade.

plenárias posteriores. Empossada em março de 1999, constituiu-se em espaço de interlocução entre a sociedade civil e a Administração Municipal em relação aos processos do Orçamento Participativo em 1999. A Comissão foi instituída por portaria, publicada no Diário Oficial do Município (DOM) em 1º de março de 1999, com a atribuição, dentre outras, de aprovar e supervisionar as etapas de preparação da 1ª Conferência da Cidade. O seu mandato encerrou-se em setembro de 1999, substituída pela Comissão Conselho da Cidade. O trabalho da Comissão consistiu em definir as normas do seu funcionamento, deliberação sobre as recomendações dos grupos da Pré-Conferência, que não haviam sido objeto de deliberação em plenário, discussão sobre o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2000, acompanhamento das metas do Orçamento Participativo Regional e Habitação e aprovação dos Princípios Organizativos do Orçamento Participativo Cidade, que orientaram os regimentos das Plenárias Setoriais e Conferência da Cidade. A Comissão da Cidade cumpriu seu papel enquanto espaço de interlocução e discussão sobre o formato das políticas públicas setoriais e preparação da Conferência da Cidade.

CONDUÇÃO DO DIAGNÓSTICO NAS SECRETARIAS MUNICIPAIS

O processo de Planejamento Estratégico é baseado num conceito muito simples: inicialmente, deve-se analisar o ambiente externo ao órgão,

visando identificar seus verdadeiros problemas a partir das demandas da população e sob a ótica daqueles que recebem e são influenciados pelos produtos ou serviços oferecidos pelo órgão. Nesta etapa, conhecida como Diagnóstico, procura-se levantar as demandas e os problemas atuais enfrentados pelo setor no atendimento às necessidades da população. Somente depois de cumprida esta etapa, pode-se passar para a análise interna dos meios ou medidas necessárias para se atingir os objetivos estratégicos de cada setor (figura 1).

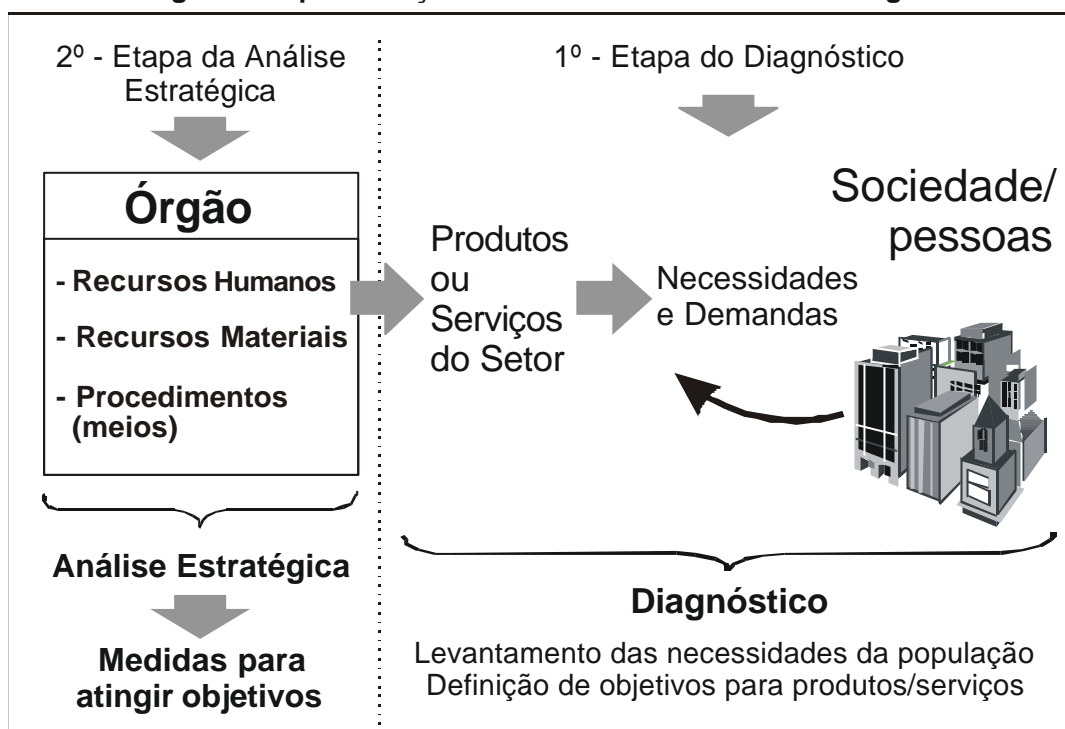
Durante o Diagnóstico, procura-se tomar conhecimento das demandas colocadas, sistematizando-as, visando entender sua natureza, e processá-las, para definição dos objetivos estratégicos de cada órgão.

Iniciou-se este processo através dos Seminários de Gestão - Fase I, que foram acompanhados pela Secretaria Municipal de Planejamento junto aos órgãos. Foram escolhidos participantes dos órgãos, dentre dirigentes, gerentes intermediários e alguns técnicos, formando-se um grupo, em média, de vinte pessoas por secretaria. Participaram desta etapa as secretarias de Saúde, Educação, Cultura, Desenvolvimento Social, Esportes e Habitação.

Após reflexão do grupo que, em alguns locais, envolveu também um grupo maior de técnicos do setor, formulou-se a missão, visão e princípios de cada órgão.

A **Missão** declara o papel que cabe ao órgão desempenhar; por **Visão** entende-se o que o órgão

Figura1- Representação do Processo de Análise Estratégica



almeja ser no futuro, ou seja os “desejos” de futuro; e - **Filosofia - Princípios** diz respeito aos valores que norteiam a prática do órgão.

Pesquisa Quantitativa

Outra ferramenta utilizada nessa etapa foi a Pesquisa Quantitativa. Os órgãos discutiram com a Secretaria Municipal de Planejamento (SMPL) um formato de questionário para a população, que poderia preparar melhor esta etapa de identificação dos problemas setoriais.

A pesquisa levantou junto à população sua opinião sobre a qualidade e carências das políticas sociais da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte nas áreas de Cultura, Desenvolvimento Social, Educação, Esportes, Habitação, Saúde e também sobre o Orçamento Participativo. Foi aplicado um questionário com cerca de 100 perguntas, respondido por uma amostra aleatória da população. Foram cerca de 1800 entrevistas distribuídas entre as nove regionais da cidade, permitindo-se desagregar informações em nível regional. Esta pesquisa foi posteriormente analisada pelos órgãos, permitindo-se melhorar o nível de informações sobre o setor em questão.

Identificação dos Problemas e Definição dos Objetivos Estratégicos

Um **Problema**, sob a ótica gerencial, pode ser entendido como um resultado aquém do desejado. Portanto, após a identificação dos problemas de cada órgão, foram definidos seus **Objetivos Estratégicos**, levando-se em conta as informações processadas na Pré-Conferência e na Pesquisa Quantitativa.

ANÁLISE ESTRATÉGICA SETORIAL

Conforme mostrado na **Figura 1**, a Análise Estratégica consistiu em analisar os meios necessários para se atingir os objetivos definidos no Diagnóstico da fase anterior.

Essa análise foi conduzida pelos técnicos do setor, utilizando-se todas as informações disponíveis, como o desempenho de anos anteriores, pesquisas com a população, relatórios gerenciais, entre outros. Nessa etapa foram incorporadas as secretarias de Abastecimento, Assuntos da Comunidade Negra, Indústria e Comércio e Belotur (Turismo e Eventos).

Para a elaboração dos Planos Estratégicos Setoriais, foram levantadas as causas atuais dos problemas em cada órgão. A identificação dessas causas foi feita perguntando-se: “o que tem provocado nossos problemas”? Foram identificadas causas relativas ao método de trabalho, aos recursos materiais, à capacitação das pessoas, à

infra-estrutura e às informações. A seguir, essas causas foram priorizadas. Para cada causa priorizada, foram definidas medidas que deveriam ser executadas para se atingir o objetivo proposto pelo órgão, concluindo-se os Planos Estratégicos Setoriais. Nesse processo, foram utilizadas diversas ferramentas gerenciais, como a **tempestade de idéias** e o **diagrama espinha de peixe**.

Definiram-se também as Linhas Estratégicas Intersetoriais, ou seja, ações intersetoriais com objetivos comuns, desenvolvidas pelos órgãos da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. As linhas estratégicas foram construídas levando-se em conta os objetivos setoriais e avaliando-se, dentre os diversos setores, aqueles que desenvolviam ações que visam objetivos comuns. Assim, foram definidas linhas de atuação comum como por exemplo desenvolver políticas articuladas de atenção a crianças e adolescentes. Essa linha implica ações desenvolvidas em diversos setores, como Educação, Saúde, Desenvolvimento Social, Esportes e Abastecimento, dentre outros.

DEFINIÇÃO DE PRIORIDADES

Hierarquização segundo critérios técnicos utilizados pelo Governo

A hierarquização se orientou por critérios técnicos, baseados em estudos e trabalhos desenvolvidos pelas equipes técnicas dos diversos órgãos da administração municipal. Esses critérios corresponderam a 49% da pontuação de cada respectivo programa ou ação ou empreendimento.

I) Setor Social

Os Planos Estratégicos Setoriais, contendo objetivos e medidas, traduzem a intencionalidade do órgão no sentido de responder às demandas colocadas.

A fim de que essa estrutura tivesse correspondência com o orçamento municipal, foram descritos os respectivos programas orçamentários e o orçamento estimado para 1999. Foi realizado ainda levantamento técnico visando orçar as novas medidas propostas, bem como aquelas que ampliavam ações. Essa estimativa de recurso adicional para o ano 2000 foi incorporada ao Plano, visando materializar a soma de recursos necessária para implementar aquelas ações. Esse orçamento (2000), não necessariamente corresponde àquele enviado à Câmara Municipal e sim à estimativa de recursos para a execução do plano proposto. Os recursos adicionais, não previstos no orçamento municipal, foram denominados de Novos Recursos. Com esse formato, os programas foram então estudados do ponto de vista técnico, visando avaliar três aspectos: a **Importância Estratégica**, o

Benefício Social e a Viabilidade de Recursos Financeiros. Os programas foram pontuados, estabelecendo-se, do ponto de vista do setor público, a sua ordem de prioridade. Foram definidos, ainda, indicadores, que variaram em cada setor, dependendo dos serviços prestados, abrangência dos serviços e dados disponíveis para análise.

Por **Importância Estratégica** entende-se a imprescindibilidade do projeto para a cidade. Dessa forma, foram montados indicadores que avaliaram se o Projeto era:

- a) Intersetorial: ação desenvolvida em conjunto com outros órgãos, pressupondo-se objetivos comuns.
- b) Demanda da população: se aquele Projeto fôra identificado como demanda popular na Pré-Conferência, Pesquisa Quantitativa, ou em outros Fóruns, como, por exemplo, Conferência Municipal Setorial.
- c) Prioridade Institucional: referindo-se à projeto prioritário do órgão ou, no caso de atribuição legal, quando se trata de ação ou Projeto que tenha legislação específica sobre a matéria, tais como Atribuição Constitucional, Lei Orgânica Federal etc.
- d) Alguns órgãos utilizaram-se ainda de diagnósticos próprios que elucidavam as políticas desenvolvidas, como, por exemplo, a Secretaria de Desenvolvimento Social e a Belotur. As pontuações variaram em função das especificidades internas.

Por **Benefício Social**, entende-se o potencial de retorno social dos investimentos sociais. Para isso foram definidos indicadores como:

- a) Atenção à situação de exclusão social: capacidade do projeto de estabelecer **discriminação positiva**, atuando sobre populações marginalizadas e promovendo sua inclusão social. Em alguns órgãos, trabalhou-se com indicadores alternativos, como promoção da equidade social, na Saúde, em que se avaliava a capacidade do Projeto de atingir populações discriminadas como, por exemplo, residentes em áreas de risco ou portadores de sofrimento mental. Na Cultura, trabalhou-se com o indicador acesso a bens culturais, referindo-se à capacidade do projeto de ampliar o acesso da população à cultura.
- b) Abrangência Social: para o qual se estabeleceram faixas mensurando - se a capacidade de atendimento do Projeto, pontuando-se progressivamente conforme a ampliação da abrangência.

Por **Viabilidade de Recursos** entende-se a

viabilidade econômica na execução do Projeto, sendo pontuados os seguintes indicadores:

- a) Custo do Projeto: os projetos do órgão foram classificados por custo em três faixas de preço. Aquelas de menor custo receberam pontuação superior em relação àquelas mais onerosas.
- b) Disponibilidade Orçamentária: projetos com recursos assegurados já no exercício de 1999 tiveram pontuação máxima; os que implicavam a ampliação de recurso tiveram menor pontuação e aqueles que implicavam recursos inteiramente novos, não previstos no exercício de 1999, não foram pontuados.
- c) Parceria para co-financiamento: todos os projetos que têm recursos externos assegurados, através de parcerias, convênios etc, foram então pontuados.

Com isto, buscou-se valorizar projetos com grande retorno social, atingindo populações excluídas e priorizando ações com recursos já de alguma forma assegurados, seja no Orçamento, seja através de parcerias.

II) Setor Urbano

1) **As obras e investimentos estruturantes** são as ações de maior escala e que têm um impacto mais significativo na dinâmica da cidade. Os pressupostos considerados na elaboração dos critérios foram aqueles que possibilitassem a comparação entre obras e investimentos de naturezas diversas (parques, vias, manutenção de favelas, plano de drenagem etc); contemplassem as várias dimensões do urbano: ambiental, social, físico/territorial; e permitissem reforçar a importância da inversão de prioridades na aplicação dos recursos.

Os aspectos considerados na definição dos critérios para pontuação foram: Estruturação Urbana, Importância Estratégica no funcionamento da cidade, Abrangência da Ação e Custo Global do projeto e Indicações Anteriores.

- a) O critério estruturação urbana foi o mais valorizado, porque contempla variáveis essencialmente relacionadas com o processo de formação da cidade, referindo-se à potencialidade que as obras ou investimentos apresentam na efetivação das diretrizes de estruturação urbana estabelecidas no Plano Diretor, em especial, aquelas que traduzem a intenção de se reduzir a desigualdade sócio-espacial na cidade;
- b) O critério importância estratégica no funcionamento da cidade foi destacado e também recebeu uma alta pontuação por

considerar a imprescindibilidade da obra ou investimento para o funcionamento da cidade.

- c) O critério abrangência da ação e custo global do projeto contempla fatores bastante objetivos, relativos às características básicas das obras ou investimentos apresentadas pelos órgãos (custo e população diretamente beneficiada).
- d) Este último critério (indicações anteriores) considera a citação explícita da obra ou investimento nas resoluções das conferências municipais de política urbana e de habitação e na lei do Plano Diretor.

2) Os **PLANOS REGIONAIS** são instrumentos propostos na lei do Plano Diretor para o planejamento e monitorização do desenvolvimento urbano nas áreas das regiões administrativas. Da mesma forma, os planos foram hierarquizados, segundo os seguintes pressupostos: reforçar a importância da inversão de prioridades no estabelecimento de diretrizes básicas para intervenção governamental e gerar condições para o desenvolvimento regional sustentável em termos econômicos, sociais, ambientais e administrativos. Quanto aos aspectos considerados na definição dos critérios:

- a) Estruturação Urbana: Este critério recebeu uma expressiva pontuação, pois estabelece ações necessárias à reversão de situações de desarticulação, fragmentação e degradação do espaço regional, além de contemplar as potencialidades e oportunidades existentes, com o objetivo de distribuir de forma mais justa os benefícios urbanos.
- b) O andamento da proposta considera o volume de estudos já realizados.

3) As ÁREAS DE DIRETRIZES ESPECIAIS (ADE) são áreas que, por suas características, exigem a implementação de políticas específicas, permanentes ou não, podendo demandar parâmetros urbanísticos, fiscais e de funcionamento de atividades diferenciadas, que se sobrepõem aos do zoneamento e sobre elas preponderam. A Conferência Municipal de Política Urbana definiu quatro grupos de ADE, segundo os seguintes critérios:

- 1º) Grupo 1 - contempla áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento urbano da cidade, indicando como prioritária sua regulamentação;
- 2º) Grupo 2 - refere-se às áreas de média prioridade;
- 3º) Grupo 3 - relativas ao tema ambiental, sua regulamentação deverá estar atrelada, sempre que possível, à elaboração dos planos regionais;

- 4º) Grupo 4 - são as áreas de menor complexidade para sua regulamentação, em virtude das definições já estabelecidas na Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo;

Foi priorizada a regulamentação dentro dos grupos 1 e 2, segundo critérios de planejamento. Os aspectos considerados na definição dos critérios foram:

- a) Estruturação Urbana: contempla a importância estratégica da área na cidade e sua susceptibilidade à pressão de ocupação ou substituição de ocupação e uso;
- b) Interesse relativo à regulamentação referente à existência ou não de mobilização da sociedade civil e de estudos já realizados.

Hierarquização definida pela população

Até o estabelecimento da hierarquização definitiva, ou priorização final do respectivo programa, ação ou empreendimento, foram realizados ainda dois momentos de discussão e definição pela população: as Plenárias Setoriais e a Conferência da Cidade. Nesses espaços, a população pôde debater os planos e definir a sua ordem de prioridade. A pontuação definida pelo segmento popular correspondeu a 51% da pontuação total.

Em agosto e setembro de 1999, ocorreram as Plenárias Setoriais, com o objetivo de apreciar os Planos Estratégicos Setoriais e o Plano de Obras Estruturantes, definindo as prioridades setoriais para deliberação na 1ª Conferência da Cidade. Esse processo foi precedido por atividades de mobilização junto aos servidores municipais e à população em geral, no sentido de integrá-los e informá-los sobre o processo.

As Plenárias e Conferências Municipais Setoriais, dez ao todo, envolveram diretamente mais de seis mil pessoas, entre delegados e participantes. Nestes Fóruns, foram apresentados os Planos Estratégicos Setoriais, que foram então debatidos, aprovados e hierarquizados. As mudanças acolhidas foram encaminhadas à Comissão Conselho da Cidade.

A 1ª Conferência da Cidade ocorreu entre os dias 24 e 26 de setembro de 1999. Cerca de 700 delegados dos diversos setores tiveram oportunidade de debater o conjunto dos Planos Setoriais e definir a ordem de importância (hierarquia) dos diferentes programas sociais da Prefeitura, assim como das ações de planejamento e intervenções urbanas, além de proceder à eleição da Comissão Conselho da Cidade.

Hierarquização final dos Programas

ABASTECIMENTO	HIERARQUIA	COMUNIDADE NEGRA	HIERARQUIA
Assistência Nutricional à População	1º	Campanha Adote um Morro	1º
Incentivo à Produção e à Comercialização Direta de Alimentos	2º	Combate ao Racismo	2º
Assistência Alimentar ao Escolar da Rede Pública Municipal	3º	Geração de Trabalho e Renda	3º
Garantia do Acesso a Gêneros de Alimentação Básica, Higiene e Limpeza, a preços subsidiados	4º	Apoio à Comunidade Negra	4º
Regulação do Mercado de Alimentos	5º	Memória Histórica	5º
Acesso à Alimentação Balanceada	6º		
CULTURA	HIERARQUIA	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	HIERARQUIA
Garantir o acesso aos bens culturais, descentralizando as ações de cultura	1º	Estímulo à novos empreendimentos	1º
Preservar a memória e o patrimônio cultural	2º	Incubadoras de Empresas	2º
Garantir a manutenção das atividades existentes nas unidades	3º	Ações de internacionalização da cidade	3º
Realizar eventos de caráter nacional e internacional	4º	Capacitação e Qualificação de empreendimentos e mão-de-obra	4º
Incentivar a produção artística emergente	5º		
Aprimorar a qualidade dos serviços prestados e ampliar atendimento	6º	EDUCAÇÃO	HIERARQUIA
Implantar equipamentos descentralizados	7º	Ensino Fundamental	1º
Estimular a participação da sociedade civil	8º	Educação Infantil	2º
Preservar as identidades étnicas	9º	Política de formação dos profissionais da Educação	3º
Promover/desenvolver ações para segmentos específicos da sociedade	10º	Permanência na escola de crianças em risco social	4º
		Escola inclusiva/redução da violência social	5º
		Ensino Médio	6º
		Gestão democrática e autonomia financeira	7º
ASSISTÊNCIA SOCIAL	HIERARQUIA	SAÚDE	HIERARQUIA
Ampliar o atendimento de crianças e adolescentes de 7 a 14 anos	1º	Atenção Básica	1º
Melhorar a qualidade dos cursos de qualificação profissional para jovens	2º	Urgência e Emergência	2º
Ampliar o atendimento ao Programa de Famílias	3º	Recursos Humanos	3º
Manter e aprimorar atendimento à crianças de 0 a 6 anos	4º	Saúde Mental	4º
Ampliar a inserção das pessoas portadoras de deficiência nas políticas públicas	5º	Atenção Secundária	5º
Aumentar a eficácia do atendimento à população carente	6º	Controle de Zoonoses	6º
Aumentar a eficácia dos programas de geração de renda	7º	Participação Popular	7º
Idosos	8º	Apoio Diagnóstico	8º
Aumentar a eficácia aos programas de atendimento aos meninos(as) de rua	9º	Regulação Hospitalar	9º
Aumentar a eficácia aos programas de atendimento à população de rua	10º	Reforma de Unidades	10º
Ampliar o atendimento aos adolescentes infratores	11º	Saúde Bucal	11º
Estimular a articulação do governo para o atendimento aos dependentes químicos	12º	Regulação Ambulatorial	12º
		Apoio Terapêutico	13º
		Vigilância Sanitária	14º
		Sistema de Informação	15º

ESPORTES	HIERAR- QUIA
Programas Comunitários	1º
Equipamentos Esportivos	2º
Promoção de Eventos	3º
Apoio à Entidades	4º

TURISMO E EVENTOS	HIERAR- QUIA
Apoio a Eventos de Lazer e Negócios	1º
Informação Turística	2º
Promoção e Divulgação Turística	3º
Apoio e Articulação de novos equipamentos	4º

URBANO	HIERAR- QUIA
Aterro de Capitão Eduardo	1º
Programa Estrutural para Áreas de Risco	2º
BHBUS	3º
PROPAM	4º
Plano Diretor de Drenagem Urbana	5º
Manutenção em ZEIS	6º
Projeto Av. Pedro II	7º
Intervenção estrutural Vila Senhor dos Passos	8º
Via 206 – Av. Teresa Cristina	9º
Intervenção estrutural Vila Pedreira Prado Lopes	10º
Intervenção estrutural Conjunto Taquaril	11º
Intervenção estrutural Vila Apolônia	12º
Intervenção estrutural Aglomerado Santa Lúcia	13º
Intervenção estrutural Vila Alto Vera Cruz	14º
Intervenção estrutural Vila Ventosa	15º
PACE	16º
Projeto Av. Antônio Carlos	17º
Via 590 – Várzea da Palma	18º
Via 220 – Av. dos Navegantes	19º
Intervenção estrutural Aglomerado da Serra	20º
Intervenção estrutural Vila Califórnia	21º
Intervenção estrutural Aglom. Morro das Pedras	22º
Via 090 – Anel	23º
Via 590 (MG - 05)	24º
Parque Roberto Burle Marx	25º
Parque Jacques Cousteau	26º
Parque de Feiras e Eventos / Coração Eucarístico	27º
Via 710	28º
Plano de Recapeamento de Vias	29º
Via 210	30º
Parque do Aeroporto Carlos Prates	31º
Revitalização Rua Guaicurus	32º
Acesso Sul BR 356 / MG 030	33º
Revitalização Rua dos Caetés	34º

PLANOS REGIONAIS	HIERAR- QUIA
Região Norte	1º
Região Barreiro	2º
Região Pampulha	3º
Região Nordeste	4º
Região Leste	5º
Região Noroeste	6º
Região Oeste	7º
Região Centro Sul	8º

ADE GRUPO 1	HIERAR- QUIA
Isidoro	1º
Serra do Curral	2º
Hospitalar	3º
Vale do Arrudas	4º
Savassi	5º

ADE GRUPO 2	HIERAR- QUIA
1.º de Maio	1º
Lagoinha	2º
Cidade Jardim	3º
Serra do Curral	2º
Hospitalar	3º

2.8 - ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2001-2002 – OP 2001-2002

Cerca de 2.400 delegados da população de Belo Horizonte, reunidos em distintos fóruns, aprovaram os planos de obras regionais e de habitação para o biênio 2001-2002. Compõem este programa 133 obras de várias naturezas e 830 moradias para famílias sem-casa. Para tanto, foram disponibilizados R\$87,5 milhões, 18% superior à quota do OP99-2000.



Caravana de Prioridades

R\$71,5 milhões foi a quantia disponibilizada à população para os empreendimentos regionais. Sua distribuição, para efeito da deliberação popular, inaugurou um novo formato para o OP Regional em Belo Horizonte.

Até então, os recursos eram distribuídos tendo em conta a divisão regional da cidade, a população e a renda média em cada uma das regiões. Com o OP 2001-2002, dois poderosos fatores de equidade na distribuição dos recursos entraram em cena: de um lado, uma nova regionalização da cidade, dividida agora em 81 áreas homogêneas, chamadas Unidades de Planejamento (UP), sendo que os grandes aglomerados de vilas e favelas constituem UP independentes, e de outro, um índice capaz de calcular diretamente a carência de serviços e equipamentos urbanos (e o acesso da população a estes serviços) em cada uma dessas áreas, chamado de Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU). Dessa maneira, quanto mais populosa e mais carente, mais recursos foram distribuídos a uma UP específica.

A seleção dos empreendimentos se fez parcialmente nas UP. Como transição para uma deliberação futura diretamente nas UP, foram tomadas como espaços de deliberação as sub-

regiões (46 no total), compostas em sua maioria de 2 UP. Do total de sub-regiões, 26 já são a própria UP.

Do total das UP, foram destacadas as 20 de maior qualidade de vida urbana, reservando-lhes R\$ 6,5 milhões dos R\$ 71,5 milhões disponibilizados. Normalmente com uma participação pequena nas assembleias do OP, desta vez os moradores dessas regiões acorreram em grande número, conseguindo, como o restante da cidade, cumprir a nova regra do comparecimento mínimo: para que os moradores das sub-regiões pudessem dispor plenamente do recurso respectivo, deveriam mostrar uma presença de no mínimo 0,5 % da população respectiva.

Mais de 31.200 moradores, representando 208 bairros e vilas, pré-selecionaram, nas assembleias sub-regionais, as demandas a serem vistoriadas e pré-orçadas pela Prefeitura. Elegeram mais de 2.400 delegados para os Fóruns Regionais, dos quais cerca de 1.900 estiverem presentes. Antes da escolha final dos 133 empreendimentos, os delegados visitaram, na Caravana das Prioridades, as 212 demandas pré-selecionadas.

Nos Fóruns, foram eleitas 315 pessoas para compor as 9 Comissões Regionais de Fiscalização do OP (COMFORÇA) para o biênio 2001-2002.

Foram disponibilizados pela Prefeitura para o OPH 2001-2002 R\$ 16 milhões. O Conselho Municipal de Habitação deliberou que a utilização desta verba devia obedecer à seguinte distribuição:

- R\$ 12,4 milhões para a construção de 830 novas unidades habitacionais;
- R\$ 1,4 milhões para a construção de 113 unidades habitacionais a famílias que já dispunham de lotes conquistados no OP98;
- R\$ 2,2 milhões para programa de apoio técnico às Cooperativas e/ou Associações Habitacionais (estudos e projetos executivos para aproximadamente 2.500 famílias).

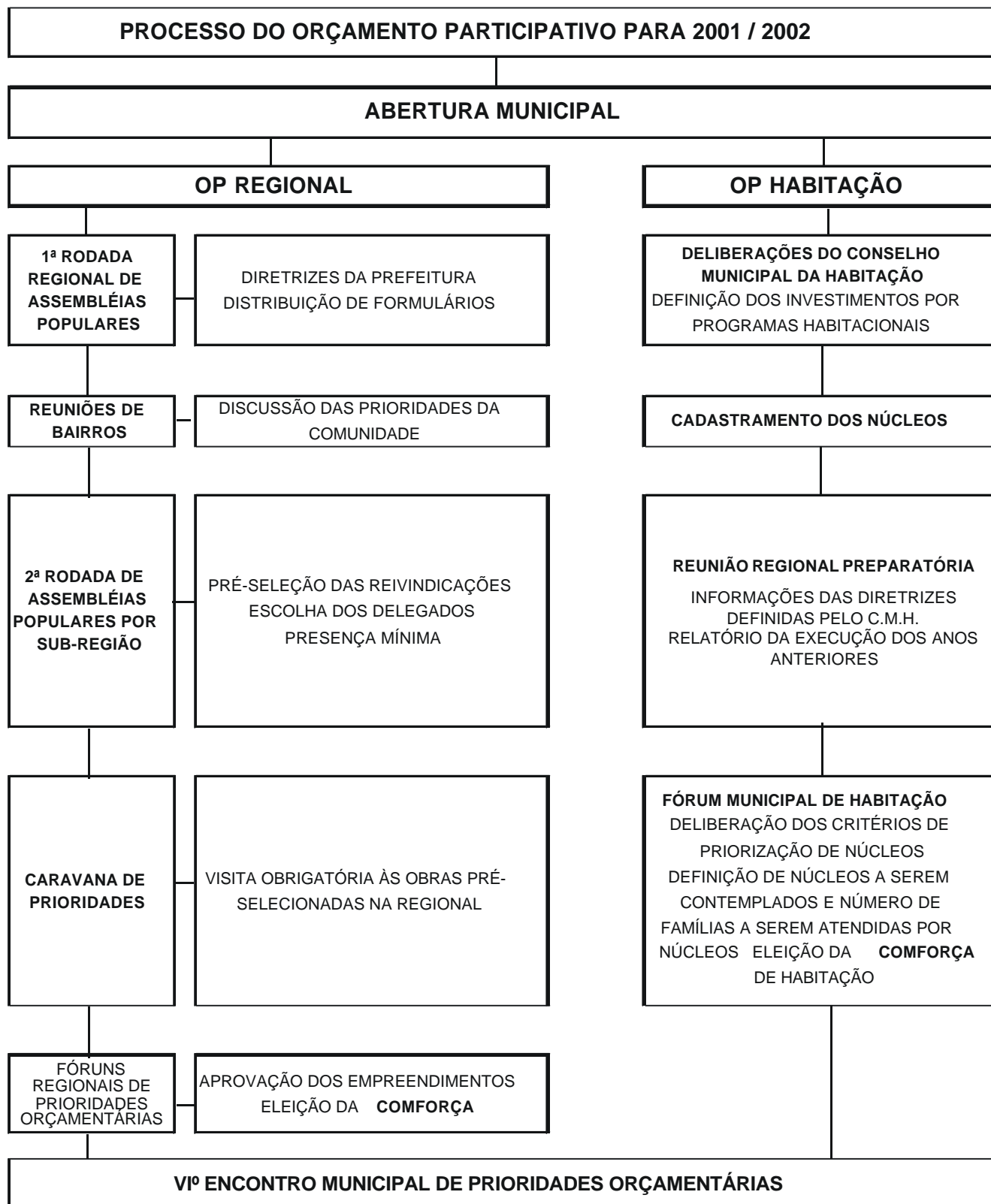
No Fórum Municipal do OPH 2001-2002, 488 delegados aprovaram os critérios para priorizar a destinação das moradias às famílias sem-casa e definiram quais núcleos organizados de sem-casa seriam beneficiados. Para a distribuição dos benefícios entre os núcleos, foi eleita uma comissão paritária de representantes de cada regional.

Os delegados representaram 13.406 famílias sem-casa participantes das plenárias regionais as quais se organizam em 160 núcleos (cadastraram-se para o OPH 179 núcleos, sendo 53 novos em relação ao OPH 99-2000, expressando um total de 32.260 famílias associadas).

Por fim, o Fórum elegeu a COMFORÇA da Habitação.

PROCESSO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO PARA 2001 / 2002

"CONSOLIDANDO A DEMOCRACIA PARA GOVERNAR"



2.9 - ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DA HABITAÇÃO

Implantado em Belo Horizonte na primeira gestão democrática e popular, o **Orçamento Participativo da Habitação (OPH)** cada vez mais se consolida como um instrumento inovador de discussão pública de investimentos em habitação popular. É, hoje, reconhecido como um dos mais avançados mecanismos participativos no trato da crise habitacional que assola o país. O déficit nacional de moradias atinge a alarmante cifra de sete milhões, só em Belo Horizonte esse número é estimado em aproximadamente 50 mil.

O OPH, além de revitalizar as forças associativas e solidárias do movimento social dos sem-casa, possibilitando o acesso à moradia digna de famílias que dele participam, abre também uma efetiva contribuição ao aperfeiçoamento institucional da Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (Urbel), órgão gestor da política municipal de habitação, na medida que intensifica o contato de seus técnicos com a cultura e a eficiência democráticas, um dos pressupostos básicos do modelo de exercício do poder da Prefeitura desde 1993.

Dando continuidade à política de inversão de prioridades iniciada na gestão anterior, a gestão que ora se encerra, passou a alocar maior volume de recursos próprios na área de habitação popular. Diga-se de passagem que o déficit habitacional, que cresce ano a ano, reflete o agravamento do quadro de desigualdades e exclusão social provocado pela política econômica. Um dos indicadores desse flagelo é o crescimento da população das vilas e



Foto: Vander Bras

Conjunto Urucaia

favelas em taxas superiores ao verificado na totalidade da cidade. Enquanto a população da capital aumentou num ritmo de 0,7% no período compreendido entre 1990 e 1996, nas áreas consideradas de interesse social o crescimento foi de 3,5%.

Por si só, esse é um dado revelador da necessidade de um enfrentamento de maior envergadura para sanar o dramático problema habitacional, o que extrapola os limites e a capacidade do município, exigindo participação efetiva, através do aporte de recursos, das esferas dos poderes federal e estadual.

É nesta gestão que o OPH se consolida enquanto canal direto de interlocução e participação popular junto ao poder público destinado a propiciar o acesso a moradia pelas famílias de baixa renda, promovendo o desenvolvimento humano e o crescimento político e organizativo dos grupos de sem casa. De forma geral, foram efetuados inúmeros esforços para operacionalizar com maior agilidade os projetos já aprovados, contando ainda com a vantagem de que algumas etapas do processo já se encontravam superadas, como a aquisição de terrenos para a edificação dos empreendimentos e o trabalho técnico de elaboração dos projetos.

No período delimitado entre 1997 e 1998, a estrutura do OPH defrontou-se com algumas dificuldades em decorrência de problemas jurídicos legais enfrentados pelo Conselho Municipal de Habitação. Já a partir de 1998, há visível melhoria da atuação do programa o que coincide com o número maior de projetos concluídos e



Foto: Vander Bras

Conjunto Habitacional Tirol

de outros possíveis de serem implantados. Além disso, verifica-se, também, a concretização da implantação de vários conjuntos habitacionais aprovados nos OPH anteriores, e o andamento dos projetos aprovados posteriormente.

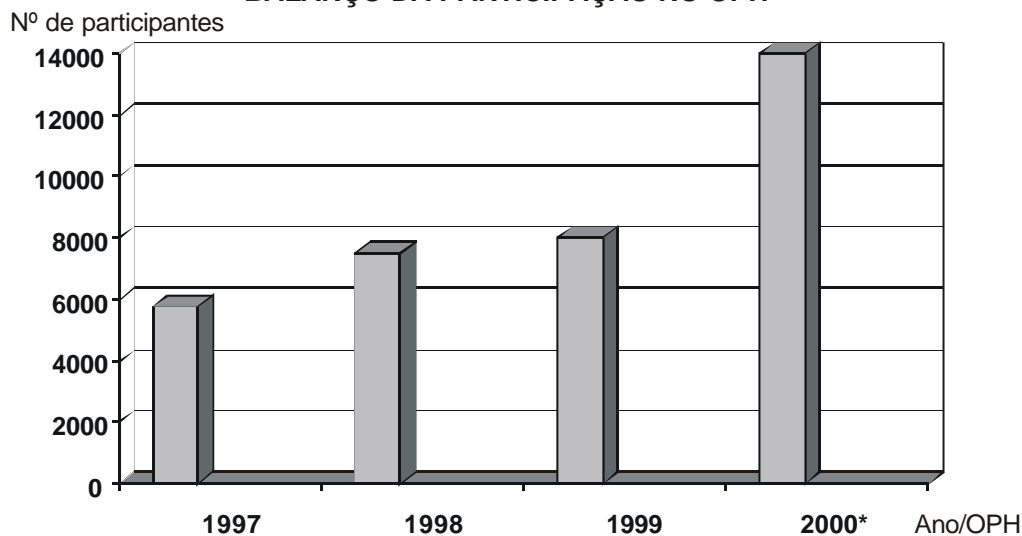
O programa de Autogestão de produção de moradias foi um avanço marcante na forma de execução dos empreendimentos ao contar com a participação direta dos grupos de sem casa. Através do repasse de verbas públicas, de maneira autônoma, as cooperativas organizadas passaram a gerenciar todo o processo de construção das casas. Seus participantes discutem e decidem todos os passos do projeto, desde a contratação de assessoria técnica, a compra de material até a execução da obra. Sem dúvida, a forma autogestionária propiciou um salto de qualidade no modo de gestão do OPH.

Os projetos executados pelo Orçamento da Habitação apresentam inegável qualidade, pois são dotados de toda infra-estrutura necessária a uma moradia decente, inserindo a população beneficiada no contexto da cidade, levando-a a exercer a

cidadania plena. Há uma busca na otimização dos custos sem impor uma padronização uniforme da tipologia das moradias. Ao contrário, as residências são diferenciadas, adequando-se melhor às necessidades de cada família. Exemplo disso são os conjuntos habitacionais Granja de Freitas I e II, de prédios e sobrados com dois e três quartos, respectivamente, para 690 famílias. Nesse aspecto, o avanço reside na busca de um “padrão” de habitação popular, isto significando, uma padronização para otimizar custos sem rebaixamento do nível da qualidade das moradias. No entanto, faz-se necessária intervenção mais sistematizada junto aos núcleos de sem-casa, para que o programa possa se ampliar. O que também contribuirá decisivamente na formação política de seus milhares de integrantes.

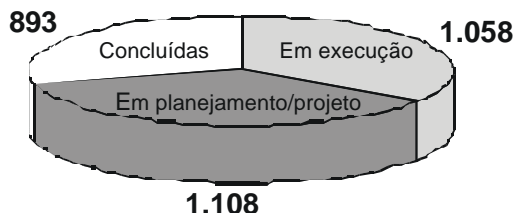
Outra ação fundamental é o trabalho de acompanhamento social contínuo e efetivo após a entrega dos conjuntos para a comunidade, para evitar a degradação do ambiente e o desrespeito às normas vigentes na Lei de Uso e Ocupação do Solo e incentivar regras saudáveis de convivência coletiva.

GRÁFICO 1
BALANÇO DA PARTICIPAÇÃO NO OPH



* Discussão pública para os investimentos do OPH 2001/2002

GRÁFICO 2
Situação do OPH 96/97/98/99-2000
Número de Unidades Habitacionais



Total: 3.059 unidades habitacionais

2.10 - EXPERIÊNCIA DA MOBILIZAÇÃO DO OP CIDADE E DO OP REGIONAL

Os avanços da experiência do Orçamento Participativo em Belo Horizonte têm estimulado a participação, a cada ano, de novos segmentos da sociedade. Esta ampliação tem se consolidado através do crescimento do OP, tanto no que diz respeito à ampliação da participação popular, quanto à implantação de novas metodologias. O OP Cidade foi o grande desafio colocado pela PBH para a população, momento em que os cidadãos passaram a discutir e priorizar interesses divergentes em áreas complexas e de grandes demandas sociais. Para o OP Regional, o novo formato apresentou modificações no cálculo da distribuição dos recursos.

A incorporação dessas novas metodologias proporcionou uma maior participação de setores que até então não se sentiam estimulados a participar do OP, desafiados a apresentar reivindicações de melhorias urbanas para as suas regiões. De um lado, o OP Cidade estimulou a participação da sociedade organizada através dos setores sociais e urbanos. Por outro lado, o OP Regional garantiu a participação da classe média e também dos grandes aglomerados de vilas e favelas, considerando que a distribuição levou em conta o Índice de Qualidade de Vida Urbana - IQVU, ou seja, quanto mais populosa e carente a sub-região mais recursos a ela seriam destinados.

Democratizar as informações do processo, instruir a população a participar, promover a

participação de segmentos ainda pouco envolvidos e capacitar as novas lideranças do OP foram os principais objetivos desenvolvidos pela equipe de mobilização para o Orçamento Participativo Cidade e Regional. As ações foram realizadas de forma processual, acompanhando as várias fases do OP, sendo adotadas metodologias específicas conforme a etapa implantada.

A equipe de coordenação do processo de mobilização do OP é constituída a partir dos diversos órgãos da PBH, que elaboram o Plano de Mobilização, buscando estruturar uma rede de mobilização capaz de multiplicar as ações necessárias para envolver e sensibilizar o munícipe no processo do OP. Com relação ao OP Cidade, esta coordenação ficou a cargo da Comissão Executiva de Mobilização. Quanto ao OP Regional 2001-2002, coube à Secretaria Municipal de Planejamento, através da Coordenação do OP e da BHTRANS, por meio de sua Jornada Participativa conduzir o processo de mobilização.

Breve Histórico da Mobilização na Administração 93/98

As campanhas desenvolvidas no Orçamento Participativo no período 93/98 buscaram explorar mais o rádio e a televisão como principais veículos de comunicação. Os materiais publicitários tais como bottons, cartazes e folderes também foram utilizados como instrumentos de informações para a população.

No OP/95 foi produzido o noticiário diário **Minuto do Orçamento Participativo**, veiculado em sete emissoras AM da cidade. Além de informar sobre o andamento do OP, o programa abriu espaço para entrevistas com lideranças e autoridades municipais sobre o tema.

Uma grande novidade da mobilização no Orçamento Participativo foram as Feiras Culturais realizadas durante o processo do OP 95. As feiras tinham por objetivo ampliar o processo de divulgação e mobilização popular em torno do OP. Com uma extensa programação artística, cultural e esportiva, durante um sábado ou domingo em cada região, contou com grande participação, principalmente da juventude. Nas Feiras foram montados stands com



Ação Integrada - OP Cidade - Regional Norte

material de divulgação do OP, contando sua história e objetivos e prestando contas sobre o andamento das obras aprovadas no OP anterior e convidando a população a participar das assembléias do Orçamento Participativo em curso. Outro objetivo das Feiras foi apresentar de forma mais criativa e abrangente o trabalho desenvolvido pelas várias secretarias e órgãos da PBH. As secretarias presentes foram as de Planejamento, Governo, Abastecimento, Meio Ambiente, Educação, Desenvolvimento Social, Esportes, Cultura e Saúde, ao lado da BHTRANS, BELOTUR, SLU, SUDECAP, URBEL, AMAS e PRODABEL. As Feiras Culturais foram realizadas em 1994 e 1995.

No OP 96, as ações de mobilização social e comunicação buscaram consolidar o Orçamento Participativo como “Uma Nova Forma de Governar”. Para isso, a campanha de comunicação e mobilização social teve os seguintes objetivos:

- esclarecer ao público, com o máximo de simplicidade, como funciona o Orçamento Participativo;
- ganhar a simpatia de toda a sociedade, buscando sensibilizar as pessoas, independentemente de posição social ou opção política, fazendo-as perceber que o OP é a saída justa, honesta e democrática para a administração mais eficiente da cidade;
- atingir formadores de opinião;
- trabalhar o conceito de que quem vive o problema é quem pode apontar as prioridades;
- mostrar que o OP é a marca da PBH por deixar clara a inversão de prioridades na Administração e o fortalecimento da participação popular no processo democrático;
- educar para o princípio da cidadania;
- ampliar a participação popular.

Para cumprir estes objetivos foi veiculada ampla campanha em rádio, TV e jornais e foram produzidos folderes, cartazes, adesivos, camisetas e cartilha sobre o OP, além da montagem de exposição sobre o **Orçamento Participativo em Belo Horizonte e em outras cidades do Brasil**. A cartilha **Orçamento Participativo - O poder de decisão nas mãos do cidadão** foi editada para explicar o processo de forma simples e clara e distribuída amplamente nas regionais e nos pontos centrais da cidade, após a apresentação de grupos de teatro de rua sobre o mesmo tema.

Mobilização no OP Cidade

Para a Mobilização do OP Cidade, foi constituída uma Comissão de Mobilização e Comunicação, representada por 28 órgãos da PBH. Cumpre ressaltar que a experiência desenvolvida pela Comissão constituiu-se em uma ação inédita na prefeitura, possibilitando o estabelecimento de uma rede de mobilização favorável ao envolvimento direto de diversos setores da PBH num único programa, promovendo a disputa política em defesa do modelo de gestão democrática e popular.

A formação da Comissão de Mobilização e Comunicação teve como objetivos principais elaborar um plano de ações que possibilitasse um maior envolvimento dos diversos órgãos da PBH na discussão de um programa de suma importância política e de participação popular para a administração, além de promover ações que viabilisassem a participação dos cidadãos na administração da cidade, contribuindo assim para o avanço da consciência cidadã.

A partir da definição de quais segmentos prioritários da população seriam mobilizados, a comissão propôs ações que promovessem uma maior participação popular no processo do OP Cidade. Assim, foram desenvolvidas ações que viabilizaram o envolvimento dos **servidores municipais** na discussão do processo no sentido de aprofundar a discussão do Planejamento Estratégico, a capacitação das **lideranças comunitárias do OP**, visando um melhor



entendimento das políticas sociais e urbanas e a mobilização da **população**, informando e prestando contas aos cidadãos moradores das nove regiões administrativas. Além destas ações, a Comissão de Mobilização implantou o programa de rua OP SHOW, de periodicidade semanal, na área central de BH. O programa consistiu em informar à população como participar do OP, bem como prestar contas das realizações e andamento das obras. A estrutura do OP SHOW foi montada a partir de diversos quadros, tais como: entrevistas com o público e lideranças, esquetes teatrais, quadros humorísticos e musicais entre outros. O principal objetivo foi o de instituir um canal direto de discussão com a população sobre as políticas públicas.

O processo da mobilização do OP Cidade se desenvolveu em três etapas: a primeira, em março de 99, reuniu pela primeira vez os integrantes da mobilização indicados pelos dirigentes dos órgãos. Esses agentes de mobilização definiram o seu papel frente à proposta de realizar a mobilização, os segmentos a serem mobilizados e a indicação de uma **Comissão Executiva de Mobilização**; na segunda etapa, a Comissão elaborou, através do método do Planejamento Estratégico, o **Plano de Mobilização e Comunicação**; na terceira e última etapa, a partir de abril, detalhou-se as metas propostas pelo Plano implementando-as até meados de setembro.

A coordenação do processo de mobilização do OP Cidade ficou a cargo da **Comissão Executiva de Mobilização** formada por dois representantes da Secretaria Municipal de Administração, um representante da Administração Regional Centro-Sul representando as nove administrações regionais, um representante do Departamento de Ação Regional - DARGO e um representante da

Secretaria Municipal de Planejamento, a quem também coube o papel de dirigir todo o processo.

Mobilização no OP Regional 2001-2002

O crescimento da participação popular no OP tem sido, em parte, decorrente da mobilização de lideranças comunitárias, que vêm participando do processo há muito tempo. Este fato tem demonstrado a credibilidade dessas lideranças no processo, fazendo com que eles se sintam com tranquilidade para divulgar um programa que tem apresentado resultados positivos para as comunidades as quais representam. Por outro lado percebe-se uma limitação na ampliação da participação de cidadãos que não se sentem representados por nenhuma destas associações comunitárias ou de outras entidades sociais tais como: culturais, religiosas, comunidade escolar entre outras.

Assim, o Plano de Mobilização teve por objetivo incorporar novos segmentos contemplados pelo novo formato do OP Regional 2001-2002, além de democratizar as informações do processo, esclarecendo-as sobre a metodologia aplicada. O Plano foi norteado a partir das seguintes considerações:

- a incorporação de novas bases de cálculo na distribuição de recursos possibilitou ao setor médio da cidade apresentar reivindicações sem o incômodo de estar disputando obras com comunidades mais carentes;
- a necessidade de esclarecer o processo de participação, incorporando novos atores sociais, considerando as novas regras instituídas pelo formato do OP 2001/02;
- a consolidação de ações mais processuais e educativas permitiu a permanência da mobilização mesmo depois das obras terem sido pré-selecionadas e eleitos os delegados.

QUADRO I

REGIONAL	ABORDAGEM NOS BAIRROS	ESCOLAS	IGREJAS	OP MÓVEL *	APRESENTAÇÕES TEATRAIS
ARCS	12 bairros e 01 aglomerado	08	05	05	02
ARL	02	03	02	03	02
ARNE	04	03	03	05	03
ARNO	05	04	01	03	01
ARO	07	03	02	02	-
ARP	05	03	04	03	-
ARVN	02	02	-	02	-
Total	38	26	17	23	08
Total do público abordado	4.693	9.000	3.200	-	

* Bairros onde foram expostos painéis de prestação de contas do OP e stand de informação

Normalmente, a mobilização da população se encerrava nesta etapa;

- a capacitação das novas lideranças do OP, promovendo o debate democrático e analítico do seu real papel político, permitindo uma discussão além dos problemas locais, dentro de uma perspectiva regional e da cidade.

A metodologia aplicada considerou dois importantes aspectos: o primeiro, a grande novidade em estar-se dialogando com um setor da sociedade pouco mobilizado para o OP, a classe média. Considerando esses novos atores no processo, o mobilização demandou uma nova estratégia nas ações, que foram desenvolvidas na Primeira Fase. A Fase 1 implicou promover a motivação desse segmento no processo, iniciando-se com os esclarecimentos necessários para a apresentação das demandas pelas comunidades e a garantia de presença mínima nas assembléias para aprovação das reivindicações pré-selecionadas. Segmentos multiplicadores tais como escolas, igrejas, associações de moradores, grupos culturais entre outros foram mobilizados e instruídos a participarem do OP Regional, apresentando suas reivindicações através do formulário entregue à PBH por comunidade. Além desta ação dirigida, a equipe da Jornada Participativa da BHTRANS realizou uma ampla campanha de informação de porta a porta em aproximadamente 130 mil domicílios do setor médio da cidade, com a entrega de volante informativo sobre o processo (Ver Quadro I).

Na Fase 2, momento posterior à seleção e eleição dos delegados para a priorização dos empreendimentos a serem concluídos pela PBH, a mobilização atuou considerando a permanência do repasse de informações do processo no sentido de democratizar o conteúdo, esclarecendo o que é o OP e em que fase o OP se encontrava – obras pré-selecionadas e delegados eleitos. Outro aspecto abordado na mobilização foi a capacitação dos delegados eleitos, subsidiando uma decisão mais qualificada com relação à escolha dos empreendimentos aprovados nos Fóruns Regionais, momento no qual os delegados priorizam as obras pré-selecionadas. As ações desenvolvidas foram:

* Capacitação das Lideranças do OP 2001/02

- 1- Realização de 9 seminários nas regionais para preparação dos Fóruns Regionais abordando os

seguintes aspectos:

- o que é o OP;
- regimento dos Fóruns Regionais;
- papel dos delegados do OP.

- 2- Realização do Ciclo de Debates **Entendendo e participando do Orçamento Público** com carga horária de 9 horas, abordando os seguintes temas:

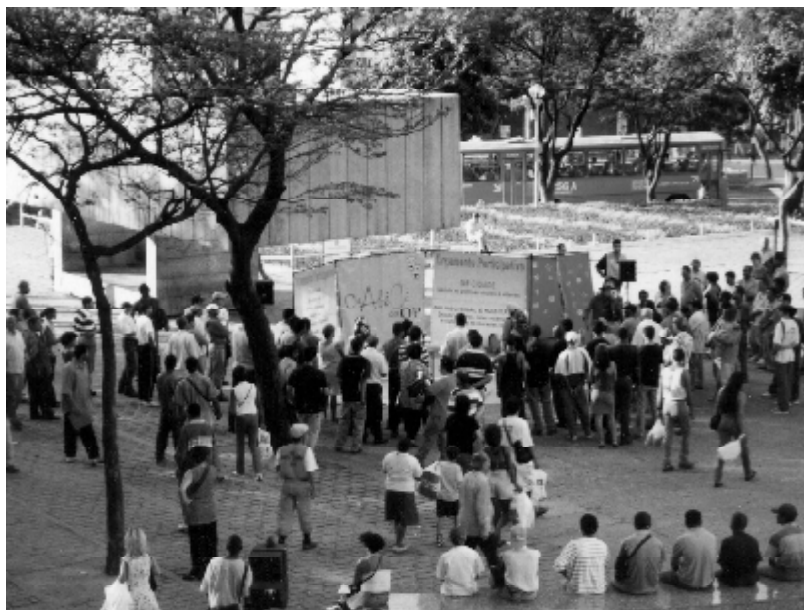
- Ciclo Orçamentário;
- Planejamento urbano;
- Participação Popular.

* Mobilização da População nas Regionais Administrativas

- Elaboração de banco de dados para subsidiar abordagem de rua: foram considerados todos os bairros com obras do OP concluídas e pré-selecionadas no OP 2001/02;
- Intervenção lúdica através de peça teatral informando o que é o OP e em que fase o OP se encontra (obras pré-selecionadas, delegados eleitos e calendário do OP);
- Abordagem pela equipe de mobilização com distribuição de folder com as obras pré-selecionadas e calendário do OP.

No total, a equipe de mobilização composta por um grupo de teatro, coordenadores técnicos e estagiários, abordou 193 bairros, vilas e favelas. O Ciclo de Debates contou com a participação de 169 lideranças do OP, sendo a sua maior parte constituída por lideranças de bairro. Em pesquisa realizada durante a realização do ciclo, vale ressaltar que 59% das lideranças estavam participando do OP pela primeira vez.

Foto: André Stactauskas



Apresentação da Cia. ABECÊ do OP na Praça da Rodoviária

3 - FÓRUNS DE CONDUÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

3.1 – INSTÂNCIAS DE CONTROLE SOCIAL

Ao longo do processo, foram instituídas várias instâncias de representação da sociedade civil: **COMFORÇA** (Comissão de Fiscalização Orçamentária), **CMOP** (Comissão Municipal do Orçamento Participativo), **Comissão da Cidade** e a **Comissão Conselho da Cidade**. O quadro abaixo mostra o número de participantes nos diversos fóruns do OP ao longo dos seus 8 anos.

COMFORÇA

A Comissão Regional de Acompanhamento e Fiscalização do Orçamento (COMFORÇA), por sua excepcional importância como agente fiscalizador da população, foi composta desde o início do processo em 1993, com a escolha dos representantes populares junto ao Orçamento Participativo. O seu papel, desta forma, consiste em proceder ao acompanhamento das obras priorizadas, fiscalizando a sua execução. Em cada edição do Orçamento Participativo, novas COMFORÇA foram eleitas, agregando-se ao processo de representação popular. Cada regional elege uma comissão, sendo 9 ao todo na cidade.

O regimento das COMFORÇA, na sua criação, estabeleceu como sua função:

- Acompanhar e fiscalizar a execução orçamentária, o cronograma de obras, os gastos e a prestação de contas, sobretudo aqueles relacionados com as definições do Fórum de Prioridades Orçamentárias, sendo que a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte assegurará as informações necessárias;
- Detalhar, complementar, redimensionar, ouvindo a comunidade interessada, as prioridades definidas pelo Fórum Regional de Prioridades Orçamentárias, quando se estabelecerem razões subvenientes;
- Promover debates com assessores, órgãos ou entidades específicas para subsidiar as decisões internas;

- Solicitar esclarecimentos e informações às autoridades municipais acerca de políticas públicas, prioritariamente aquelas com repercussão orçamentária;
- Realizar reuniões com os representantes do Orçamento Participativo nas sub-regiões para discutir o andamento da execução orçamentária dos investimentos aprovados no Fórum de Prioridades Orçamentárias;
- Convocar e organizar, bianualmente, juntamente com órgãos da PBH, o Fórum de Prioridades Orçamentárias;
- Designar pelo menos 2 de seus membros efetivos para acompanhar o processo de abertura de propostas, quando da licitação dos investimentos aprovados pelo Fórum Regional de Prioridades Orçamentárias;
- Discutir o comportamento de membros das COMFORÇA quanto a denúncias concretas de proveito pessoal, podendo, em caso comprovado, propor a exclusão de seu mandato.

O mandato dos membros das COMFORÇA se estende da data da realização do fórum em que forem eleitos até 31 de dezembro do exercício seguinte, podendo seus membros serem reeleitos para o próximo exercício. Durante esses 8 anos, ocorreram modificações no sentido de aperfeiçoar o processo de participação popular no Orçamento Participativo; em consequência, também o papel das COMFORÇA se modificou, ficando claro para a administração municipal e para as lideranças populares que sua existência era essencial para a total transparência do processo. Sendo assim, seu papel fiscalizador ganhou importância ao longo desse período, sua participação sendo hoje fundamental para o sucesso do Orçamento Participativo.

QUADRO 2

CONTROLE SOCIAL DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE BELO HORIZONTE

PÚBLICO	NÚMERO DE PARTICIPANTES
Delegados aos Fóruns Regionais	2490 eleitos do OP 2001-2002
Comissões Regionais de Fiscalização do Orçamento Participativo COMFORÇA	1508 eleitos do OP 94 a 2000 337 eleitos do OP 2001-2002
Comissão Municipal do Orçamento Participativo – CMOP	55 eleitos
Comissão da Cidade	108 eleitos
Conselho da Cidade	78 eleitos

Fonte: OP-SMPL-PBH/2000

CMOP

No início de 1997, foi instituída a **Comissão Municipal do Orçamento Participativo (CMOP)**, composta por representantes das COMFORÇA e, paritariamente, da Prefeitura de Belo Horizonte, com o objetivo de aprimorar a participação popular organizada nas decisões do OP. A importância da CMOP reside na experiência de se constituir em fórum municipal, com representação de todas as regionais, convocando e organizando, em conjunto com a prefeitura de Belo Horizonte, os Fóruns Regionais de Prioridades Orçamentárias, apreciando a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias e o PPA – Plano Plurianual de Ação Governamental. Por isso, em virtude de sua importância e sua relevante contribuição a todo o processo referente ao Orçamento Participativo, a CMOP participou, no final de 1997, do seminário de avaliação do OP, quando foi mostrada a necessidade de se dar um salto de qualidade no projeto, incorporando a discussão da implementação de políticas sociais e obras estruturantes da Prefeitura no escopo de deliberação do Orçamento Participativo. Em 1998, foi realizado o primeiro Orçamento Participativo Regional e de Habitação, com efeito bianual (OP99-2000) e convocada a Pré-Conferência do OP Cidade para o final desse ano. A CMOP participou de todo esse processo, atuou ainda destinando parte dos recursos do OP 98 aos empreendimentos atrasados dos OP anteriores. A participação da CMOP foi importante e fundamental nesse processo de reavaliação da metodologia do Orçamento Participativo. Na Pré-Conferência foi substituída pela Comissão da Cidade.

Comissão da Cidade

Dentro do processo de implantação do OP Cidade, em dezembro de 1998, foi realizada a Pré-Conferência Municipal de Prioridades Orçamentárias (PRÉ-COMPOR), reunindo 358 delegados, sendo 181 representantes institucionais e 177 representantes populares regionais e dos setores de saúde, educação, desenvolvimento social, habitação e cultura.

Como a temática da Pré-Conferência abordava as políticas setoriais, foram criados fóruns setoriais para a escolha dos delegados à Conferência, o que ocorreu ou em plenárias dos seus

respectivos conselhos ou em conferências setoriais (Educação e Habitação), no limite de 30 representantes dos setores (Cultura, Desenvolvimento Social, Educação, Saúde, Habitação e Política Urbana). Os representantes regionais foram escolhidos na proporção de 50% dos integrantes das nove Comissões de Fiscalização Regional (COMFORÇA), eleitas no OP Regional para o período de 1999-2000.

Inúmeras reuniões preparatórias à Pré-Conferência foram realizadas com as lideranças e conselhos setoriais, sendo debatidos os princípios relativos à priorização dos gastos da Prefeitura com programas sociais e obras estruturantes, bem como a proposta de constituição do Conselho da Cidade, integrado por representações de todos os setores de políticas públicas no município e entidades gerais da cidade.

Na Pré-Conferência, foram identificados os principais problemas de cada setor e, constituindo-se em um passo à frente no processo de modernização e atuação do Orçamento Participativo, foi aprovada a instalação da Comissão da Cidade, em substituição à CMOP. À época, pelo fato de o OP estar iniciando as discussões setoriais, tornava-se importante constituir uma instância que congregasse representantes de todos esses setores e não somente representantes das obras regionais, como era o caso da CMOP. A Comissão da Cidade foi então composta paritariamente entre sociedade civil e PBH, num total de 108 membros, abrangendo representação de todos os setores que participaram das Pré-Conferências. Sua posse ocorreu em março de 1999.



Votação no OP Regional

De acordo com suas atribuições, a Comissão da Cidade participou da preparação da 1ª Conferência da Cidade, acompanhou e avaliou a execução das metas do OP Regional e OP Habitação, além de outras contribuições. O seu mandato encerrou-se em setembro/99, substituída que foi pela Comissão Conselho da Cidade.

Durante o processo de preparação da 1ª Conferência da Cidade, foram realizadas diversas reuniões entre a Administração Municipal e cada Conselho Setorial para esclarecer os objetivos do OP Cidade, o papel da futura Comissão Conselho da Cidade e sua relação com os conselhos existentes. Ficou claro que nem a Conferência da Cidade nem a Comissão Conselho da Cidade concorrem com as atribuições de Conferências e Conselhos Setoriais, não sendo também sua culminância, mas o momento e o espaço para que prioridades aprovadas setorialmente possam disputar-se no orçamento municipal.

As Plenárias e Conferências Municipais Setoriais, dez ao todo, foram realizadas em agosto e setembro de 1999, envolvendo diretamente mais de seis mil pessoas entre delegados e participantes. Nesses Fóruns, foram apresentados os Planos Estratégicos Setoriais, que foram debatidos, aprovados e hierarquizados. As plenárias elegeram seus delegados segundo o número de participantes afixado pela Comissão da Cidade na seguinte proporção de delegados sociais: entre 200 a 300 participantes, elegeu-se 20 delegados; entre 300 a 500, 36 delegados; entre 500 a 1000, 56 delegados e acima de 1000, 80 delegados. Os servidores municipais foram eleitos até o limite de 20% do total de delegados. A novidade da 1ª Conferência da Cidade esteve na sua composição, privilegiando-se a representação popular (80% da representação), a direção municipal participando apenas como apoio técnico.

Comissão Conselho da Cidade

A Comissão Conselho da Cidade foi eleita na 1ª Conferência da Cidade ocorrida em setembro de 1999, com a participação de mais de 700 delegados dos diversos setores. A composição da Conferência foi a seguinte: Abastecimento (36 representantes sociais e 9 servidores municipais); Assistência Social (80 representantes sociais e 20 servidores municipais); Assuntos da Comunidade Negra: (56 representantes e 14 servidores municipais); Cultura (36 representantes sociais e 9 servidores municipais); Desenvolvimento Econômico (45 representantes sociais e 11 servidores municipais); Educação (36 representantes sociais e 9 servidores municipais); Esportes (36 representantes sociais e 9 servidores municipais); Saúde (56 representantes sociais e 14 servidores municipais); Turismo e Eventos (20 representantes sociais e 5 servidores municipais); Setor Urbano (45 representantes sociais).

Na Conferência, os delegados tiveram oportunidade de debater o conjunto dos planos setoriais e definir a ordem de importância (hierarquia) dos diferentes programas sociais da PBH, assim como das ações de planejamento e intervenções urbanas. E como culminância do processo, procederam à eleição da Comissão Conselho da Cidade.

A Comissão Conselho da Cidade conta majoritariamente com representação popular: são 35 representantes do setor social, 35 do setor urbano (aí incluídas as COMFORÇA), 5 do setor de desenvolvimento econômico, um único representante do Executivo Municipal (prefeito ou representante), 3 vereadores indicados pela Câmara Municipal e 1 representante do funcionalismo municipal (indicado pelas entidades sindicais representativas), num total de 79 membros.

A eleição da Comissão Conselho da Cidade constituiu-se em uma experiência inédita no conceito de participação popular, pois, pela primeira vez, instituiu-se um conselho com o objetivo de definir prioridades orçamentárias e agregando representantes de todos os setores populares. Como esses representantes foram eleitos nos respectivos setores, representam interesses muitas vezes distintos e antagônicos. Por exemplo, dentre as suas atribuições a Comissão Conselho da Cidade deverá decidir se atende prioritariamente as demandas de obras estruturantes ou o incremento de determinado programa social. Isso implicará a disputa entre os interesses diversos e por vezes conflitantes.

Para a definição dos parâmetros técnicos para o funcionamento da Comissão Conselho da Cidade, o Executivo Municipal publicou, em 15 de outubro de 1999, a portaria 3.742, que normatiza a transferência de recursos entre setores, as perdas máximas admitidas, as transferências por aumento de receita, a intervenção intersetorial, além de outras questões. Nessa portaria, define-se, por exemplo, que a Comissão Conselho da Cidade pode decidir por transferir recursos entre os macro-setores (social e urbano); essa transferência de recursos entre macro-setores obedece a regras pré-estabelecidas, a exemplo da perda máxima admitida (de 10% em 4 anos, ou 2,5% em 1 ano). Também ficou estabelecido que as relações entre setores são válidas apenas para recursos do Tesouro Municipal, não entrando repasses como o SUS, convênios, FUNDEF e outros.

Outra modalidade de custeio das novas demandas ou empreendimentos dá-se quando ocorrer aumento de receita. Assim, se o município tiver um crescimento de receitas acima de 3% da arrecadação, esse recurso poderá ser destinado, segundo definição da Comissão Conselho da Cidade, em intervenção intersetorial (quando diversos setores definirem estratégia de intervenção, com objetivo comum), ou em obra estruturante (a ser definida). Outra atribuição da Comissão Conselho da Cidade consiste na monitoração e

implantação dos planos estratégicos, das metas atingidas, dos recursos aplicados e dos impactos produzidos, segundo as prioridades aprovadas na Conferência da Cidade.

Através do OP Cidade, a Comissão Conselho da Cidade passa a trabalhar com uma dinâmica nova em relação ao orçamento. Não existe um montante de recursos previamente destinados, onde se coloca a decisão de onde aplicá-los, como no OPR e OPH. Discute-se a peça orçamentária, com os seus compromentimentos, os programas em curso e as alterações e remanejamentos necessários; não havendo recurso disponível a princípio, devem ser definidas diante da peça orçamentária, as prioridades de alocação.

A relação entre os Fóruns do Orçamento Participativo e os já instituídos no movimento popular (Conselhos e Conferências Setoriais) é questão nova, sendo objeto de reflexão a partir dos seus desdobramentos. A avaliação que se tem no momento, partilhada entre os membros dos Conselhos Setoriais existentes, é positiva, por se tratar de oportunidade de debater os problemas e carências dos setores sociais, em fóruns mais amplos, podendo ganhar aliados, influenciando, dessa forma, no destino de alocação das verbas do orçamento municipal. Assim compreendido, o funcionamento da Comissão Conselho da Cidade deverá ser acompanhado e avaliado pelos delegados da Conferência da Cidade, pelos Conselhos Setoriais, pelo executivo, pelos estudiosos da participação popular, enfim por todos que se interessam pelo avanço da democracia na cidade, por constituir-se em novo paradigma, que muda os referenciais existentes até então.

Como visto, uma grande novidade da Comissão Conselho da Cidade é o fato de definir alocação de recursos para prioridades para a cidade transcendendo interesses apenas setoriais. A decisão de definir prioridades orçamentárias para um determinado setor será o grande desafio dessa Comissão, pois, pelas regras de funcionamento, só haverá tal transferência para programa ou empreendimento que atingir a maioria na votação, estando definida a fonte de financiamento. Como a composição da Comissão Conselho da Cidade é partilhada pelos diversos interesses sociais, para a definição de realocação de verbas, há que se atingir um consenso tal, que os demais setores entendam que essa é uma prioridade indiscutível para a cidade e, assim apoiem a medida. Outra novidade é a introdução do conceito de intersectorialidade, o que isso significa para a cidade, quais os avanços, como estabelecer projetos em parceria, integrando ações, promovendo atividades conjuntas, definindo objetivo comum de intervenção. Esse tema é novo e tem que ser estabelecido um processo de reflexão a partir dos seus desdobramentos. Por enquanto, a atuação da Comissão Conselho da Cidade tem objetivado sua organização, investindo-se, inicialmente, em sua instalação, definição, regimento, regras de

funcionamento, definindo-se as lideranças, as interlocuções possíveis, as regras de convivência e seu relacionamento com o executivo. Tudo isso resultou na impossibilidade de se definir até então qualquer alocação orçamentária, quadro a ser alterado, assim que a Comissão estiver em pleno funcionamento.

As instâncias de participação popular têm cumprido um importante papel no OP, ampliando os espaços democráticos e a participação cidadã no cotidiano da administração municipal.

3.2 - A C O M P A N H A M E N T O, FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

A organização interna da Prefeitura de Belo Horizonte, para exercer o monitoramento da execução dos empreendimentos do OP, se concretizou em 1995, com a criação da **Secretaria Executiva** e do **Grupo Gerencial do Orçamento Participativo**. Estas estruturas visam definir metas e prioridades operacionais, promover a articulação e definir responsabilidades dos órgãos e secretarias no processo do Orçamento Participativo e sistematizar informações sobre o cronograma físico-financeiro dos empreendimentos, através de relatórios mensalmente atualizados.

A **Secretaria Executiva** e o **Grupo Gerencial** são de caráter operacional, reunindo as secretarias de Planejamento, Governo e Fazenda, Gabinete do Prefeito, Procuradoria Geral do Município e os órgãos executores, envolvendo a SUDECAP, a URBEL, as Administrações Regionais e a SLU.

O monitoramento dos empreendimentos ocorre em etapas bem definidas. Primeiro se dá a elaboração, pelos técnicos, do ante-projeto do empreendimento, de acordo com escopo e recursos definidos no Fórum Regional e com as diretrizes da política setorial a que atenderá. A seguir o ante-projeto é colocado para apreciação dos representantes do Grupo Gerencial e das COMFORÇA para aprovação.

Quando são necessários verbas complementares e/ou aditivos para a execução do empreendimento, a solicitação é encaminhada à coordenação do Grupo Gerencial para análise e parecer, e, posteriormente é enviada à JUCOF - Junta de Coordenação Orçamentária Financeira, levando em conta critérios rígidos quanto a limites de gastos e observação do escopo. Para encaminhar a execução dos empreendimentos, analisar solicitação de recursos aditivos, tratar pendências não resolvidas pelo órgãos executores, preparar relatórios físico-financeiros, a coordenação do Grupo Gerencial se reúne semanalmente e o Grupo Gerencial, mensalmente.

As informações relativas ao conjunto de obras do Orçamento Participativo são disponibilizadas à população através da internet, além dos relatórios escritos mensalmente apresentados às COMFORÇA em reuniões nas Administrações Regionais.

4 - RESULTADOS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE BELO HORIZONTE

4.1 - CAPACITAÇÃO DE LIDERANÇAS

Em 1997, iniciaram-se diversas atividades de capacitação das lideranças que exerciam o controle social sobre o OP. O público participante é composto por delegados eleitos aos Fóruns Regionais, as COMFORÇA, as Comissões que se constituíram e recentemente com o Conselho da Cidade. Esses cursos, palestras e seminários são livres, abertos aos interessados, sempre com uma participação muito significativa, sendo que alguns deles tiveram recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador e parcerias da Fundação João Pinheiro. Os temas desenvolvidos abrangeram desde Orçamento Público, Gestão Financeira e Execução Orçamentária, Licitações e Contratos, Controle Interno e Externo de Finanças Públicas, Gestão Pública Democrática, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Plano Plurianual de Ação Governamental, Legislação Urbana, Plano Diretor de Belo Horizonte, Índice de Qualidade de Vida Urbana e Acompanhamento e Monitoramento do OP Cidade. Cerca de 1500 pessoas participaram destes cursos, sendo que a grande maioria compõe o público diretamente envolvido com o Orçamento Participativo de Belo Horizonte, a saber: delegados dos fóruns regionais, membros das COMFORÇA e da CMOP, Comissão da Cidade e Comissão Conselho da Cidade.

4.2 - INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS

O modelo de Orçamento Participativo da Prefeitura de Belo Horizonte tem sido muito procurado por outras administrações municipais do país e do mundo. As experiências são partilhadas com diversas cidades através de palestras, publicações, pela Internet e até contatos pessoais. A página na Internet é auto-explicativa e vem atendendo a um público mais distante. O endereço é www.belohorizonte-mg.gov.br

Em 1998 Belo Horizonte recebeu o prêmio do Programa de Difusão de Boas Práticas em Desenvolvimento Urbano da Secretaria de Política Urbana do Ministério do Planejamento, por se destacar como um dos mais expressivos exemplos de políticas e programas destinados à promoção do desenvolvimento urbano e à ampliação dos níveis

de qualidade de vida das cidades brasileiras. A experiência de Belo Horizonte está sendo relatada em um livro editado pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM.

Para melhor atender aos interessados e estudiosos em geral, foi montado um acervo na PBH com informações sobre orçamento público e participação popular e OP que serve a consultas internas e aos interessados no assunto. Mesmo sem divulgação, em 1999, foram recebidas solicitações de informações de um público muito heterogêneo. Embora ainda pequeno, cerca de 250 consultas foram feitas.

Também o modelo do Orçamento Participativo de Belo Horizonte tem sido citado e pesquisado por estudiosos de diversos níveis acadêmicos e alguns organismos internacionais e agências bilaterais de cooperação como o Banco Mundial, o Instituto Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, a Rede de Mercocidades, a Fundação Ford e a Rede Internacional de Cidade Urbal enquanto modelo eficaz de gestão pública. Além da divulgação dessa prática a outros países da Europa e do Terceiro Mundo, o OP tem sido considerado um exemplo de experiência bem sucedida para financiamentos externos, uma vez que a participação popular contribui na decisão de obtenção desses financiamentos.

A exemplo disto, o Orçamento Participativo de Belo Horizonte foi escolhido uma das 5 práticas mais bem sucedidas do Brasil para um estudo comparativo com Porto Alegre sobre Sociedade Civil e Governabilidade. Este estudo faz parte de um projeto da Fundação Ford que está se realizando em 22 países diferentes do mundo, investigando como a participação popular gera maior eficiência nos governos locais e maior estruturação da sociedade civil. Os resultados serão publicados posteriormente.

4.3 - DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS

O quadro 4 e o gráfico 3 permitem visualizar a distribuição de recursos regionais e para a habitação nos orçamentos participativos de 1994 a 2000, em valores correntes. Os valores apresentados são os aprovados na época. Não foram incorporados valores aditivos nem foram atualizados monetariamente.

QUADRO 3
PÚBLICO USUÁRIO

Público de Belo Horizonte envolvido com o OP	Estudiosos do assunto de Belo Horizonte	Público de outras cidades brasileiras e exterior
Lideranças comunitárias, órgãos prestadores de serviço, imprensa, público interno da prefeitura, vereadores municipais e outros	Estudantes, pesquisadores, professores	Prefeituras, ONG, Partidos Políticos, Institutos de Pesquisa, Professores Universitários, Estudantes, Pesquisadores, Políticos e outros

Fonte: OP/SMPL/PBH/2000

QUADRO 4

**DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS REGIONAIS E PARA HABITAÇÃO APROVADOS
NOS ORÇAMENTOS PARTICIPATIVOS 1994-2002**

Valores em R\$1,00 moeda corrente

REGIONAL	OP 94	OP 95	OP 96	OP 97	OP 98	OP 99- 2000	OP 2001- 2002	TOTAL
BARREIRO	1.918.033	2.140.000	3.228.531	3.236.000	1.951.200	7.264.700	9.075.000	28.813.464
CENTRO – SUL	1.428.432	1.648.191	2.472.279	2.472.279	1.389.486	5.547.700	6.489.000	21.447.367
LESTE	1.836.417	2.190.500	3.183.000	3.179.480	1.840.000	6.852.000	8.726.000	27.807.397
NORDESTE	1.693.000	2.242.108	3.372.350	3.278.350	1.891.200	7.200.000	7.350.000	27.027.008
NOROESTE	2.188.399	2.617.810	3.803.000	3.803.000	2.225.000	8.352.000	10.652.000	33.641.209
NORTE	1.577.577	1.820.300	2.740.800	2.731.000	1.694.300	6.231.200	6.929.000	23.724.177
OESTE	1.560.000	2.054.000	3.080.110	3.081.000	1.795.900	6.656.900	8.348.000	26.575.910
PAMPULHA	1.342.136	1.385.000	2.099.700	2.090.100	1.286.000	4.914.000	4.337.000	17.453.936
VENDA NOVA	1.816.396	2.088.000	3.185.700	3.077.130	1.901.100	7.190.100	8.011.000	27.269.426
SUB – TOTAL	15.360.390	18.185.909	27.165.470	26.948.339	15.974.186	60.208.600	69.917.000	233.759.894
HABITAÇÃO	0	0	6.000.000	7.000.000	5.237.562	14.000.000	16.000.000	48.237.562
TOTAL	15.360.390	18.185.909	33.165.470	33.948.339	21.211.748	74.208.600	85.917.000	281.997.456

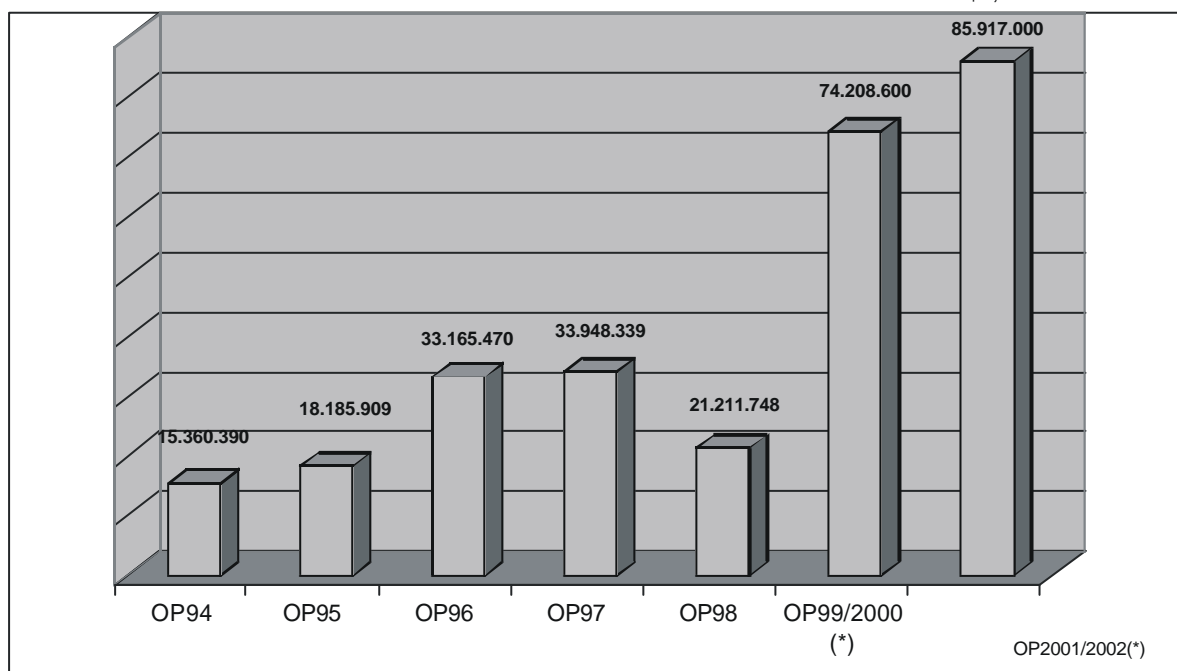
Fonte: OP - SMPL - PBH - 2000

Obs.: Valores aprovados à época. Não incorpora valores aditivos

GRÁFICO 3

**DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS PARA EMPREENDIMENTOS REGIONAIS E PARA
HABITAÇÃO NOS ORÇAMENTOS PARTICIPATIVOS 94 A 2002**

Valores em R\$1,00 moeda corrente



Fonte: OP-SMPL-PBH-2000

Obs.: Valores definidos à época da decisão popular. Não estão computados os recursos suplementares.

(*) Recursos aprovados para 02 anos

QUADRO 5
DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DO NÚMERO DE EMPREENDIMENTOS APROVADOS
NOS ORÇAMENTOS PARTICIPATIVOS DE 1994 A 2002

SETORES	OP 94	OP 95	OP 96	OP 97	OP 98	OP 99-2000	OP 2001-2002	TOTAL
CULTURA	0	2	1	1	2	0	4	10
DESENVOLVIMENTO SOCIAL	6	3	3	5	5	0	4	30
EDUCAÇÃO	18	10	8	11	6	12	17	78
ESPORTES E LAZER	1	2	0	4	3	4	6	20
HABITAÇÃO	7	8	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	15
INFRA-ESTRUTURA	80	82	47	46	25	59	57	391
MEIO AMBIENTE	0	2	2	0	0	1	0	5
SAÚDE	17	17	7	3	8	13	10	75
URBANIZAÇÃO EM VILAS E FAVELAS	42	40	22	30	19	35	33	221
OUTROS	0	0	0	0	0	0	2	2
TOTAL	171	166	90	100	68	124	133	847

FONTE: OP - SMPL - PBH - 2000

(*) O setor Habitação definiu nos OP 94 e 95, 15 empreendimentos do tipo construção de moradias e distribuição de material.

A partir do OP 96 foram contempladas 4.002 famílias com unidades habitacionais.

4.4 - DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DO NÚMERO DE EMPREENDIMENTOS APROVADOS NOS ORÇAMENTOS PARTICIPATIVOS DE 1994 A 2002

A Prefeitura de Belo Horizonte vem distribuindo regionalmente, de acordo com a população e com a renda, os recursos destinados ao **Orçamento Participativo**. Os resultados, conforme quadro 5, apontam 847 obras em toda a cidade e em vários setores (educação, cultura infra-estrutura etc.), conforme tabela abaixo; conseqüentemente, os bairros periféricos, as vilas e as favelas vêm recebendo substanciais melhorias nas áreas deterioradas ou que, muitas vezes, nunca receberam qualquer intervenção do poder público municipal.

4.5 - PARTICIPAÇÃO POPULAR NOS OP DE 1994 A 2002

No que se refere à democratização, o **OP**

proporcionou o acesso direto a todos os segmentos interessados, mais ou menos carentes da cidade, às decisões de investimentos, garantindo-lhes a oportunidade de defender seus interesses sem depender de práticas clientelistas utilizadas até então. Com isto, muitas obras importantes, às vezes complexas, caras ou situadas nas vilas e bairros populares distantes, reivindicadas por vários anos, puderam ser aprovadas, provocando, na maioria das vezes, inversão de prioridades em favor dos mais necessitados. O quadro a seguir mostra o total de participantes nas diversas instâncias do **OP**.

Pela sua importância, principalmente pela significativa participação da população de Belo Horizonte, também merecem destaque as **Terceiras Rodadas de Assembléias Populares**, etapa em que é definido o número de delegados aos **Fóruns Regionais** e em que é realizada a escolha dos empreendimentos que comporão o **Orçamento Participativo**, conforme espelha o gráfico 4.

QUADRO 6
PARTICIPAÇÃO POPULAR NOS OP DE 1994 A 2002

INSTÂNCIAS	OP 94	09 95	OP 96	OP 97	OP 98	OP 99 - 2000	OP CIDADE	OP2001 2002
Abertura Municipal	(...)	(...)	2.000	1.900	1.260	1.300	-	2.500
3ª Rodadas de Assembléias Populares (...)	6202	14.461	17.597	17.937	11.871	16.325	-	31.369
Fóruns Setoriais (**)	-	990	-	-	-	-	-	-
OP Habitação	-	-	13.762	5.904	2.811	4.898	-	13.402
Fóruns Regionais de Prioridades Orçamentárias	1.128	1.243	1.314	1.334	1.050	1.651	-	1.944
Encontro Municipal de Prioridades Orçamentárias	500	450	630	700	600	(***)	-	(****)
Abertura da Pré-Conferência OP Cidade	-	-	-	-	-	600	650	-

Fonte: Secretaria Municipal de Belo Horizonte/PBH out/2000

Obs.: (...) Informações inexistentes

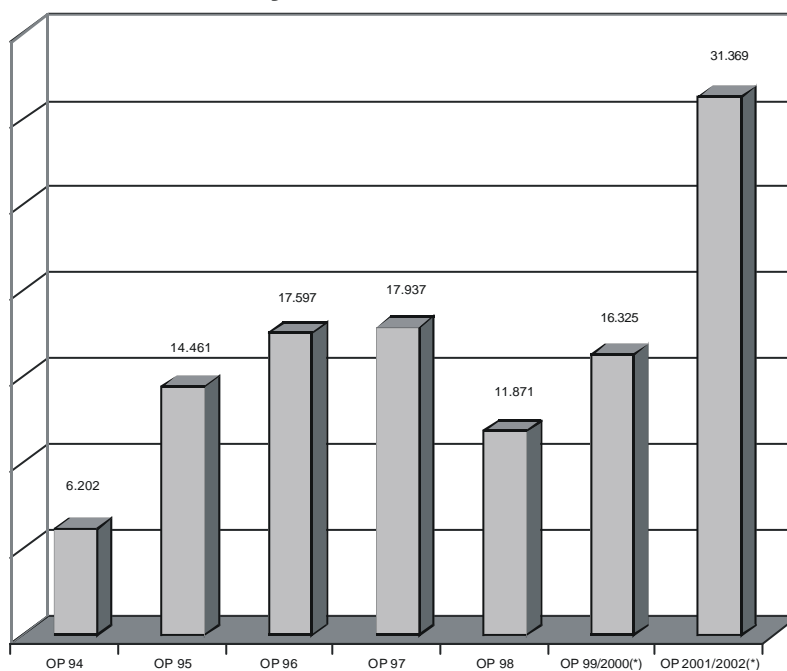
(*) A participação popular na 3ª rodada define o número de delegados aos Fóruns Regionais e a escolha dos empreendimentos.

(**) Realizado somente em 1995, sua filosofia sendo, posteriormente, aproveitada na implantação do OP Cidade.

(***) O Encontro Municipal de Prioridades Orçamentárias foi substituído pela Abertura da Pré-Conferência OP Cidade

(****) A ser realizado em dezembro/2000

GRÁFICO 4
PARTICIPAÇÃO POPULAR NAS TERCEIRAS RODADAS DE ASSEMBLÉIAS POPULARES DOS ORÇAMENTOS PARTICIPATIVOS DE 1994 A 2002



Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento/PBH março/99

(*) A partir de 1998 (OP 1999/2000), o OP passou a bianual.

4.6 - BUSCANDO INVERTER PRIORIDADES

O **Orçamento Participativo**, conforme implementado em Belo Horizonte, tem por objetivo discutir e definir com a população, de forma democrática, a distribuição dos recursos de investimento da prefeitura. Exatamente por ser fruto da discussão e das decisões da população, as obras ou investimentos priorizados em geral envolvem os problemas mais complexos das comunidades. Por isso mesmo, nenhuma administração anterior tentou resolvê-los, por serem de difícil solução e sem a visibilidade desejada do ponto de vista político, do critério do imediatismo e as obras eleitoreiras. São obras que requerem projetos cada vez mais detalhados e execuções criteriosas.

Os dados disponíveis na Secretaria Municipal de Planejamento de Belo Horizonte demonstram que houve uma mudança de prioridades. Todo o **Orçamento Participativo** é um exemplo de como intervenções do poder público, ainda mais avalizadas pela população, acarretam mudanças significativas na qualidade de vida da população. O exemplo mais à mostra diz respeito à questão da escassez de moradia, onde se procurou dar respostas a esse grave problema, optando por uma ação afirmativa em face da gravidade da situação das famílias que vivem em áreas de risco, como também da chamada população de rua. Com isso, 3.328 famílias já foram ou estão sendo atendidas pelo **OP Habitação**.

As obras de infra-estrutura e de urbanização representam 73% das demandas aprovadas no OP Regional ao longo desses oito anos. Esses empreendimentos apresentam dificuldades especiais para sua execução, o que explica o fato de se encontrarem, até à época de implementação do Orçamento Participativo, como demandas não atendidas há mais de 20/30 anos. São obras que exigem intervenções mais especializadas, tais como

tratamento de fundo de vale, drenagens, canalizações, com projetos executivos complexos e que demandam maior tempo de execução e também maior investimento de recursos. Alguns exemplos: canalização da Avenida Crizantho Muniz, que custou mais de R\$ 1.400.000,00 e que cumpre importante papel de ligação viária na regional Venda Nova; tratamento de fundo de vale e canalização do complexo Lírio do Vale, com custo superior a R\$ 600.000,00, que resultou no saneamento básico dos bairros Lagoa e Santa Branca, em Venda Nova; a rua Assis das Chagas, no Bairro Liberdade, Pampulha, com valor aprovado de R\$ 2.026.000,00, envolvendo drenagem, canalização e pavimentação; o complexo Pandiá Calógenas, com tratamento de fundo de vale, abertura e pavimentação de via, na Regional Noroeste, com custo de R\$ 1.741.000,00; o tratamento de fundo de vale e canalização da Avenida Tupã, com valor aprovado de R\$ 1.283.000,00.

Várias destas intervenções tiveram papel estruturante para a região, a exemplo do complexo da Avenida Beira Linha, aprovada no OP 95, Regional Nordeste, que deu acessibilidade aos bairros Capitão Eduardo e Beija Flor, permitindo também o acesso ao futuro Aterro Sanitário, apontado como primeira prioridade de intervenção urbana pela Conferência da Cidade. Além da função de ligação, esta obra teve papel decisivo na resolução do problema de circulação viária no cruzamento da Avenida Beira Linha com o Anel Rodoviário, alterando o grave quadro de frequência de acidentes com vítimas nesse local.

A grande maioria das obras aprovadas no **Orçamento Participativo** são, desta forma, de saneamento e infra-estrutura, seguidas de intervenções relacionadas à área de habitação. A histórica ausência de saneamento básico, um sistema viário precário e as dificuldades de articulação com outras regiões explicam o grande número de demandas para minimizar estas carências, que representam anos de descaso das autoridades com relação à parcela mais desamparada da população.

O **Orçamento Participativo**, em seu conjunto, priorizou R\$ 58 milhões para a urbanização de vilas e favelas; R\$ 50 milhões, para a habitação e R\$ 112 milhões, para a infra-estrutura em bairros. Assim, ao longo desses anos de realização do **OP** (1994 - 1999/2002), somados todos os recursos alocados em obras aprovadas pela população belo-horizontina, atingiu-se um total de R\$ 281.997.456,00 (excluindo os valores aditivos de execução dos empreendimentos). O quadro e o gráfico a seguir retratam a distribuição setorial dos recursos aprovados nos orçamentos participativos de 1994 a 2002:



Vila Piratininga - Córrego Jatobá - ANTES



Vila Piratininga - Córrego Jatobá - DEPOIS

QUADRO 7
DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DOS RECURSOS APROVADOS NOS ORÇAMENTOS PARTICIPATIVOS DE 1994 A 2002

Em R\$ 1,00 moeda corrente

SETORES	OP 94	OP 95	OP 96	OP 97	OP 98	OP 99-2000	OP 2001-2002	TOTAL
CULTURA	---	22.500	22.500	197.000	450.600	---	1.263.000	1.955.600
DES.SOCIAL	319.947	153.000	521.400	969.000	1.055.400	---	2.279.000	5.297.747
EDUCAÇÃO	2.703.504	577.125	3.079.600	2.719.200	835.600	7.779.000	7.223.000*	24.917.029
ESPORTE E LAZER	33.349	207.000	---	605.300	799.100	1.541.200	2.122.000	5.307.949
HABITAÇÃO (...)	892.000	1.040.000	6.000.000	7.000.000	5.237.562	14.000.000	16.000.000**	50.169.562
INFRA-ESTRUTURA	6.167.504	9.969.949	14.230.181	13.711.110	6.325.500	29.405.900	32.869.000	112.679.144
MEIO AMBIENTE	---	69.600	901.600	---	---	461.800	---	1.433.000
SAÚDE	1.245.785	1.718.699	1.941.410	1.522.210	2.631.632	5.224.000	7.005.000	21.288.736
URBANIZAÇÃO EM VILAS E FAVELAS	3.998.301	4.428.036	6.468.779	7.224.519	3.876.354	15.796.700	17.156.000	58.948.689
TOTAL	15.360.390	18.185.909	33.165.470	33.948.339	21.211.748	74.208.600	85.917.000	281.997.456

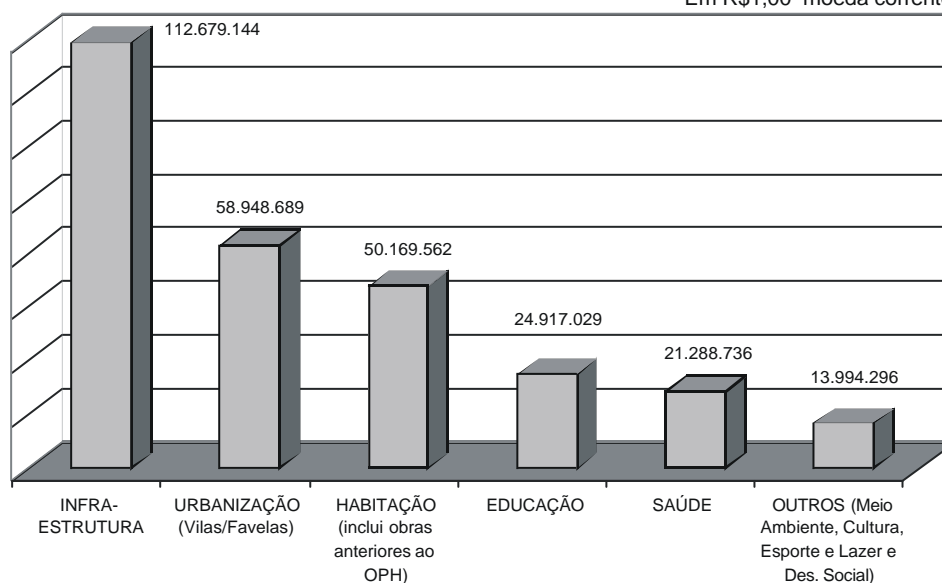
Fonte: OP – SMPL – PBH – 2000

(*) O custo referente a creches passou a ser contabilizado como custo da Educação a partir de 2001-2002

(**) Inclui empreendimentos anteriores ao OPH.

GRÁFICO 5
DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DOS RECURSOS APROVADOS NOS ORÇAMENTOS PARTICIPATIVOS 94 A 2002

Em R\$1,00 moeda corrente



(**) Inclui empreendimentos anteriores ao OPH.

No entanto, foi preciso ir mais além; para cumprir as prioridades aprovadas no **Orçamento Participativo**, necessário se fez reestruturar a máquina pública municipal, não evitando, porém, uma série de problemas que dificultaram, principalmente no primeiro ano de sua implantação, a agilização deste instrumento, dentre os quais podemos destacar: **(a)** a falta de estrutura dos órgãos executores - **SUDECAP** e **URBEL** - para operacionalizar um grande número de obras de pequeno porte nas periferias, já que atuavam basicamente em um número reduzido de intervenções de grande e médio porte, e geralmente mais concentradas; **(b)** a falta de visão global da cidade e a inexperiência da máquina pública quanto à participação mais efetiva da população que passa a decidir e cobrar mais e melhores resultados; e **(c)** a necessidade de projetos técnicos detalhados, integrados numa visão mais abrangente da cidade, que passam a ser exigidos a partir de junho/1993 pela **Lei de Licitação n.º 8.666**, e de um planejamento de intervenções que levasse em conta as áreas de meio-ambiente, transporte urbano, questões fundiárias (desapropriações, remoções, reassentamentos), bem como o obrigatório envolvimento do governo estadual nas áreas de saneamento, iluminação pública e telefonia, entre outros.

4.7 - Conclusão

No período 1993 – 1999, dos 719 empreendimentos aprovados, cerca de 550 já foram entregues à população, sendo dados passos

efetivos no sentido da inversão de prioridades, acolhendo demandas dos segmentos sociais excluídos, residentes em vilas, favelas e áreas de risco, principalmente relacionadas a obras viárias e de saneamento. Os demais empreendimentos encontram-se em fase de execução. Para o biênio de 2000-2001, foram aprovados mais 133 empreendimentos. Desta forma, o Orçamento Participativo vem desempenhando um papel fundamental dentro das políticas públicas implementadas pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. É um programa pioneiro, a partir do qual a população da cidade decide diretamente sobre as obras de interesse local, urbanização de vilas e favelas, construção de conjuntos habitacionais e de moradias populares. Sua solidez democrática se deve à combinação da participação de associações populares – com destaque para a participação de associações comunitárias e de outras entidades representativas da população, destacando-se as entidades religiosas, culturais e outras – com a do cidadão comum, não vinculado a movimentos organizados. Além do mais, o OP é um programa dinâmico, conforme demonstra a implantação do Orçamento Participativo Cidade. Sua credibilidade – hoje em dia inquestionável – permitiu que segmentos importantes da população assumissem-no com força e garra. Como resultado, mais do que nunca aumenta a participação popular no OP, demonstrando um nítido desejo de se garantir a continuidade do processo, tornando-o um real instrumento de democratização de informações e de apropriação do papel do cidadão numa relação de parceria e co-responsabilidade na gestão da cidade.



Conjunto Fernão Dias

4.8 – MEMÓRIA DE OBRAS

OBRAS CONCLUÍDAS ATÉ NOVEMBRO DE 2000

REGIONAL BARREIRO

OP	EMPREENHIMENTO	LOCAL DA INTERVENÇÃO	BAIRRO
94	Reassentamento e Urbanização	Faixa de Servidão Adutora COPASA	Vila Formosa
94	Ampliação e reforma C. Saúde Bairro Tirol	Av. Nêlio Cerqueira, 15	Tirol
94	Constr. C. Saúde Bairro das Indústrias	Praça Pião	B. das Indústrias
94	Canalização esgoto e Urbanização	Vila Copasa	Vila Copasa
94	Constr. Escola do Bairro Brasil Industrial	Av. Deputado Antônio/R- 6/R- Matutina	Brasil Industrial
94	Abertura de via	Rua Gervásio Gonçalves	Pilar- Olhos D'água
94	Pavimentação e drenagem	Av. Jardins	Lindéia
94	Urbanização parcial	Vila Sta. Rita	Jatobá I
94	Esgoto/ drenagem/ pavimentação	Rua Ilha Bela	Itaipu
94	Urbanização parcial	Vila Petrópolis	Independência
94	Urbanização	Rua 10	Adalberto Pinheiro
94	Ampliação C. Saúde CSU		Sta. Helena
94	Pavimentação e drenagem	Ruas L, G, J, H e P	Diamante
94	Ampl. E. M. Dinorah Magalhães Fabri	Rua Pavão s/nº	Vila Cemig
94	Abertura de via	Rua Vinhedo	Vila Piratininga
94	Ampliação E. M. Cônego Cerqueira	Rua Flor de Prata, 40	Mineirão
94	Drenagem e pavimentação	Av. Agave	Olaria
94	Canalização/ drenagem/ pavimentação	Av. 4	Indústrias
94	Reforma e ampliação C. Saúde Milionários	R. Cruzeirenses, 30	Milionários
94	Recomposição / drenagem/ pavimentação	Rua Bueno de Rivera	Bom Sucesso

20 obras concluídas do total de 20 do OP-94 = 100%

95	Abertura de via de pedestre / tratamento fundo de vale	Talvegue no encontro das Ruas Municipal e Graúna	Vila Cemig
95	Financiamento 50 lotes urbanizados		Vila Cemig
95	Contenção e pavimentação	Complexo. R. Visconde Rio Branco	Pilar
95	Alargam. de via / Escadaria	Av. Menelivck de Carvalho	Flávio Marques Lisboa
95	Recapeamento Asfáltico	Ruas Josefina Oliveira, Dr. Junqueira e Dona Isaura	Novo das Indústrias
95	Constr. Passarela pedestre	Av. Luzitânia/R- J.V. Moreira/R- Mafersa	Indústrias/ Vila São Paulo
95	Financiamento de 100 lotes urbanizados		Bairro das Indústrias
95	Tratamento fundo de vale/ Drenagem e pavimentação	Córrego Urucua	Solar/ Urucua
95	Contenção e paviment.	Complexo Av. Petúnia	Lindéia
95	Compra de terreno	Creche Maria Bessa	Regina
95	Ampliação E. M. Antônio Sales Barbosa		Conj. Túnel de Ibirité
95	Contenção em Área de risco		Vila Marieta
95	Ampliação Centro de Saúde Vila Pinho	Centro de Saúde Vila Pinho	Vila Pinho
95	Financiamento 73 lotes urbanizados		ASPAMVI Mineirão
95	Construção	Pça. Éden	Vila Castanheiras
95	Drenagem	Av. Perimetral	Vale Jatobá

16 obras concluídas do total de 16 do OP 95 = 100%

96	Drenagem / Pavimentação	Rua Universo em Desencanto	Vila Cemig
96	Drenagem / Pavimentação	Ruas Cafarnaum, Jericó, Caetano Pirri, Belém de Judá	Cristo Redentor
96	Constr. Capela Velório		Barreiro de baixo
96	Drenagem / pavim. / meio fio	Rua Devanir Carvalho e Hum	Bairro das Indústrias
96	Canalização de Córrego/ Complexo da Av. Dois	Entre Rua 4 até 8	Bairro Novo Santa Cecília
96	Cont./ pavim/ drenagem.	Complexo das Ruas 1, 2, 3 e 4	Solar II
96	Canalização de Córrego	Av. das Petúnias	Lindéia
96	Canalização de 200 m de córrego	Afluente do Ribeirão Arrudas	Vila Piratininga
96	Pavimentação e Drenagem	Rua Três, Segmento da rua Vinhedo	Vila Piratininga
96	Reforma de quadra E. M. Edith Pimenta da Veiga	Al. Vargem Grande s/n	Vila Castanheira

10 obras concluídas do total de 11 do OP 96 = 91%

OP	EMPREENHIMENTO	LOCAL DA INTERVENÇÃO	BAIRRO
97	Pavimentação, drenagem e pavimentação	Rua Cinco, 8, 2, 3 e Kennedy.	Bairro Olhos d'Água
97	Pavimentação, contenção e drenagem	Ruas Hebron e Galiléia	B. Olaria
97	Drenagem e pavimentação	Complexo da rua 10 e Rua F	B. Industrial
97	Abertura de via e asfaltamento da Av. Hum.	Avenida Hum	Bairro Urucuia
97	Pavimentação, drenagem e pavimentação	Rua D	Bairro Solar
97	Desapropriação de terrenos para a construção de Centro Esportivo.	Av. 1 c/ rua Oswaldo Lima e Silva.	Bairro Cardoso
97	Pavimentação/ Drenagem	Rua C e Rua 34	Vila Independência
7 obras concluídas do total de 11 do OP 97 = 64%			
98	Ampliação e cobertura da quadra poliesportiva	E.M. Pedro Nava	Pilar
98	Criação do 3º turno	Centro de saúde Miramar	Brasil Industrial
98	Pavimentação e drenagem	Rua w/entre avenida 1 e rua 6;Rua 8 entre rua 6 e rua 7 e Rua 9 entre rua 6 e rua 7	Urucuia
98	Ampliação, reforma e aquisição de equipamentos	Centro de Saúde Lindéia	Lindéia
98	Pavimentação, drenagem e tratamento de erosão	Rua Haidée Abras,entre ruas J e Córrego Jatobá	Conjunto Jatobá IV
98	Ampliação da E. M. Vila Pinho	Rua Coletora nº 956	Vila Pinho
6 obras concluídas no total de 6 do OP 98 = 100%			
99/2000	Ampliação de três salas (auditório, laboratório e multimídias)	E.M. Dulce M. Homem	Miramar
99/2000	Pavimentação de ruas	Ruas 1 e 2	B. Mineirão
99/2000	Ampliação de três salas (biblioteca, multimídias e almoxarifado)	E.M. Eloy Heraldo Lima	Conj. Jatobá IV
3 obras concluídas do total de 14 do OP 99-2000 = 22%			
TOTAL DE OBRAS CONCLUÍDAS = 62			

REGIONAL CENTRO SUL

OP	EMPREENHIMENTO	LOCAL DA INTERVENÇÃO	BAIRRO
94	Urbanização parcial	R. Serenata, Binário, Acidental, Seresta e Sol Nascente	Vila Cafezal
94	Urbanização parcial	Becos: Chafariz, Alair Martins, Severino, Bié, Caraça,	Vila Marçola
94	Urbanização parcial	R. Pedra Verde e Flor de Maio	Vila Fátima
94	Urbanização parcial	Becos Fayal A e Baixinho	Vila Conceição
94	Urbanização parcial/Creche	Vários Becos	Vila Novo São Lucas
94	Urbanização parcial	Rua 6	Vila Bandeirantes
94	Urbanização parcial	Rua Brasília	Vila Estrela
94	Urbanização parcial	Rua Raimundo Tinti	Vila Santa Rita de Cássia
94	Urbanização	Ravina São José	Vila Barragem Sta. Lúcia
94	Drenagem c/ rede de esgoto	Ravina 1	Vila Aparecida
94	Canalização	Rua dos Carvalhos	Córrego Acaba Mundo
94	Regularização Fundiária	Querozene	Vila São José – Querosene
94	Pensão Pública República Reviver	Av. Antônio Carlos, 245	Lagoinha
13 obras concluídas do total de 13 do OP 94 = 100%			

OP	EMPREENHIMENTO	LOCAL DA INTERVENÇÃO	BAIRRO
95	Reforma e equipamento	C.S. Carlos Chagas	Centro
95	Trat. Área Remanesc./ Constr. Galpão		Vila São José – Querosene
95	Drenagem e pavimentação	Ruas Sobral e Halley	Sta Lúcia
95	Elaboração de Ante-Projeto Circo-Teatro FAFICH		Sto Antônio/São Pedro
95	Urbanização parcial	Rua Brasília	Vila Estrela
95	Pavimentação/ Passarela/ Veg. Talude	Beco Sta Efigênia	Vila Sta Rita de Cássia
95	Tratamento de Ravina		Vila Barragem Sta Lúcia
95	Urbanização parcial	Becos Bandeirantes, Passagem e Rua Flórida	Vila Bandeirantes
95	Regularização Fundiária		Conj. Sta Maria
95	Urbanização parcial		Vila Novo São Lucas
95	Tratamento de Ravina	Ravina II entre Ruas Salutare e Cabrália	Vila Aparecida
95	Canalização parcial	Córrego Cardoso	Vila N.Sra. de Fátima
95	Canalização parcial	Córrego do Desenganos	Vila Acaba Mundo
95	Rua pedestre c/ escadaria	Rua Herval	Serra
95	Construção 2 abrigos ônibus c/ banheiro		Anchieta/Cruzeiro
15 obras concluídas do total de 17 do OP 95 = 88%			
96	Construção de Centro de Saúde	Av. Santa Lúcia	Barragem Sta Lúcia
96	Aluguel de uma casa de convivência/Aquisição de materiais		
96	Urbanização parcial	Rua Mangabeiras	Vila Marçola
96	Tratamento de Ravina	Ravina N.Sra. das Dores (entre Ruas Herval e Dr. Camilo)	Vila Conceição
96	Pavimentação/ contenção e escadaria	Becos Arauto, Lourival Souto, Tarumiri e Rua da Ravina	Vila Aparecida
96	Urbanização parcial	Becos Casa Grande, José Constante, Alvorada, Aleluia e Montes Claros	Vila Sta. Rita de Cássia
96	Urbanização parcial	Becos Sol Menor, Sustenido, Bemol, Harpa, Guitarra e Dinâmico	Vila Cafezal
96	Vila Estrela	Becos : São João, Antônio Pedro e Ponte Nova	Vila Estrela
96	Urbanização parcial	Ruas América e Georgina Penido	Vila Novo São Lucas
96	Pavimentação/ contenção e escadaria	Ruas N.Sra. de Fátima e Becos	Vila N. Sra. de Fátima
10 obras concluídas no total de 10 do OP 96 = 100%			
97	Urbanização	Ruas Pachá e Assembléia	Vila São José
97	Urbanização	Rua Bolívia	V.S. Rita de Cássia
97	Urbanização	Vila Aparecida	São Lucas
97	Urbanização	Vila Cafezal	Vila Cafezal
97	Urbanização	Vila N.S.de Fátima	Vila N.S.de Fátima
97	Urbanização dos Becos	Olhos D'água/da Mina I e II	Vila Acaba Mundo
6 obras concluídas no total de 12 do OP 97 = 50%			
98	Tratamento de encosta	Rua Antonio Falci	Conj. Sta Maria
1 obra concluída no total de 7 do OP 98 = 14%			
99/2000	Cont., Drenagem e Escadaria	Rua Gonçalves Velloso	Vila Paris
1 obra concluída do total de 7 do OP 99/00 = 14%			
TOTAL DE OBRAS CONCLUÍDAS = 46			

REGIONAL LESTE

OP	EMPREENDIMENTO	LOCAL DA INTERVENÇÃO	BAIRRO
94	Equipamento e custeio/PAM	R. João Felício,101	S. Família
94	Equipamento e custeio/ Centro de Saúde Taquaril	R. Pedro Alexandrino de Mendonça, 12	Taquaril
94	Drenagem/ pavimentação/contenção	Vila Dias	Sta. Tereza
94	Cont./ dren./ pavim.	Ruas Ercília Siqueira e Ramiro Siqueira	Conj. Taquaril
94	Cont./ dren/ pavim.	Rua Teixeira dos Anjos	Conj. Taquaril
94	Drenagem/ pavimentação	R. Santa Rita	Vila Fazendinha
94	Ampliação/ reforma/ custeio- Centro Saúde Alto Vera Cruz	Rua General Osório, 1.131	Alto V. Cruz
94	Canalização	Córrego Beco da Pedreira	Sta. Efigênia
94	Urbanização	Conj. M. de Abreu	Conj. Mariano de Abreu
94	Adaptação C. odont/ Equip.	Rua Artur Aloísio, 300	Horto
94	Urbanização	Complexo Fazendinha	Vila Fazendinha
94	Drenagem	R. N. Sra. da Ajuda	Horto
94	Ampliação- C. Saúde B. Vista	Rua Marcelino Ramos, 325	Boa Vista
94	Ampliação- C. Saúde Sta Inês	Rua Carmésia, 452	Santa Inês
94	Drenagem/ pavimentação	Rua Ribeirão das Neves	Paraíso
94	Drenagem/ urbanização	Vila Olaria	São Geraldo
94	Urbanização e drenagem	Vila Souza Aguiar	C. Furquim
94	Drenagem e pavimentação	Rua São Vicente e Rua Olaria	V. Granja de Freitas
94	Drenagem e pavimentação	Rua Curi	São Geraldo
94	Dren/ cont/ pavim.	Rua Cons. Rocha	Sta. Tereza
94	Reforma Creche Pituchinha	Rua da Comunidade	Sta. Efigênia
94	Pavimentação	Rua da Pedreira	Casa branca
94	Drenagem/ pavimentação	Rua Uairá	C. Furquim
94	Drenagem/ pavimentação/contenção	Rua Patú	C. Furquim
94	Pavimentação	R. Raul de Brito	Casa branca
94	Projeto p/ desapr. e paviment.	Beco Serra Azul	Jonas Veiga

26 obras concluídas do total de 26 do OP 94 = 100%

OP	EMPREENHIMENTO	LOCAL DA INTERVENÇÃO	BAIRRO
95	Drenagem	Rua Caiçara/ Coari	São Geraldo
95	Pavimentação	Rua Silva Alvarenga	V. Olaria /São Geraldo
95	Contenção e pavimentação	Rua Argélia	Boa Vista
95	Dren./ Cont./Pavim.	Rua Mayrink - complementação da Rua Patu	Caetano Furquim
95	Urbanização	Conj. Mariano de Abreu	Conj. Mariano de Abreu
95	Urbanização parcial	Vila Pq Horto	Conj. Mariano de Abreu
95	Ampliação e reforma do Centro Saúde Conj. Mariano de Abreu	Rua Fernão Dias, 220	Conj. Mariano de Abreu
95	Urbanização parcial	Vila Dias/Beco Cristal	Santa Tereza
95	Drenagem / contenção	Vila São Vicente	Santa Tereza
95	Urbanização/ Talude/ escadaria	Rua Adamina	Santa Tereza
95	Dren./ pavim./ contenção	Rua Eurita	Santa Tereza
95	Dren./ pavim./ contenção	Complexo R. Israel Volensk/ R. Levi Freire e João Hermes	Paraíso
95	Drenagem e pavimentação	Complexo Rua Cônego Pinheiro c/ Av. Fernando Lobo	Santa Efigênia
95	Construção, equipamento-custeio – CAC Esplanada	Rua Antônio Olinto, 154	Esplanada
95	Drenagem/ cont./ pavim.	Rua Dr. Michaeli/comunidade e Luiz Brandão	Santa Efigênia
95	Urbanização	Vila Fazendinha	Vila Fazendinha
95	Abertura de via	Ruas Ramiro Siqueira/Ercília Siqueira	Conj. Taquaril
95	Reforma e ampliação Centro de Saúde Vera Cruz	Rua Gen. Osório, 400	Vera Cruz
95	Contenção e pavimentação	Rua Serra Azul	Jonas Veiga
95	Urbanização parcial	Rua Astolfo Dutra- trecho 1e 2- Rua Leopoldo Gomes	Alto Vera Cruz
95	Reforma Centro Cultural Alto Vera Cruz	Centro Cultural Alto Vera Cruz	Alto Vera Cruz
95	Construção Centro Profissionalizante Alto Vera Cruz	Rua Padre Júlio Maria	Alto Vera Cruz

22 obras concluídas do total de 22 do OP 95 = 100%

96	Pavimentação e remoção	Rua Guariba	Boa Vista
96	Drenagem	Complexo da rua Antônio Soares	Boa Vista
96	Drenagem e pavimentação	Rua Conselheiro Rocha	Santa tereza
96	Urbanização e drenagem pluvial.	Diversas vias.	Vila São Vicente
96	Reforma E.M. P. M. Campos	Av. Assis Chateaubriand s/n	Floresta
96	Contenção e pavimentação	Ruas Cintra de Oliveira e Londrina	Alto Paraíso
96	Pavim./ contenção./ escadaria	Ruas General Sampaio, Antônio Justino e Violeta	Esplanada
96	Abertura/pavimentação	Rua Geraldina Almeida	Paraíso
96	Pavimentação e contenção	Rua Luiz Vaz de Torres	Conj. Taquaril
96	Complementação de obra	Ruas Ramiro Siqueira e Ercília Siqueira	Conj. Taquaril

10 obras concluídas do total de 11 do OP 96 = 91%

OP	EMPREENDIMENTO	LOCAL DA INTERVENÇÃO	BAIRRO
97	Pavimentação e drenagem	Ruas Janaitiba e Souza Aguiar	B. Caetano Furquim
97	Drenagem e pavimentação	Ruas Tiriassú, Pindaré, tupaciguara e Souza Aguiar	São Geraldo
97	Abertura de via	Rua Potomaio	B. Caetano Furquim
97	Ampliação do muro/ iluminação interna	E.M. Wladimir de Paula Gomes	B. Caetano Furquim
97	Construção de Ginásio Poliesportivo na E.M. Domiciano Vieira	Instituto Agrônômico	Horto
97	Urbanização	Rua Itaipu	Vila Alto Vera Cruz
97	Aquisição de equipamentos de laboratório	E.M. Israel Pinheiro	Vila Alto vera Cruz
97	Construção Campo de Futebol "Mineirinho Futebol Clube"	Granja de Freitas	Vila Alto Vera Cruz
8 obras concluídas do total de 10 do OP-97 = 80%			
99/2000	Abertura de via e contenção	Ruas Antonio Justino entre Ruas Pitangui esq. C/ Antonio Justino	B. Pompéia
1 obra concluída do total de 14 do OP-99/2000 = 7%			
TOTAL DE OBRAS CONCLUÍDAS = 67			

REGIONAL NORDESTE

OP	EMPREENDIMENTO	LOCAL DA INTERVENÇÃO	BAIRRO
94	Contenção e erosão	Rua Serra Dourada	Ribeiro de Abreu
94	Galeria	Rua Maria Helena Pontes	Beija Flor
94	Galeria	Av. Vila Lobos	Vila Maria
94	Contenção	Quadra 8	Conj. Paulo VI
94	Abertura e Pavimentação	Rua Jornalista Abrão Sadi	Belmonte
94	Pavimentação	Rua G	Jardim Belmonte
94	Pavimentação e Drenagem	Rua Jaguaribe e Becos	Vila Tiradentes
94	Pavimentação	Rua Tapira / Taquari	Renascença
94	Contenção, Drenagem e Pavimentação	Rua Pirai	Concórdia
94	Construção / Equipamentos Centro de Saúde Capitão Eduardo	Centro de Saúde Capitão Eduardo	Capitão Eduardo
94	Reforma E.M. Eleonora Pierucetti	E.M. Eleonora Pierucetti	Cachoeirinha
94	Ampliação E.M. Oswaldo F. Júnior	E.M. Oswaldo F. Júnior	São Gabriel
94	Pavimentação	Viradouro	Conj. Paulo VI
94	Drenagem e pavimentação	Ruas 1, 2 e 3.	Capitão Eduardo
94	Drenagem e pavimentação	Rua São Teófilo	Paulo VI
94	Construção de E.M. Edgar da Mata Machado	E.M. Prof. Edgar da Mata Machado	Dom Silvério
94	Drenagem e pavimentação	Ruas do Bairro	Vista do Sol
94	Desapropriação de terreno p/ constr. de escola	Rua Paulo Mendes Campos+E37 c/ Rua Feira de Santana	Ribeiro de Abreu
18 obras concluídas do total de 18 do OP 94 = 100%			

OP	EMPREENDIMENTO	LOCAL DA INTERVENÇÃO	BAIRRO
95	Ruas de acesso aos bairros	Capitão Eduardo e Beija Flor	Capitão Eduardo e Beija Flor
95	Tratamento de fundo de vale	Corrego Sulfal	Novo São Marcos/ M ^a Goretti
95	Pavimentação	Rua Francisco Leocádio	São Marcos
95	Tratamento de fundo de vale	Rua Afonso Silviano Brandão	Bela Vitória
95	Construção de Centro de Saúde	Rua Petronília	Ribeiro de Abreu
95	Pavimentação	Rua Marcelo Franco	Ribeiro de Abreu
95	Tratamento de fundo de vale	Rua São Teófilo	Paulo VI
95	Abertura e pavimentação	Ruas 7, 9 e Rua de Ligação	Vista do Sol
95	Abertura /dren./ pavim.	Ruas 3 e Núbia Resende	Dom Silvério
95	Pavimentação	Rua Cacimba de Areia	São Gabriel
95	Tratamento de fundo de vale	Av. Santo Onofre	São Gabriel
95	Drenagem e pavimentação	Av. N. Senhora de Guadalupe	Novo Belmonte
95	Tratamento de fundo de vale	Rua José dos Reis Pereira	Pq Belmonte
95	Drenagem/ Pavim./ contenção	Ruas Itu e Madeira	Renascença
95	Ampl. e reforma/ E. M. Américo Renê Gianetti	Av. Perimetral	Concórdia
95	Melhorias Viárias	Av. Bernardo Vasconcelos c/ Av. Antônio Carlos	Cachoeirinha
95	Ampliação e reforma do C.S. Cachoeirinha		Cachoeirinha
95	Construção da Central de Esterilização	Rua João Lourival Dias,325	Silveira / Renascença
95	Drenagem e pavimentação	Rua Olavo Ferreira	Ribeiro de Abreu
19 obras concluídas do total de 19 do OP 95 = 100%			
96	Asfaltamento/ contenção/ drenagem	Rua Neide e Cel. Alberto Gomes	Penha
96	Pavimentação / drenagem / contenção	Av. Sanitária, entre Sônia e Joaquim Ferreira Silva	Dom Joaquim / Fernão Dias
96	Pavimentação/ drenagem	Itinerário de ônibus	Novo Belmonte
96	Cobertura de quadra e construção de arquibancadas e vestiários	E.M.Gov. Carlos Lacerda	Ipiranga
96	Pavimentação/ drenagem/contenção	Ruas Vicente Castagno e Cônego Santana	Cachoeirinha
96	Construção nova sede do Centro de Saúde Sta Cruz	R. Berilo c/ R. Conceição Vidigal Pelluci	Santa Cruz e Palmares
96	Pavimentação Poliédrica, passagem de pedestre e escadaria	Rua Bernardo Guimarães	Beija Flor
96	Pavimentação/urbanização	Ruas 1, 3, 4, 5, 6, 15, 16, 17, 19, Moises Melo, 15 de Agosto e Vila Rica	Vila Maria
8 obras concluídas do total de 9 do OP 96 = 89%			
97	Asfaltamento	Rua Francisco Leocádio	B. São Marcos
97	Asfaltamento	Rua Herculano Soares Rocha	Bairro Ipê
97	Abertura de via / asfaltamento / meio fio / contenção / drenagem / trat. De fundo de vale	Rua das Maças	Maria Gorett
97	Construção do Centro de Saúde	Rua Maira, 144	B. Dom Joaquim
97	Pavimentação e drenagem	Rua Buri e Morro do Pilar	Vila da Paz
97	Canalização, drenagem, contenção, pavimentação	Ruas Nossa Senhora da Conceição e Gonçalves Ledo	Cachoeirinha
97	Desapropriação	Rua Camilo Prates e Prof. Geraldo Fontes	União
97	Pavimentação e drenagem das ruas	Ruas E1,D1,B1,F1,G1,D3	Capitão Eduardo
8 obras concluídas do total de 9 do OP 97 = 89%			

OP	EMPREENHIMENTO	LOCAL DA INTERVENÇÃO	BAIRRO
98	Contenção, Drenagem e Pavimentação	Complexo da Rua Cornélia	Fernão Dias
98	Pavimentação	Rua Nossa Senhora do Amparo	Novo Belmonte
98	Construção de Muro e passeio em área pública	R- Taquaril/R- Borborema/R- N.Sra. da Paz/R- Cd. Sta.Maria	Cachoeirinha
98	CAC Bairro União	Rua Camilo Prates	Bairro União
98	Pavimentação e drenagem da rua y	Vila Maria	Vila Maria
5 obras concluídas do total de 7 do OP 98 = 71%			
99/2000	Pavimentação e Escadaria	R. Içá	Bairro Cachoeirinha
1 obra concluída no total de 13 do OP 99/00 = 8%			
TOTAL DE OBRAS CONCLUÍDAS = 59			

REGIONAL NOROESTE

OP	EMPREENHIMENTO	LOCAL DA INTERVENÇÃO	BAIRRO
94	Contenção/ drenagem/ pavimentação	Rua Caitité entre R. Régida e Aventino	Glória e Cj. Jd. Filadélfia
94	Pavimentação/cont/dren./escadaria	Rua Apiacás	Pindorama
94	Contenção/ drenagem/ pavimentação	Rua Mendes de Oliveira	Sto. André
94	contenção/pavimentação	Rua Bela Vista	Minas Brasil
94	Drenagem e pavimentação		Vila Sumaré
94	construção de conjunto habitacional com 40 unidades	Rua Araribá	Pedreira Prado Lopes
94	Contenção/ drenagem/ pavimentação	Rua Piquiá	Vila Copasa
94	Construção E. M. Marlene Rancante	Terreno anexo E.M.J. Paraíso	Alípio de Melo
94	Reassentamento	Av. Pandiá Calógeras	Minas Gerais
94	Aquisição equipamento	C. S. Dom Cabral	Dom Cabral
94	Canalização	Córrego Palladium	Coqueiros
94	Contenção/ drenagem/ pavimentação	Rua Jacaréi	Pindorama
94	Contenção/ drenagem/ pavimentação	Rua Porto Velho	Glória
94	Pavimentação/Contenção	Rua Via Sacra	São José
94	Construção Centro Social Serrano	R- Tocantins/R- Cristalina	Serrano
94	Construção Centro Social Jardim Montanhês	Rua Flor de Liz, 10	Jd. Montanhês
94	pavimentação/drenagem	Rua Manoel Ferreira Leal	Aparecida
94	Constr. Salão Área do Cruzeiro		Vila Nova Cachoeirinha
94	Constr. Quadra Vila Oeste		Vila Oeste
19 obras concluídas do total de 20 do OP 94 = 95%			

OP	EMPREENHIMENTO	LOCAL DA INTERVENÇÃO	BAIRRO
95	Abertura./ Meio-fio/ Drenagem./ Escadaria./ pavimentação.	Av.Viriato Mascarenhas e R. Dom L. Almeida	Ermelinda
95	Abertura/cont./dren./pavimentação	Rua Popular	São Cristóvão
95	Constr. nova sede C. Saúde Pedreira Prado Lopes	Praça Santa Cruz	Pedreira PradoLopes
95	Ampliação do Centro de Saúde Emerlinda	R- Sta Josefina/R- Sta Judith/R- Sto Idelfonso	Ermelinda
95	Construção da nova sede Centro de Saúde Santos Anjos	R- Gurutuba/R- Miosótis	Santo André
95	Constr. Área de Lazer e Esportes	Quadra da rua Teresina	Bom Jesus
95	Drenagem e pavimentação e escadaria	Beco dos Cristais / Águas Marinhas	B. Vila São Francisco das Chgas
95	Asfaltamento/Escadaria- Acesso à Via Expressa	Ruas C,D e F	V. Maravilha- B.Sta. Maria
95	Drenagem/ passagem p/ pedestre	Av. dos Carneiros	Camargos
95	Abertura , Contenção, pavimentação e drenagem	Complexo rua Bueno Prado e Av. Ribeiro de Paiva	João Pinheiro
95	Construção	C. Social Vila Oeste	Vila Oeste
95	Implantação de área de lazer	área verde do Bairro camargos	Camargos
95	Abertura/contenção/drenagem/pav.	R. Flor do Cardeal	Alvorada
95	Abertura/cont. e drenagem	Rua Flor da Verdade	Jardim Montanhês
95	Ampliação	C. Saúde Serrano	Serrano
95	Construção de nova Sede	C. Saúde São José	São José
95	Abertura/cont. e drenagem	Rua Caitité	Glória
95	Dren./paviment./canteiro central	Rua Jacareí	Pindorama
95	Cont./dren./pav./escadaria/urbanização de Talude	Ruas Aletes e Almada	Pindorama
95	Dren./Trat. Fundo de vale interior quarteirão	Córrego Coqueiral	Jardim Filadélfia
20 obras concluídas do total de 20 do OP 95 = 100%			
96	constr. de Escola Profissionalizante	Rua Carmo do Rio Claro	Pedreira Prado Lopes
96	Abertura/pavimentação/contenção/drenagem	Av. Paes de Abreu	B. Ermelinda
96	Abertura/cont./dren./pavimentação	Complexo da Rua Carioca	Pe. Eustáquio
96	Abertura , pavimentação e drenagem	Rua Opala	Bairro Camargos
96	Cont./pav./dren./escadaria	Rua Cel. Remígio	Sta. Maria
96	Contenção/ drenagem/ pavimentação	Rua Blenda	Bairro Camargos
96	Abertura/ Pavimentação/ Rede pluvial	Rua Crucificação e Flagelação	Bairro São José
96	Abertura , pavimentação e drenagem	Av. Brigadeiro Eduardo Gomes	Dom Bosco
8 obras concluídas do total de 10 do OP 96 = 80%			
97	Abertura de via / asfaltamento / contenção/ escadaria	Rua das Graças	B. Santo André
97	Abertura de via / asfaltamento / contenção/ escadaria	Rua Capixaba até Lorena	Padre Eustáquio
97	Implantação/ Aquisição de Equipamentos de Praça de Esportes	Rua Pe. Tiago Almeida, Q-29	B. Camargos
97	Pavimentação e obras complementares	Rua Jornalista Geraldo Resende	B.Serrano
97	Tratamento de fundo de vale/ Abertura de via/ Drenagem/ contenção/ pavimentação	Av. Avaí	B. Vila califórnia
97	Pavimentação e drenagem .	Rua Clemente Nascimento Pires	Conj. Califórnia II
97	Drenagem, Pavimentação, Contenção e Tratamento de fundo de vale	Ruas do Bairro Pindorama	Conj. Califórnia II
7 obras concluídas do total de 12 do OP 97 = 58%			

OP	EMPREENHIMENTO	LOCAL DA INTERVENÇÃO	BAIRRO
98	Pavimentação/Contenção	Rua Passa Quatro	Bairro Caiçara
98	Ampliação de 04 salas e 02 sanitários CAC Serrano	Rua Tocantins, 445	B. Serrano
98	Contenção, Pavimentação e Escadaria	Rua Inspetor Pimentel	Manacás
98	Contenção, Pavimentação e Drenagem	Córrego da Avenida Avaí a partir da estaca 14 a 20	Vila Califórnia
4 obras concluídas do total de 8 do OP 98 = 50%			
99/2000	Elaboração do planoglobal	Beco Frei Mariano	Vila São Francisco
1 obra concluída do total de 14 do OP 99/00 = 7%			
TOTAL DE OBRAS CONCLUÍDAS = 59			

REGIONAL NORTE

OP	EMPREENHIMENTO	LOCAL DA INTERVENÇÃO	BAIRRO
94	Canalização	Av. José da Costa Viana	Jaqueline
94	Pavimentação	Rua A	Antônio R. de Abreu
94	Pavimentação / Rede de esgoto/drenagem	Rua Júlio Dias e R. Bertópolis	Providência
94	Pavimentação e contenção	Rua Flamengo	São Bernardo
94	Rede de esgoto condominial	Rua Iracema Souza Pinto	Planalto
94	Aterro/ Drenagem/ pavimentação	Rua Teófilo Otoni	Floramar
94	Transposição módulo Galeria	Av. Bacuraus	Campo Alegre
94	Contenção da 1ª etapa Transposição de módulo de Galeria – 2ª etapa	Rua 16 (entre Rua 40 e Av. A)	Conj. Felicidade
94	Equipamento Policlínica 1º de Maio		1º de Maio
94	Pavimentação e drenagem	Av. N. Sra. Da Eucaristia	Júlio Maria
94	Drenag./ Pavimentação	R. Ari Barroso	Tupi
94	Pavimentação e Drenagem	Rua Monte Silvestre	São Gonçalo
94	Canalização e drenagem	Av. N. Sra. da Piedade	Aarão Reis /Guarani
94	Pavimentação e drenagem	Rua Desemb. Cândido Martins de Oliveira	Lajedo
94	Construção de Ponte	Lig. R- Geraldo F. Abreu/R- Gaivota	Xodó
94	Transp.Módulo galeria	Rua Lobo Leite	Vila Biquinhas
94	Urbanização	Final da R. Imperatriz (buracão)	Vila São Tomaz
94	Urbanização	Conjunto Floramar	Conjunto Floramar
18 obras concluídas do total de 18 do OP 94 = 100%			

OP	EMPREENHIMENTO	LOCAL DA INTERVENÇÃO	BAIRRO
95	Transposição em módulo de galeria e pavimentação	R. Inhambus c/ Alga Verde	Vila Clóris/Jd. Guanabara
95	Drenagem e pavimentação	Ruas Sta. Bárbara, Sta. Rosa, Tancredo Neves e Barão de Coromandel	Vila São Tomaz
95	Drenagem e pavimentação	R. Aureliano Amaral	Planalto
95	Urbanização parcial	Becos	Vila Bacurus.
95	Urbanização	Rua Eduardo Quintel	Vila Aeroporto
95	Contenção/drenagem/pavimentação/urbanização/talude	Ruas Salesiano e Vicentinos	Júlio Maria
95	Drenagem e pavimentação	Complexo de Ruas Adolfo Lutz e outros	Campo Alegre
95	Contenção e pavimentação	Rua Maria F. Sales e Rua das Castanholas	Madri
95	Contenção/escadaria e pavimentação	Ruas 10, Alpinéia, Malva Rosa, Caliandra, Ardísea	Juliana
95	Canalização	Av. Cheflera	Etelvina Carneiro
95	Drenagem e pavimentação	Rua Nelcy J. Lima, Timóteo N. Nascimento	Jaqueline
95	Abertura/cont./paviment.	Rua Estrela	Celestino
95	Abertura de via e pavimentação	Rua Nelson Mirra	Frei Leopoldo
95	Contenção e pavimentação	Complexo de Ruas Otália Engracia de Almeida e João Camilo O. Torres	Tupi
95	Contenção/drenagem/escadaria/urbanização/talude	Rua 3, Av. Hum e Rua Hum	Xodó
95	Financiamento de 50 lotes urbanizados		Floramar, Tupi
95	Tratamento de fundo de vale e pavimentação	Av.N. Sra. Piedade	Novo Aarão Reis
95	Tratamento de fundo de vale no interior de quarteirão	Rua Telesfran e Rua Corococó	Novo Aarão Reis
95	Construção C. Saúde da MG 20	C. Saúde	MG 20
95	Pavimentação	Ruas 49, 46, 47 e 38	Jd. Felicidade
95	Drenagem e pavimentação	Rua 5 de Julho e passagem entre Ruas Coluna Prestes e Benedito Xavier	Vila Boa União
95	Obra Cancelada	Interferência com o Metrô	Minaslândia
95	Aquisição de terreno para constr. De Escola Municipal	Rua Pau Ferro	Solimões
95	Urbanização parcial/ Tratamento de área de risco (pedreira)- Drenagem	Beco Castro Alves e Rua dos Trabalhadores/Beco Jorge e Rua São Jorge	Vila 1º de Maio

24 obras concluídas do total de 24 do OP 95 = 100%

OP	EMPREENHIMENTO	LOCAL DA INTERVENÇÃO	BAIRRO
96	Urbanização parcial		Vila Aeroporto
96	Pavimentação/contenção	Complexo da Av. 1 (da ponte até a Rua 6) e Rua 6 (da Av. 1 até a Rua Joaquim Clemente)	B. Xodó Marise
96	Pavimentação	Complexo das ruas Maria Madalena de Souza, Maria Conceição de Freitas e José Martins de Souza	Madri
96	Urbanização parcial		Conj. Zilah S. Spósito
96	Canalização/pavimentação	Av. Cheflera (trecho)	Etelvina Carneiro
96	Pavimentação/drenagem	Rua 17	Conj. Jd. Felicidade
96	Pavimentação/drenagem	Av. Basílio da Gama (trecho)	Tupi
96	Asfaltamento de 744 metros	Complexo de Ruas	Lajedo
96	Construção de Escola	E.M. Florestan Fernandes	B. Solimões
96	Urbanização parcial/contenções urbanas dos becos		Vila 1º de Maio
96	Contenção/drenagem/interligação de 4 bueiros do greide	Paralelo a Rua Israel Glassman	Monte Azul
11 obras concluídas do total de 11 do OP 96 = 100%			
97	Abertura de via/ Pavimentação/ Terraplenagem	Rua Oliveira Lima	Planalto
97	Pavimentação	Rua São Cristovão	B. São Bernardo
97	Urbanização	Ruas do Bairro Xodó Marise	B.Xodó Marise
97	Pavimentação/drenagem	Rua Samba Avião	B. Etelvina Carneiro
97	Canalização e pavimentação	Av. Basílio da Gama (trecho)	B. Tupi
97	Canalização/pavimentação/Escadaria/Contenção	Ruas do bairro Tupi-Lajedo	Lajedo
97	Contenção e Pavimentação	Ruas do Bairro Floramar	Floramar
97	Pavimentação / contenção/drenagem	Rua G	B. Antônio Ribeiro de Abreu
8 obras concluídas do total de 12 do OP 97 = 67%			
98	Desapropriação de imóvel C. Cultural São Bernardo	R- Edna Quintel/ R- Cecília Pinto	São Bernardo
98	Desapropriação de imóvel	Rua Sálvia	Frei Leopoldo
98	Urbanização	Ruas do Bairro Xodó Marise	B.Xodó Marise
98	Drenagem e Pavimentação	Trecho(Rua Atalaia/Rua 6)	Jaqueline
98	Construção de C.Saúde	Rua Delson Renault	Aarão Reis
98	Construção de Quadra de Esportes	Rua Marcos Donato de Lima, s/nº	Antônio R. de Abreu
6 obras concluídas do total de 8 do OP 98 = 75%			
99/2000	Urbanização de ruas do Bairro Marise	Ruas Pedro de Carvalho e 5	B-Marise
99/2000	Drenagem e Pavimentação	Rua Águas de Março	Etelvina Carneiro
99/2000	Construção de C.Saúde	Rua Rio Grande com Rua São Sebastião	Minaslândia
99/2000	Dren. e Pavimentação	R-Bertópolis	B.Providência
4 obras concluídas do total de 14 do OP 99/2000 = 24%			
TOTAL DE OBRAS CONCLUÍDAS = 71			

REGIONAL OESTE

OP	EMPREENDIMENTO	LOCAL DA INTERVENÇÃO	BAIRRO
94	Reforma E. M. Hugo Werneck	Rua Oscar Trompowski, 1372	Grajaú
94	Ampliação e reforma E. M. Magalhães Penido	Rua Amur, 48	Conj. Betânia
94	Ampliação e reforma E. M Efigênia Vidigal	Rua José Gualberto, 295	Palmeiras
94	ASCA Lotes urbanizados para 150 famílias		
94	Ampliação e reforma E.M.Pe. Henrique Brandão	Rua Crispim Jacques, 987	Vista Alegre
94	Urbanização	Vilas da região da Cabana	Cabana
94	Urbanização	Vila São Jorge	Vila São Jorge
94	Reforma do PAM- Campos Sales	Rua Campos Sales, 472	Gameleira
94	Construção de ponte	Sobre o Córrego Bom Sucesso	Conj. Betânia
94	Ampliação e reforma E. M. Francisca de Paula	Rua Júlio de Castilho, 234	Cinquentenário
94	Reforma de E. M Oswaldo Cruz	Rua Santos, 2.200	Jardim América
94	Construção de Velório	Rua Diamantina (final)	Cabana
12 obras concluídas do total de 12 do OP 94 = 100%			
95	Financiamento de 50 lotes urbanizados		Vista Alegre
95	Desapropriação / edificação	Praça Itueta	Vista Alegre
95	Urbanização parcial de vilas	Vila São José, Monsenhor Paulo Brasil, Cabana e São Sebastião	Aglomerado Cabana
95	Aquisição de terreno p/ constr. Centro de Saúde	Rua Sêneca, 9	Vista Alegre
95	Construção de Rede Pluvial	Rua Moravânia	Vista Alegre
95	Pavimentação	Complexo de Rua Seringueira	Patrocínio
95	Constr. Nove muros de arrimo/ melhorias habitacionais		Vila Mons.Paulo Brasil
95	Aquisição de Terreno- escola de 1º grau	Rua das Chácaras	Cabana
95	Aquisição de terreno para constr. C. Saúde Ventosa		Jardim América
95	Reforma com implantação do Centro de Atendimento de Urgências Psiquiátricas	PAM Campos Sales - Rua Campos Sales, 472	Gameleira
95	Construção de escadaria	Rua Lourenço Marques	Salgado Filho
95	Ampliação e reforma E. M. Magalhães Drumond	Rua Contendas, 63	Alto Barroca
95	Urbanização parcial e regularização fundiária	Vila Barão Homem de Melo	Barão Homem de Melo
95		Vila São Jorge I	Vila São Jorge I
95	Urbanização	Vila Grotão	Aglomerado Morro das Pedras
95	Financiamento de 17 lotes urbanizados		Vila Camponesa/Vista Alegre
95	Reforma da E. M. Mestre Ataíde	Rua Augusto José dos Santos, 560	Betânia
95	Financiamento de 65 lotes urbanizados – ASCA		Urucuia
95	Grupo Estrela Dalva – Financiamento de 65 lotes		Tirol
95	Reforma da E. M. Francisca de Paula	R. Júlio de Castilho,234	Betânia
20 obras concluídas do total de 21 do OP 95 = 95%			

OP	EMPREENHIMENTO	LOCAL DA INTERVENÇÃO	BAIRRO
96	Construção da praça Itueta	Praça Itueta	Vista Alegre
96	Centro de saúde	Vista Alegre	Vista Alegre
96	Urbanização		Aglomerado Cabana
96	Legalização de 750 terrenos		Vila Vista Alegre
96	Constr. Sede do C. Saúde Salgado Filho	Rua Campina Verde	Salgado Filho
96	Canalização 180 metros córrego	Av. Barão Homem de Melo	Alpes
96	Construção de ponte metálica	Córrego do Cercadinho/Rua Patrícia Diniz	Havaí
96	Construção de ponte	Rua Dália/Córrego Cercadinho	Marajó
96	Desapr. Terreno Centro Saúde Palmeiras	Av. Dom João VI c/ Modestino de França	Palmeiras
9 obras concluídas do total de 10 do OP 96 = 90%			
97	Cobertura da Quadra	E.M. João do Patrocínio	Patrocínio
97	Alteamento de muro	EM Padre Henrique Brandão	Vista Alegre
97	Desapropriação de terreno p/ constr. da Sede do C. Saúde S.Jorge	Rua Garret	Vila São Jorge
97	Ampliação da área de merenda	E.M. Mestre Ataíde	Bairro Betânia
97	Instalação de 12 microcomputadores	E.M. Tenente Manoel M. Penido	Conj. Betânia
97	Drenagem e pavimentação	Rua Lotus	Conj. Betânia
6 obras concluídas do total de 12 do OP 97 = 50%			
98	Drenagem de faixa de servidão	Rua Seringueira	B. Patrocínio
98	Pavimentação	Becos Santos Dias e Francisco Nunes e contorno do campo de futebol	Vila Ventosa
98	Reforma e Construção	E.M Mestre Ataíde	Palmeiras
3 obras concluídas do total de 8 do OP 98 = 37%			
99/2000	Centro de Saúde Ventosa	Rua Cons.Joaquim Caetano	Vila Ventosa
99/2000	Ampliação de 02 salas de aula	E.M. Francisca de Paula	Marajó
99/2000	Construção,passarela e escadaria	Ligando a Rua José Cambraia do Nascimento	Cinquentenário/ Havaí
3 obras concluídas do total de 19 do OP 99/2000 = 16%			
TOTAL DE OBRAS CONCLUÍDAS = 53			

REGIONAL PAMPULHA

OP	EMPREENHIMENTO	LOCAL DA INTERVENÇÃO	BAIRRO
94	Constr. Centro Educacional	Rua Barrinhas, 171	Liberdade
94	Ref. e ampl. Centro Saúde Itamarati	Rua Anita Blumberg, 63	Paquetá
94	Ampliação E. M. M ^ª Magalhães Pinto	Ruas 26 n ^o 155	Sta. Terezinha
94	Material constr. p/ 482 famílias		V. Santo Antônio
94			Santa Cruz
94			Santa Rosa
94			Vila Isabel
94	E. M. Francisca Alves	Av. Sta. Terezinha, s/n	Sta. Terezinha
94	Construção Centro de Saúde Sta. Amélia	Rua Eng. Pedro Bax, 220	Sta. Amélia
94	Recapeamento	Rua Dr. Jefferson de Oliveira	Sta. Amélia
94	Canalização	Av. 12 de outubro	Sta. Amélia
94	Reforma Centro de Saúde	Rua Aveiro, 191	São Francisco
12 obras concluídas do total de 12 do OP 94 = 100%			

OP	EMPREENHIMENTO	LOCAL DA INTERVENÇÃO	BAIRRO
95	Reforma/ ampliação E. M. José Madureira Horta	Rua 15 e 40	Sta. Amélia
95	Pavimentação	Rua Imperatriz	São Vicente
95	Pavimentação	Rua Lago do Junco	São Vicente
95	Urbanização Parcial	Beco Imperatriz	São Vicente
95	Ampliação rede pluvial	Rua Piracema	Suzana
95	Pavimentação	Complexo das ruas Aziz Abid	Santa Ana
95	Pavimentação e drenagem	Ruas K, I, J, G	Confisco
95	Drenagem e pavimentação	Complexo R. Chapada do Norte	Sta. Terezinha
95	Contenção e escadaria	Rua Francisco Dumont	Sta. Terezinha
9 obras concluídas do total de 9 do OP 95 = 100%			
96	Aquisição de terreno p/ constr. Centro de Cultura Popular da Pampulha	Rua Cecília Trindade Barreto	B. Sta. Amélia/Jardim Atlântico
96	Urbanização de becos e vias	Rua Viana do Castelo, Aníbal Melo. Becos: 2, 5, Beira Alta	Vila Santa Rosa
96	Abertura de via e pavim.	Rua Cassiano Campolina	Dona Clara
96	Abertura de via e pavim.	Rua Manoel Fulgêncio	Liberdade
96	Construção do Centro Social	Rua Aristóteles Ribeiro de Vasconcelos, 87	Universitário
96	Retirada de escadaria/pavim.	Rua Ester	Suzana
96	Pavimentação	Rua Bernardes Carvalhais	Sta. Terezinha
96	Drenagem, pavimentação e canalização	Complexo da rua Expedicionário Jordelino	B. Itatiaia
96	Drenagem e pavimentação	Rua Beira-Mar	Urca/Itatiaia
96	Asfaltamento / pavimentação poliédrica / drenagem / área de lazer.	Ruas A, E, F e H.	Conjunto Confisco
10 obras concluídas do total de 10 do OP 96 = 100%			
97	Pavimentação/ Drenagem	Ruas Wanderley T. Matos, Cântico do Sol, Lírios, Flores, Niágara e Palmeiras	Bairro Trevo
97	Alargamento e asfaltamento	Av. Xangrilá	B. Nova Pampulha
97	Asfaltamento/Pavimentação e Drenagem	R. Viana do Castelo	B. São Francisco
97	Abertura de via, asfaltamento, pavimentação poliédrica, meio fio,	Ruas dos Esportes, Olaria e Elza	B. Suzana
97	Desapropriação de Terreno - CAC Aeroporto	Rua Boaventura com Rua Garumá	Aeroporto
97	Drenagem e pavimentação	Ruas B, C, D, 1, 2 e 3	Confisco
97	Drenagem, pavimentação e canalização	Casa dentro da área de lazer do conj. Confisco.	Conj. Confisco.
7 obras concluídas do total de 11 do OP 97 = 64%			
98	Plano Global		Comunidade São Francisco de Assis
98	Ampliação e Reforma	E.M. José Madureira Horta	B-Santa Amélia
98	Abertura e pavimentação	Rua Lúcio Bittencourt	B. Dona Clara
98	Continuação da canalização	Av. Bueno Siqueira	Sta Rosa
98	Plano Global		Conjunto Confisco
98	Centro Cultural da Região da Pampulha	Rua Urca	Urca
6 obras concluída do total de 7 do OP 98 = 86%			
99/2000	Centro de Saúde Sta. Terezinha	Centro de Saúde Sta. Terezinha	B-Sta. Terezinha
99/2000	Ruas do Bairro Sta. Terezinha e Saramenha		B-Sta. Terezinha
2 obras concluídas do total de 10 do OP 99/00 = 20%			
TOTAL DE OBRAS CONCLUÍDAS = 46			

REGIONAL VENDA NOVA

OP	EMPREENHIMENTO	LOCAL DA INTERVENÇÃO	BAIRRO
94	Contenção de encosta	Av. Crizanto Muniz	Rio Branco
94	Urbanização		Vila Apolônia
94	Canalização	Córrego Lareira	Vila São João Batista
94	Contenção	Córrego Marimbondo	Sta. Mônica
94	Drenagem e urbanização		Vila N.Sra. Aparecida
94	Pavimentação		Vila Mãe dos Pobres
94	Contenção / drenagem/ pavimentação	Av. Baleares	Europa
94	Drenagem e pavimentação	Complexo Rua 61	Jd. Comercíarios
94	Drenagem e pavimentação	Rua Maria M. Alves (71), Ant. T. Paixão (64), Rua Natalício Araújo e Rua 73	Mantiqueira
94	Drenagem e pavimentação	Ruas 47 e 48	Nova York
94	Drenagem contenção e pavimentação	Rua Elaney	Nova York
94	Drenagem e contenção	Rua Blumenau	Copacabana
94	Drenagem e pavimentação	Rua Lírio do Vale	Vila Sta Branca
94	Drenagem e pavimentação	Av. Navegantes	Céu Azul
94	Drenagem e pavimentação	Ruas do Bairro/Rua Aramita e Outras	Jd. Dos Comercíarios
94	Drenagem e pavimentação	Rua Castro Alves	Copacabana
94	Drenagem e pavimentação	Rua 6	Copacabana
94	Drenagem e pavimentação	Ruas do Bairro	Lagoa
94	Drenagem e pavimentação	Ruas Catete e Sta Branca	Piratininga
94	Drenagem e pavimentação	Rua 20	Jd. Estrela
94	Drenagem e pavimentação	Ruas do Bairro	Minas Caixa
94	Drenagem e pavimentação	Ruas do bairro	São Pedro
94	Drenagem e pavimentação	Ruas do bairro	Rio Branco
94	Drenagem e pavimentação	Rua Água Comprida	Jd. Leblon
94	Drenagem e pavimentação	Rua Córrego Fundo	Jd. Leblon
94	Drenagem e pavimentação	Rua Franciscópolis	Jd. Leblon
94	Drenagem e pavimentação	Rua Renato Luiz Lima	Jd. Leblon
94	Drenagem e pavimentação	Eça de Queiroz	Copacabana
94	Drenagem e pavimentação	Rua 4	Copacabana
94	Terminal integração-construção	Abrigo/ Av. Vilarinho	Venda Nova
94	Aquisição	Caçamba coleta de lixo	Jd. Europa
94	Construção de quadra	E. M Milton Campos	Mantiqueira

32 obras concluídas do total de 32 do OP 94 = 100%

95	Drenagem e paviment.	Rua das Pedrinhas	Venda Nova
95	Abertura de via e paviment.	Ligação Av. 12 de Outubro e Rua Sto Antônio	Venda Nova
95	Drenagem e pavimentação	Beco do Funil	Vila Apolônia
95	Financiamento de 100 lotes urbanizados		Venda Nova
95	Drenagem/ pavimentação	Rua Camões	Copacabana
95	Aquisição de equipamentos	E.M. Prof. Pedro Guerra	Mantiqueira
95	Drenagem/contenção e paviment.	Complexo da Rua Jair Negrão de Lima	Jd. Estrela
95	Reforma	C.S. Mantiqueira	Mantiqueira
95	Urbanização	Becos São Luiz e São Joaquim	Vila Mãe dos Pobres
95	Contenção e paviment.	Ruas Lamin, 110 e 26	Lagoa
95	Paviment./ construção de ponte	Ruas 108,Eng. Teófilo Ribeiro, Travessia Córrego da Rua 108	Lagoa/Piratininga

18 obras concluídas do total de 18 do OP 95 = 100%

OP	EMPREENHIMENTO	LOCAL DA INTERVENÇÃO	BAIRRO
96	Drenagem e pavimentação	Av. Lírio do Vale, Rua Caçadores e Av. Navegantes	Sta Branca e Lagoa
96	Aquisição de equipamentos	E.M. Pedro Guerra e E.M. Milton Campos	Mantiqueira
96	Aquisição de terreno C.Saúde	C.S. Céu Azul	Céu Azul
96	Drenagem e pavimentação	Rua Radialista Carlos Lott	Céu Azul
96	Abertura de via, asfalto, meio fio e drenagem.	Rua 88, entre ruas 87 e 82	Jardim dos Comercários
96	Drenagem/contenção e paviment.	Ruas P1, P2, P3 e P4/ Ariolino A. Santos	Minas Caixa
96	Construção do Centro de Saúde	Rua João Ferreira Silva, 285	Bairros Nova York e Jardim Comercários
96	Abertura de via, asfalto, meio fio, drenagem e contenção.	Complexo da Rua 74	Jd. Comercários

8 obras concluídas do total de 8 do OP 96 = 100%

97	Canalização e asfalto	Av. Crisanto Muniz	B. Rio Branco
97	Pavimentação e drenagem	Beco Silva Xavier	Vila Apolônia
97	Aquisição de equipamentos para Escolas	Escolas Municipais (Prof. Pedro Guerra, Dep. Renato Azeredo, , Milton Campos, Móyses Kalil, Armando Ziller)	B. Mantiqueira
97	Pavimentação e drenagem	Toda a extensão das ruas 49/50	Mantiqueira
97	Equipamento e Custeio	Centro de Saúde Céu Azul	Céu Azul B
97	Copra de lote e desapropriação de imóvel para ampliação de escola	E.M. Presidente Tancredo Neves	B. Céu Azul B
97	Desapropriação	Rua Antônia de Carvalho	B. São Pedro
97	Contenção / drenagem/ pavimentação	P5, P6, P7, P8	Minas Caixa
97	Contenção/ drenagem /pavimentação	Ruas 4, 7e 8	Bairros Esplendor e Jardim Comercário

9 obras concluídas do total de 11 do OP 97 = 82%

98	Canalização de 100M	Av. Crizanto Muniz	B. Rio Branco
98	Creche Comunitária Jardim Leblon	Rua Pedrinópolis	Jardim Leblon
98	Contenção, Drenagem e Pavimentação	Rua Radialista Horta Fontoura	Céu Azul
98	Centro de Saúde Minas Caixa	Rua Cap. Sergio Pires 226	Minas Caixa
98	Contenção, Drenagem e Pavimentação	Rua Judith Pereira Pinto	São Pedro
98	Drenagem e Pavimentação	Ruas Albânia e Rua Buc Areste	JD. Europa

6 obras concluídas do total de 8 do OP 98 = 75%

99/2000	Drenagem e pavimentação	Rua Madre Tereza de Calcutá	São João Batista
99/2000	Drenagem e pavimentação	Rua Comendador Arthur Viana	Santa Mônica
99/2000	Drenagem e Pavimentação	Rua Paulo Gonçalves dos Reis e Rua 50	B. Serra Verde
99/2000	Construção de Escadaria	Rua M e Rua N	B. Minas Caixa B

4 obras concluídas do total de 14 do OP 99/2000 = 29%

TOTAL DE OBRAS CONCLUÍDAS = 77

OBRAS EM EXECUÇÃO EM NOVEMBRO DE 2000

OP	NOME	REG.	ÓRGÃO
1996	Parque Ecológico Vila Pinho	ARB	SUDECAP
1997	Vila Cemig - Trat. Encosta	ARB	URBEL
99/2000	Rua Cinco - B. Olhos D'água	ARB	SUDECAP
99/2000	C.Saúde Diamante;Teixeira Dias	ARB	SUDECAP/ SMSA
99/2000	C.Esportivo - B.Urucuia	ARB	SUDECAP
99/2000	Av. Das Petúnias - B. Lindéia	ARB	SUDECAP
1995	Vila Cafezal	ARCS	URBEL
1995	Vila Marçola	ARCS	URBEL
1997	Vila Barragem Santa Lúcia	ARCS	URBEL
1997	Vila Estrela	ARCS	URBEL
1997	Rua Mangabeiras-Indenização E Obra	ARCS	SUDECAP
1997	Vila Conceição	ARCS	URBEL
1998	Hospital Dia Ctr Orestes Diniz - (1ª Etapa) Obra (2ª Etapa)	ARCS	ARCS / SMSA
1997	Rua 312 - B. Casa Branca	ARL	SUDECAP
1997	Vila Fazendinha	ARL	URBEL
1998	Casa Dos Conselhos Sociais	ARL	SUDECAP / SMDS
1998	Rua Rib. Neves- B. Novo Santa Efigênia.	ARL	SUDECAP
1998	Ruas Dr. Michaeli- Bairro Paraíso.	ARL	SUDECAP
1998	Centro Saúde Alto Vera Cruz (1ª Etapa) Obra. (2ª Etapa) Custeio/Equip	ARL	SUDECAP / SMSA
1998	Rua Olaria-Bairro Granja Freitas.	ARL	URBEL
99/2000	Cersam Leste - B. Sta Tereza	ARL	SUDECAP
99/2000	E.M. Fernando Da Costa - B. Taquaril	ARL	SUDECAP
1996	E.M. Bairro Ipê (Ex N. São Marcos) (1ª Etapa)Obra (2ª Etapa) - Custeio E Equip.	ARNE	SUDECAP
1997	E. M. Do Bairro Ribeiro De Abreu (1ª Etapa) Obra - (2ª Etapa) Custeio/Equip	ARNE	SUDECAP / SMED
1998	Rua João Mata De Brito-Bairro Ipê	ARNE	SUDECAP
99/2000	Farmácia Distrital Bairro S. Paulo	ARNE	ARNE
99/2000	Rua Alexandrino O Neto - B. Penha/Fernão Dias	ARNE	SUDECAP
99/2000	Rua Vinte E Dois - B. Ipê	ARNE	SUDECAP
99/2000	E.M. Murilo Rubião - Bairro Jd. Belmont (1ª Etapa)Obra - (2ª Etapa) Custeio E Equipamento	ARNE	SUDECAP / SMED
99/2000	Rua N.Sra.Loreto - Bairro Novo Belmont	ARNE	SUDECAP
99/2000	Centro De Saúde Alcides Lins - B. Renascença/Vila Renascença	ARNE	SUDECAP / SMSA
99/2000	Ruas Do Bairro Jardim Vitória	ARNE	SUDECAP
1994	Vila São Vicente - Reg. Fundiária	ARNO	URBEL
1997	Ruas B. Jardim Alvorada	ARNO	SUDECAP
1997	Conjunto Novo Dom Bosco	ARNO	URBEL
1998	Quadra Poliesportiva - N.Esperança.	ARNO	SUDECAP
1998	Rua Rodeio- B.Caiçara	ARNO	SUDECAP
1998	Centro De Saúde João Pinheiro (1ª Etapa) Obra - (2ª Etapa) Cust/Equip.	ARNO	SUDECAP / SMSA
99/2000	Vila Sr. Dos Passos - Urbaniz. Conf. Plano Global	ARNO	URBEL
99/2000	C.S. Pe. Eustáquio (1ª Etapa)Obra - (2ª Etapa) Equip. E Custeio	ARNO	SUDECAP / SMSA
99/2000	C.S. Santa Maria - B. Sta Maria (1ª Etapa) Ampliação - (2ª Etapa) Equip. E Custeio	ARNO	SUDECAP / SMSA
99/2000	Vila Califórnia - Urbaniz. Conf. Plano Global	ARNO	URBEL
1997	Ruas Do Bairro Jaqueline	ARN	SUDECAP
1997	R. Alfeu De Carvalho - B. Tupi	ARN	SUDECAP
99/2000	Ruas Do Bairro Jaqueline	ARN	SUDECAP
99/2000	Ruas Do Bairro Tupi-A	ARN	SUDECAP
99/2000	Rua Marieta C. Diniz - B. Tupi B	ARN	SUDECAP
1996	Aglomerado Morro Das Pedras	ARO	URBEL
1997	Av. Tupã - B. Nova Cintra	ARO	SUDECAP

OP	NOME	REG.	ÓRGÃO
1997	Aglomerado Cabana	ARO	URBEL
1997	Rua Papoula Branca - Bairro Havaí	ARO	SUDECAP
1998	Centro De Saúde São Jorge(1ª Etapa) Obra - (2ª Etapa) Custeio E Equip.	ARO	SUDECAP / SMSA
99/2000	Passarela Sobre Anel Rodoviário - Bairro Maria Gertrudes	ARO	SUDECAP
99/2000	C. De Saúde Cícero Idelfonso -B. Vista Alegre(1ª Etapa)Obra (2ª Etapa)Custeio/Equipamento	ARO	SUDECAP / ARO
99/2000	Rua Nove De Dezembro - B. Alpes	ARO	SUDECAP
99/2000	C. Saúde Bairro Havaí	ARO	SUDECAP
1997	Complexo Rua Aluísio Davis	ARP	SUDECAP
1997	Ruas Do Bairro Urca	ARP	SUDECAP
1998	Ruas Do B. Ouro Preto.	ARP	SUDECAP
99/2000	E.M. Lídia Angélica - B. Itapoã	ARP	SUDECAP
99/2000	Passagem S/Córrego Av. 12 De Outubro/B. Sta. Amélia	ARP	SUDECAP
99/2000	Auditório E.M. Dom Orione - B. Ouro Preto	ARP	SUDECAP
1997	Vila Mantiqueira	ARVN	URBEL
1998	E.M. Pedro Guerra, Moises Kalil, Milton Campos E Renato Azeredo	ARVN	SMED
1998	Creche Comunitária B. Céu Azul(1ª Etapa) Obra - (2ª Etapa) Custeio/Equip.	ARVN	SUDECAP / SMDS
99/2000	Rua Boa Vista - B. S. João Batista	ARVN	SUDECAP
99/2000	Vila São João Batista (1ª Etapa) -Plano Global (2ª Etapa) Urbanização	ARVN	URBEL
99/2000	R. Cristina E Manoel Pascoal - B. Mantiqueira	ARVN	SUDECAP

OBRAS APROVADAS NO FÓRUM REGIONAL – OP 2001-2002

REGIONAL BARREIRO

Nº	LOCAL	EMPREENHIMENTO	ÓRGÃO EXECUTOR
1	Bairro Flávio Marques	Construção De Quadra Poliesportiva Coberta Na E.M. Pedro Aleixo	SUDECAP/SMED
2	Bairro Hosana	Tratamento De Fundo Do Complexo Das Ruas Gilberto Freire, Jeremias, Isaías E Tiradentes	SUDECAP
3	Bairro Olhos D'água	Aquisição De Terreno E Construção De Creche	SUDECAP/SMED
4	Conjunto Antonio Teixeira Dias	Tratamento De Fundo De Vale, Contenção, Drenagem E Pavimentação Do Complexo Das Ruas Adelina Patrícia E Adelina Sérvio	SUDECAP
5	Bairro Olaria	Construção De Auditório Na E.M. Sebastião Guilherme	SUDECAP/SMED
6	Conjunto Átila De Paiva	Cobertura De Quadra E Ampliação Da E.M. Pe. Flávio Giametta	SUDECAP/SMED
7	Bairro Novo Das Indústrias	Construção De Passarela Sobre O Anel Rodoviário	SUDECAP
8	Bairro Brasil Industrial	Aquisição De Equipamentos Para E.M. União Comunitária	SMED
9	Bairro Cardoso	Ampliação Da E.M. Ana Alves Teixeira	SUDECAP/SMED
10	Bairro Santa Cruz	Ampliação E Reforma Do Centro De Saúde Miramar	SUDECAP/SMSA
11	Bairro Tirol III	Tratamento De Fundo De Vale Do Córrego Camarões	SUDECAP
12	Bairro Itaipu	Tratamento De Fundo De Vale Do Complexo Da Av. Tereza Cristina, Entre Rua Moçambique E A Canalização Existente	SUDECAP
13	Bairro Tirol	Ampliação E Reforma Do Centro De Saúde	SUDECAP/SMSA
14	Bairro Tirol II	Ampliação Da E.M. Ayres Da Mata Machado	SUDECAP/SMED
15	Bairro Mineirão	Tratamento De Fundo De Vale Do Complexo Da Rua Luiz Souza Lima	SUDECAP
16	Vila Mangueiras	Urbanização De Acordo Com O Plano Global	URBEL

REGIONAL CENTRO-SUL

Nº	LOCAL	EMPREENHIMENTO	ÓRGÃO EXECUTOR
17	Bairro Serra	Construção Da Galeria Pluvial Da Rua Monte Alegre	SUDECAP
18	Bairros Da Zona Sul	Iluminação Com Lâmpadas De Sódio Em Vias A Serem Definidas	ARCS/MAU
19	Bairro Anchieta	Intervenção Viária Na Rua Patagônia	SUDECAP
20	Bairro Santo Agostinho	Projeto Para Instalação De Centro Cultural E Biblioteca No Colégio Marconi	SUDECAP/SMED
21	Vila Estrela	Urbanização De Becos	URBEL
22	Barragem Santa Lúcia	Complementação De Drenagem Na Ravina I	URBEL
23	Vila São José	Urbanização De Becos	URBEL
24	Vila Santa Rita	Construção De Cac	SUDECAP/SMDS
25	Vila N.Sra. Fátima	Urbanização De Ruas E Becos	URBEL
26	Vila Cafezal	Continuação Da Canalização Do Córrego Do Cardoso	URBEL
27	Vila Cafezal	Construção De Praça De Esportes	SUDECAP/SMES
28	Vila Conceição	Abertura Da Rua Délio Tavares	URBEL

REGIONAL LESTE

Nº	LOCAL	EMPREENHIMENTO	ÓRGÃO EXECUTOR
29	Conjunto Mariano De Abreu	Construção De Conjunto Esportivo E De Lazer	SUDECAP/SMES
30	Bairro Caetano Furquim	Ampliação Da E.M. Wladimir Gomes	SUDECAP/SMED
31	Bairro Boa Vista	Abertura Da Rua Lassance	SUDECAP
32	Bairro São Geraldo	Abertura Da Rua Dourados E Adequação De Drenagem Da Rua Souza Aguiar	SUDECAP
33	Bairro Sagrada Família	Construção Do Centro De Saúde	SUDECAP/SMSA
34	Bairro Instituto Agrônomo	Elaboração Do Projeto Executivo Do Complexo Da Rua São Roque	SUDECAP
35	Bairro Horto	Ampliação Da E.M. Domiciano Vieira	SUDECAP/SMED
36	Vila São Vicente	Elaboração do Plano Global	URBEL
37	Vila Belém	Canalização Do Trecho Da Av. Belém Entre Ruas Itaperuna E Furquim	SUDECAP
38	Vila Ponta Porã	Urbanização De Acordo Com A Primeira Etapa Do Plano Global	URBEL
39	Vila Fazendinha	Elaboração Do Plano Global E Complementação Das Obras De Urbanização Das Rua Manuela Bicalho E Rua Transversal	URBEL
40	Conjunto Taquaril	Urbanização De Vias	URBEL
41	Vila Alto Vera Cruz	Urbanização De Acordo Com A Primeira Etapa Do Plano Global	URBEL
42	Bairro Granja De Freitas	Abertura Da Rua Jardim	SUDECAP
43	Bairro Santa Tereza	Aquisição De Imóvel E Reforma Parcial Para Implantação De Centro Cultural	SUDECAP/SMC

REGIONAL NORDESTE

Nº	LOCAL	EMPREENHIMENTO	ÓRGÃO EXECUTOR
44	Bairro Maria Goretti	Urbanização Do Complexo Da Rua Vinte E Quatro	SUDECAP
45	Bairro São Marcos	Reforma Da Quadra De Esportes A Rua Maria Aparecida	SUDECAP/SMES
46	Bairro Dom Joaquim	Urbanização Do Complexo Da Rua Amaro Xisto	SUDECAP
47	Bairro Ipê	Urbanização Do Complexo Da Rua Santo Estevão	SUDECAP
48	Bairro Ribeiro De Abreu	Urbanização Do Complexo Da Rua Carmem Costa (Atual Rua Antônio Ribeiro De Abreu)	SUDECAP
49	Bairro Paulo Vi	Contenção, Pavimentação E Drenagem Da Rua Bertalha	SUDECAP
50	Bairro Ouro Minas	Drenagem E Pavimentação De Complexo De Ruas	SUDECAP
51	Vila Vista Do Sol	Urbanização De Acordo Com O Plano Global	URBEL
52	Vila São Sebastião	Elaboração Do Plano Global E Urbanização De Acordo Com O Plano	URBEL
53	Bairro Cachoeirinha	Construção De Creche	SUDECAP/SMED
54	Vila Humaitá	Elaboração De Plano Global E Urbanização De Acordo Com O Plano	URBEL
55	Vila Maria Virgínia	Elaboração Do Plano Global E Urbanização De Acordo Com O Plano	URBEL
56	Bairro Goiânia	Contenção E Drenagem Da Rua Prisco Gomes	SUDECAP
57	Bairro Beija-Flor	Drenagem E Conteção Do Complexo Da Rua Dos Moreiras	SUDECAP
58	Bairro Cidade Nova	Construção De Passarela Sobre A Av. Cristiano Machado	SUDECAP

REGIONAL NOROESTE

Nº	LOCAL	EMPREENHIMENTO	ÓRGÃO EXECUTOR
59	Pedreira Prado Lopes	Urbanização De Acordo Com O Plano Global	URBEL
60	Bairro Bom Jesus	Construção De Centro De Saúde	SUDECAP/SMSA
61	Bairro Nova Esperança	Ampliação Da E.M. Arthur Guimarães	SUDECAP/SMSA
62	Vila S. Frco. Das Chagas	Urbanização De Acordo Com O Plano Global	URBEL
63	Bairro Caiçara	Drenagem E Pavimentação Da Rua Antonio José De Carvalho	SUDECAP
64	Vila São Vicente	Construção De Creche	SUDECAP/SMED
65	Bairro Camargos	Elaboração De Projeto Do Complexo Da Rua Joaquim Gonçalves	SUDECAP
66	Vila Maravilhas	Complementação De Recursos Para Urbanização Do Complexo Da Rua Ará	SUDECAP
67	Bairro Glalijá	Construção De Passarela Sobre O Anel Rodoviário	SUDECAP
68	Bairro Jardim Alvorada	Drenagem E Pavimentação Do Complexo Da Rua Flor Da Saudade	SUDECAP
69	Bairro Serrano	Construção De Ponte Sobre O Córrego Da Av. Heráclito Mourão	SUDECAP
70	Bairro Jardim Montanhês	Complementação De Recursos Para Urbanização Do Complexo Da Rua Flor Da Noite	SUDECAP
71	Vila Antena	Construção De Creche	SUDECAP/SMED
72	Bairro Coqueiros	Construção De Quadra Poliesportiva Coberta E Ampliação Da Cantina Na E.M. Pe. Edeimar Massote	SUDECAP/SMED
73	Bairro Dom Bosco	Complementação De Recursos Para Urbanização Da Av. Eduardo Gomes	SUDECAP
74	Bairro Frei Eustáquio	Construção De Centro De Saúde	SUDECAP/SMSA
75	Bairro Glória	Reforma E Ampliação Do Centro De Saúde	SUDECAP/SMSA
76	Bairro Alto Dos Pinheiros	Complementação De Recursos Para Urbanização De Trecho Do Complexo Da Av. Dos Açudes	SUDECAP
77	Vila Oeste	Reassentamento De Famílias Em Risco Iminente E Retirada De Entulhos E Proteção De Área Na Av. Governador Valadares, Entre Ruas Tapiri E Pinto Martins	URBEL

REGIONAL NORTE

Nº	LOCAL	EMPREENHIMENTO	ÓRGÃO EXECUTOR
78	Bairro Heliópolis	Construção De Ginásio Poliesportivo E Cantina Na E.M. José M. Guia	SUDECAP/SMED
79	Bairro São Bernardo	Construção De Centro Cultural	SUDECAP/SMC
80	Bairro Planalto	Pavimentação Das Ruas Rodrigo Osório E Anibal Andrade	SUDECAP
81	Bairro Madri	Pavimentação Da Rua Vicente Machado	SUDECAP
82	Bairro Jaqueline	Abertura Da Rua João Pereira Lima	SUDECAP
83	Conjunto Zilah Spósito	Construção De Parque De Lazer	SUDECAP
84	Bairro Canaã	Abertura De Ruas	SUDECAP
85	Bairro Jardim Guanabara	Construção De Centro De Saúde	SUDECAP/SMSA
86	Bairro Lajedo	Pavimentação Do Complexo Da Rua João Camilo O. Torres	SUDECAP
87	Bairro Tupi A	Urbanização Do Complexo Da Rua Hermenegildo Chaves	SUDECAP
88	Bairro Solimões	Tratamento De Fundo De Vale Da Rua Pau Brasil	SUDECAP
89	Bairro Ribeiro de Abreu	Abertura da Rua Monte Moria	SUDECAP
90	Conjunto Novo Aarão Reis	Elaboração De Plano Global E Urbanização De Acordo Com O Plano	URBEL
91	Bairro 1º De Maio	Ampliação Nucleada Do Cac Providência A Rua Marechal Rondon Nº 30 E À Rua Joana Angélica Nº 1025 Para Implantação De Centro De Referência Sócio-Familiar E De Cursos Profissionalizantes	SMDS
92	Conjunto Providência	Elaboração de Plano Global e Urbanização de acordo bom o Plano	URBEL

REGIONAL OESTE

Nº	LOCAL	EMPREENDIMENTO	ORGAO EXECUTOR
93	Vilas Divinéia, São José, Custodinha, Esporte E Moinho	Elaboração Do Plano Global	URBEL
94	Vila Cabana	Urbanização De Acordo Com O Plano Global	URBEL
95	Vila Guaratã	Regularização Fundiária	URBEL
96	Bairro Madre Gertrudes	Construção De Praça	SUDECAP
97	Vila Ventosa	Urbanização De Acordo Com O Plano Global	URBEL
98	Vila Barão	Urbanização De Acordo Com O Plano Global	URBEL
99	Vila Calafate	Elaboração Do Plano Global E Urbanização De Acordo Com O Plano	URBEL
100	Vilas Leonina, Antenas, Santa Sofia E Pantanal	Plano Global E Intervenções De Acordo Com Plano Global	URBEL
101	Vilas São Jorge I E Ii, Morro Do Cascalho, Vila Antenas E Vila Bandeirantes	Urbanização De Acordo Com O Plano Global	URBEL
102	Bairro Palmeiras	Construção De Centro De Saúde	SUDECAP/SMSA
103	Bairro Havaí	Reforma Do Cac	SUDECAP/SMDS
104	Vila Paraíso	Elaboração Do Plano Global E Urbanização De Acordo Com O Plano	URBEL
105	Bairro Havaí	Drenagem E Pavimentação Da Rua Olavo Bernardes	SUDECAP
106	Bairro Grajaú	Continuação Da Abertura Das Ruas Pedro Sigaud E Verdum	SUDECAP
107	Bairro Estoril	Abertura Das Ruas Paulo Piedade E Nelson Cunha	SUDECAP

REGIONAL PAMPULHA

Nº	LOCAL	EMPREENDIMENTO	ORGAO EXECUTOR
108	Bairro Trevo	Construção De Quadra Poliesportiva No Parque	SUDECAP/SMES/ SMMA
109	Bairro Garças	Abertura Da Rua João Augusto	SUDECAP
110	Bairro São José	Aquisição De Imóvel Com Equipamentos Para Sede Do Conselho Tutelar Da Pampulha	SUDECAP/SMDS
111	Vila Santa Rosa	Construção De Quadra Poliesportiva	SUDECAP/SMES
112	Bairro São Francisco	Reforma E Ampliação Do Cac São Francisco	SUDECAP/SMDS
113	Vila Suzana	Abertura Da Rua Dos Esportes	URBEL
114	Bairro Engenho Nogueira	Construção De Quadra Poliesportiva	SUDECAP/SMES
115	Vila Novo Ouro Preto	Urbanização De Acordo Com O Plano Global	URBEL
116	Bairro Santa Terezinha	Alargamento Da Av. Santa Terezinha Entre Ruas José Gomes E Av. Atlântida	SUDECAP
117	Conjunto Lagoa	Tratamento De Fundo De Vale Da Rua Andorra	SUDECAP
118	Bairro Copacabana	Reassentamento De Famílias Em Risco Iminente E Demolição Na Av. Presidente Entre Av. Central E Rua Inácio Murta	URBEL

REGIONAL VENDA NOVA

Nº	LOCAL	EMPREENDIMENTO	ÓRGÃO EXECUTOR
119	Vila São João Batista	Construção De Nova Sede Do Centro De Saúde Andradas	SUDECAP/SMSA
120	Bairro Candelária	Construção De Centro Cultural	SUDECAP/SMC
121	Bairro Santa Mônica	Canalização Do Córrego Do Marimbondo No Trecho Da Rua Lírica	SUDECAP
122	Vila Várzea Da Palma	Urbanização Do Complexo Da Av. Várzea Da Palma	SUDECAP
123	Bairro Copacabana	Refoma E Ampliação Da E.M. Cora Coralina	SUDECAP/SMED
124	Bairro Mantiqueira	Contenção À Rua Filomena Reis	SUDECAP
125	Bairro Nova América	Continuação Da Canalização Da Rua Maria Lourdes Da Cruz (Antiga Rua Tres)	SUDECAP
126	Bairros Leblon E Céu Azul A E B E Vilas Santa Branca E Mãe Dos Pobres	Projeto Para Urbanização Do Córrego Do Capão	SUDECAP
127	Bairro Lagoa	Reforma E Ampliação Do Centro De Saúde	SUDECAP/SMSA
128	Bairro Piratininga	Ligação Entre As Ruas Anhembi E Pedra Branca	SUDECAP
129	Bairro Serra Verde	Urbanização Do Complexo Das Ruas Andréia Camilo E Januária Marques	SUDECAP
130	Conjunto Serra Verde	Construção De Quadra Na E.M. José Maria Alkimim	SUDECAP/SMED
131	Bairro Esplendor	Urbanização Do Complexo Das Ruas Dois E Nove	SUDECAP
132	Bairro Nova York	Drenagem E Pavimentação Da Rua Cinquenta	SUDECAP
133	Bairros Minas Caixa B E São Pedro	Complementação De Recursos Para Urbanização Da Av. Manoel Assunção	SUDECAP

5 - ANEXOS

ANEXO 5.1

REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO CONSELHO DA CIDADE**Capítulo I
DA DEFINIÇÃO**

Art. 1º - O presente Regimento Interno estabelece normas de funcionamento e organização da Comissão Conselho da Cidade em consonância com os parâmetros técnicos definidos pela Portaria 3.742, de 15 de outubro de 1.999.

Art. 2º - A Comissão Conselho da Cidade é uma instância colegiada de participação direta da coletividade de Belo Horizonte, política e administrativamente autônoma, propositiva, fiscalizadora e deliberativa sobre matérias referentes ao orçamento municipal.

**Capítulo II
DOS OBJETIVOS**

Art. 3º - A Comissão Conselho da Cidade tem como objetivo assegurar à coletividade de Belo Horizonte o direito de participar na definição das diretrizes orçamentárias no âmbito do município, concorrendo para elevar a eficácia das políticas públicas municipais.

Art. 4º - A Comissão Conselho da Cidade, no exercício de suas atribuições, concorrerá para que as deliberações da Conferência da Cidade sejam asseguradas, garantindo gestão democrática das políticas públicas da Prefeitura de Belo Horizonte.

**Capítulo III
DAS COMPETÊNCIAS**

Art. 5º - Compete à Comissão Conselho da Cidade:

- I) Auxiliar e monitorar o executivo no processo de elaboração e execução orçamentária, tendo como referência as prioridades definidas na Conferência da Cidade;
- II) Definir em conjunto com o Executivo Municipal as referidas prioridades, quando envolverem demanda alocativa de recursos do Tesouro Municipal;
- III) Emitir parecer sobre os anteprojetos de lei do Plano Plurianual de Ação Governamental e das Diretrizes Orçamentárias;
- IV) Deliberar em conjunto com o Executivo municipal e COMFORÇA, em última instância, a execução do cronograma físico-financeiro dos empreendimentos dos Orçamentos Participativos Regionais (OPR) e da Habitação (OPH);
- V) Apreciar e emitir proposições sobre a política tributária do poder público municipal;
- VI) Pesquisar, estudar, levantar, discutir e sugerir fontes alternativas de financiamento; bem como pronunciar-se sobre o aporte de recursos oriundos do Estado e União ao município de Belo Horizonte;
- VII) Estabelecer regras e critérios acerca da metodologia, formato e dinâmica social do orçamento participativo, bem como dirimir pendências sobre seu funcionamento;
- VIII) Garantir a divulgação das ações da Comissão Conselho da Cidade e da execução do orçamento público municipal;

IX) Estabelecer um processo permanente de interlocução com os conselhos e comissões existentes, visando a articulação de atividades comuns e a discussão de implementação de políticas, promovendo atividades locais, metropolitanas, estaduais e nacionais, tendo em vista o intercâmbio e divulgação de ações sobre o controle social do orçamento público;

X) Elaborar, aprovar e alterar seu Regimento Interno;

XI) Solicitar informações, apreciar e discutir matérias relativas à ação fiscalizadora dos gastos orçamentários.

Capítulo IV DA COMPOSIÇÃO

Art. 6º - A Comissão Conselho da Cidade, eleita na Conferência da Cidade, terá a representação definida pela Portaria 3.735, de 23 de setembro de 1.999, como:

I) 35 (trinta e cinco) representantes do setor de políticas sociais, sendo 3 (três) do Abastecimento; 3 (três) do Assuntos da Comunidade Negra; 3 (três) do Esportes; 3 (três) do Turismo e Eventos; 3 (três) da Cultura; 4 (quatro) da Assistência Social; 8 (oito) da Educação e 8 (oito) da Saúde;

II) 15 (quinze) representantes do setor de políticas urbanas; igualmente distribuídos entre os segmentos popular, empresarial e técnico;

III) 20 (vinte) representantes das COMFORÇA, sendo dois para cada COMFORÇA Regional e dois da COMFORÇA Habitação;

IV) 5 (cinco) representantes do setor de desenvolvimento econômico do município;

V) 1(um) representante do conjunto das entidades sindicais do funcionalismo municipal;

VI) 3 (três) vereadores representantes da Câmara Municipal;

VII) Conselheiros suplentes;

VIII) Pela presidência da comissão conselho da cidade, exercida pelo prefeito municipal, ou representante;

Parágrafo único - Os membros da Comissão Conselho da Cidade não serão remunerados.

Capítulo V DAS ELEIÇÕES

Art. 7º - A Comissão Conselho da Cidade, é eleita na Conferência da Cidade, e homologada por ato do Executivo.

Art. 8º - O mandato dos membros da Comissão Conselho da Cidade é de 2 (dois) anos, encerrando-se em cada Conferência da Cidade.

Parágrafo único - É permitida a reeleição de membros da Comissão Conselho da Cidade, por mais um mandato consecutivo.

Capítulo VI DA ORGANIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA DA CIDADE

Art. 9º - A Conferência da Cidade é a instância máxima de definição das diretrizes do Orçamento Participativo no município.

§1º - A Conferência da Cidade será realizada a cada dois anos ou a qualquer tempo, extraordinariamente, se convocada por 2/3 dos membros da Comissão Conselho da Cidade ou pelo Prefeito Municipal.

§ 2º - A Conferência da Cidade será organizada pela Comissão Conselho da Cidade, mediante suporte técnico e financeiro do município, acordados entre o executivo e Comissão Conselho da Cidade.

§ 3º - A abertura do processo, dar-se-á através de Pré-Conferências e Plenárias, antecedendo no mínimo em 90 dias a realização da Conferência da Cidade.

Art. 10 - A Comissão Conselho da Cidade submeter-se-á às diretrizes deliberadas na Conferência e terá a seguinte organização interna:

I - Plenário

II - Mesa Diretora

III - Comissões Temáticas

IV- Secretaria Executiva

Parágrafo único - Compete ao Plenário:

Seção I - Do Plenário

I) Propor, analisar e deliberar sobre matérias submetidas a ele;

II) Propor, analisar e aprovar modificações neste Regimento Interno;

III) Aprovar a pauta das reuniões;

IV) Deliberar sobre alteração de pauta, quando assunto for de relevância e subscrito por pelo menos 10 membros da Comissão Conselho da Cidade;

V) Votar as matérias em pauta;

VI) Propor assuntos a serem discutidos no Plenário;

VII) Decidir sobre dúvidas relativas à interpretação de normas deste regimento;

VIII) Constituir grupos de trabalho para tratar de assuntos específicos, quando julgar oportuno, e indicar-lhes os membros;

IX) Solicitar estudos ou pareceres técnicos especializados sobre matérias de interesse da Comissão Conselho da Cidade;

X) Eleger e destituir os membros da Mesa Diretora;

XI) Apresentar proposição e aprovar assuntos de interesse da comunidade relativos aos OPs Regional e de Habitação, quando solicitado;

XII) Cabe ao plenário deliberar sobre a eleição da mesa diretora.

Seção II - Da Mesa Diretora

Art. 11 - A Mesa Diretora será composta:

I - por 5 (cinco) membros titulares da Comissão Conselho da Cidade na condição de efetivos;

II - e por dois membros titulares que assumirão a suplência;

III - pelo Prefeito Municipal ou seu representante, que presidirá a Mesa Diretora.

§ 1º - A Mesa Diretora será assessorada por dois membros do Poder Executivo local, designados pelo prefeito.

§ 2º - O presidente da Comissão Conselho da Cidade ou seu representante, não participará com voto nas decisões da referida comissão.

Art. 12 - A coordenação dos trabalhos da mesa se dará de forma alternada entre seus membros.

Art. 13 - O mandato da Mesa Diretora será de um ano sendo renovado por eleições diretas, com direito à reeleição.

Art. 14 - Compete à Mesa Diretora:

I) Convocar e dirigir as reuniões ordinárias e extraordinárias da Comissão Conselho da Cidade;

II) Convocar os membros da Comissão Conselho da Cidade para se fazerem presentes às atividades necessárias ao seu bom desempenho, dando-lhes conhecimento prévio da pauta;

III) Agendar o comparecimento dos órgãos do Poder Público Municipal, quando a matéria em questão assim o exigir;

IV) Apresentar para apreciação da Comissão Conselho da Cidade, a proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias do Governo, a ser enviada anualmente à Câmara de Vereadores;

V) Apresentar para apreciação da Comissão Conselho da Cidade o Plano Plurianual de Governo, à ser enviado a Câmara de Vereadores;

VI) Apresentar para apreciação da Comissão Conselho da Cidade as diretrizes da política tributária e arrecadação do Poder Público Municipal;

VII) Apresentar para apreciação da Comissão Conselho da Cidade a metodologia do Governo para discussão e definição da peça orçamentária para alocação e execução orçamentária;

VIII) Convocar os delegados junto à Conferência da Cidade para informar sobre o andamento dos trabalhos da Comissão Conselho da Cidade;

IX) Encaminhar junto ao Executivo Municipal as deliberações da Comissão Conselho da Cidade;

X) Conhecer, cumprir e fazer cumprir o presente Regimento Interno;

XI) Coordenar e planejar as atividades da Comissão Conselho da Cidade;

XII) Discutir e propor as pautas e o calendário das reuniões;

XIII) Apresentar para apreciação da Comissão Conselho da Cidade proposta metodológica de formato

de dinâmica social do Orçamento Participativo Regional e da Habitação;

XIV) Designar relatores para as matérias em análise.

Seção III - Das Comissões Temáticas

Art. 15 - As Comissões Temáticas serão instituídas pela Comissão Conselho da Cidade, podendo ter caráter eventual ou permanente.

Seção IV – Da Secretaria Executiva

Art.16 - A Secretaria Executiva prestará apoio administrativo e operacional a todos os órgãos da Comissão Conselho da Cidade e estará subordinada à Mesa Diretora.

Art.17 - A Secretaria Executiva será composta por funcionários municipais designados pela Secretaria Municipal de Planejamento, submetendo-se a decisão à mesa.

Art. 18 - Compete à Secretaria Executiva:

I) Elaborar a ata das reuniões da Comissão Conselho da Cidade, sob supervisão da Mesa Diretora e submetê-la ao plenário na reunião posterior;

II) Realizar o controle de freqüência nas reuniões da Comissão Conselho da Cidade, informando, mensalmente, à Mesa Diretora para análise e providências;

III) Organizar a documentação relativa à Comissão Conselho da Cidade, mantendo-a acessível a todos os conselheiros;

IV) Divulgar as ações e decisões da Comissão Conselho da Cidade.

V) Fornecer apoio material e logístico (cópias xerox, correspondências, lanches, etc...) ao trabalho dos conselheiros;

VI) Enviar correspondência aos conselheiros faltosos e ao seu respectivo setor, informando o número de faltas e alertando quanto à importância da sua participação e o risco de perda de mandato.

VII) Apoiar a mesa diretora no exercício de suas funções.

VIII) Fornecer credencial aos Conselheiros.

Capítulo VII DO FUNCIONAMENTO

Art.19 - A Comissão Conselho da Cidade se reunirá ordinariamente a cada trimestre de acordo com o Art. 2º da Portaria 3.742, de 15 de outubro de 1.999.

§ 1º - Conforme disposto nessa Portaria, o quorum mínimo para abertura da reunião e apreciação de qualquer matéria levada a ela será de 2/3 (dois terços) de seus membros.

§ 2º - No horário definido na pauta de convocação, a Mesa Diretora procederá à chamada para verificação do número de membros presentes, fazendo, se necessário, uma nova chamada no prazo máximo de 30 (trinta) minutos.

§ 3º - As intervenções verbais em plenário terão duração de 3 (três) minutos, podendo, se necessário, serem prorrogadas uma vez pela Mesa Diretora.

Art. 20 - A Comissão Conselho da Cidade poderá ser convocada extraordinariamente pelo Prefeito Municipal, por maioria da mesa diretora, ou por metade mais 1 (um) de seus membros.

Parágrafo único - As reuniões extraordinárias serão convocadas com um mínimo de 5 (cinco) dias de antecedência.

Art. 21 - Participação, em caráter consultivo e de assessoramento técnico, sem direito a voto, funcionários municipais especialmente designados pelo Prefeito Municipal, ou seu representante, conforme portaria n.º 3735/1999.

Art. 22 - A sede da Comissão Conselho da Cidade se localizará nas dependências da PBH, em local a ser definido pela SMPL, de fácil acesso a todos os membros.

Art. 23 - A convocação das reuniões ordinárias da Comissão Conselho da Cidade será feita a todos os seus Conselheiros mediante aviso de recebimento ou protocolo.

§ 1º - Os membros integrantes da Comissão Conselho da Cidade deverão ser informados dos assuntos da ordem do dia, mediante correspondência, com antecedência mínima de 3 (três) dias.

§ 2º - O Conselheiro efetivo deverá comunicar por escrito, sua eventual ausência à Mesa Diretora, com antecedência de 2 (dois) dias úteis, para que possa ser realizada a convocação do suplente. O abono de faltas só ocorre mediante este procedimento.

Art. 24 - As reuniões terão sua pauta previamente preparada e seguirão necessariamente o seguinte procedimento:

- I) Abertura da sessão, leitura, discussão e votação da ata da reunião anterior;
- II) Leitura do expediente e das comunicações da ordem do dia com tempo definido pela Mesa;
- III) Discussão e votação dos assuntos em pauta;
- IV) Solicitação de informações e esclarecimentos;
- V) Indicações, sugestões, recomendações e requerimentos;
- VI) Distribuição de processos para elaboração de respectivos pareceres, por parte das comissões temáticas;
- VII) Anúncio de assuntos que serão previamente incluídos na pauta da reunião seguinte;
- VIII) Encerramento.

Parágrafo único - Quando a matéria se referir a dispositivos da Portaria 3.742, assim como a alteração do presente Regimento, deverá receber os votos da maioria absoluta (2/3 dos membros).

Capítulo VIII DAS DELIBERAÇÕES

Art. 25 - A Comissão Conselho da Cidade, quando entender oportuno, poderá, através de seus órgãos integrantes, convidar, para participar de suas reuniões e atividades, técnicos ou representantes de instituições ou da sociedade civil.

Art. 26 - As deliberações do Plenário serão materializadas em atas resumidas, tendo o prazo de 15 (quinze) dias para publicação, no Diário Oficial do Município.

Art. 27 - As deliberações aprovadas serão encaminhadas ao executivo que as acolherá no todo ou em parte, enviando as razões da recusa à Comissão Conselho da Cidade no prazo de 30 dias para nova apreciação.

Art. 28 - A rejeição da recusa somente ocorrerá por decisão mínima de dois terços dos votos da Comissão Conselho da Cidade. A matéria será encaminhada ao Prefeito Municipal para apreciação e decisão final.

Capítulo IX DOS DIREITOS E DEVERES DOS CONSELHEIROS

Art. 29 - Compete aos membros da Comissão Conselho da Cidade:

- Comparecer às reuniões;
- Conhecer e fazer cumprir o presente regimento;
- Debater a matéria em discussão;
- Requerer informações, providências e esclarecimentos à Mesa Diretora;
- Pedir vistas de matérias;
- Apresentar relatórios e pareceres dentro dos prazos fixados;
- Votar;
- Participar das Comissões temáticas criadas pela Comissão Conselho da Cidade;
- Participar das ações de formação e capacitação promovidas pela Comissão Conselho da Cidade;
- Propor temas e assuntos à discussão e ação do Plenário;
- Representar a Comissão Conselho da Cidade quando indicado para tal;
- Prestar contas aos delegados da Conferência da Cidade, através de reuniões setoriais.

Capítulo X DA SUBSTITUIÇÃO DOS CONSELHEIROS

Art. 30 - Perderá o cargo de Conselheiro na Comissão Conselho da Cidade o membro que, sem motivo justificado por escrito, deixar de comparecer a 3 (três) reuniões consecutivas ou intercaladas no período de 1 (um) ano, bem como aquele que renunciar ao seu mandato. Nestas hipóteses, será empossado seu suplente, e novo suplente será indicado pelo seu setor, em reunião do respectivo Conselho ou em convocatória específica do setor, oficialmente convocadas.

Art. 31 - No caso de impedimento da participação do membro na Comissão Conselho da Cidade, este será substituído por seu suplente. Ocorrendo a hipótese prevista no *caput* deste artigo, novo suplente será indicado pelo seu setor.

Capítulo XI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32 - Casos omissos neste Regimento serão decididos pelo Plenário da Comissão Conselho da Cidade.

Art. 33 - Este Regimento Interno entra em vigor após sua aprovação e publicação.

ANEXO 5.2

A EXPERIÊNCIA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO EM BELO HORIZONTE E AS PRIORIDADES DA SAÚDE***Deborah Carvalho Malta
Maria Auxiliadora Gomes**

Secretaria Municipal de Planejamento - Prefeitura de Belo Horizonte

Introdução

As experiências de Orçamento Participativo em curso no país, em geral vinculadas a projetos democrático-populares, expressam decisão política de ampliação do espaço democrático. Os resultados destes processos são imensos e fundamentais no sentido de se ampliar as possibilidades de controle social sobre o Estado e os governantes, rompendo com os limites da democracia minimalista exercida pela escolha dos governantes através do voto, com delegação de poder decisório, que lhes confere a prerrogativa da condução e deliberação política durante o mandato. A prática do Orçamento Participativo estabelece novos referenciais de atuação para a Administração Pública e para a população, seja através da ampliação da apropriação de informações e conhecimentos técnicos por parte da sociedade civil, seja pela introdução do exercício de se decidir o que fazer com os recursos existentes, representando uma revitalização do setor público, ampliando os espaços decisórios e conseqüentemente as possibilidades democráticas.

Do ponto de vista do Estado, o Orçamento Participativo, também, introduz mudanças significativas, levando à necessidade de busca de eficiência e eficácia na administração pública, incorporando a dimensão do planejamento público. Para se adaptar a essa nova prática, o Estado tem que se modernizar, introduzindo instrumentos gerenciais, exigindo, por exemplo, a definição de metas, prazos, bem como critérios para priorização de recursos, monitoramento dos empreendimentos, enfim a sua adequação para o exercício do poder compartilhado e para dar respostas às demandas e definições estabelecidas no processo.

Quanto à execução orçamentária, o Orçamento Participativo permite ainda o aumento da transparência, ampliando os canais de interlocução com a população. Além disto, possibilita a inversão de prioridades, realizando investimentos em áreas relegadas a um plano secundário, possibilitando que empreendimentos nessas regiões ganhem chance de viabilização, vocalizando demandas reprimidas e iniciando o processo de investimento em setores anteriormente não priorizados pelo poder público.

Por isso, cada vez mais o Orçamento Participativo tem entrado nas agendas políticas em todo o país, sendo, inclusive, um referencial para reafirmação de governos democrático-populares, enquanto efetivo programa de governo. Além do mais, enquanto retórica eleitoral, tem sido cada vez mais declarado nas plataformas eleitorais de governos municipais e estaduais, mesmo de alguns sem compromissos com os processos democrático-populares.

Breve histórico e avaliação do Orçamento Participativo

Em Belo Horizonte, o processo teve início em 1993, através do Orçamento Participativo Regional. Foram realizadas plenárias regionais, com o levantamento das demandas de empreendimentos e a escolha de delegados, aprovando-se *O Plano Regional de Empreendimentos*, definindo-se aqueles a serem executados, e eleita a *Comissão Regional de Acompanhamento e Fiscalização do Orçamento*. Os empreendimentos aprovados tinham escopo definido e valores pré estimados, garantindo a transparência e a precisão do compromisso firmado. Dos 719 aprovados em oito anos de existência, cerca de 500 foram executados até o final do ano de 1999. Têm sido dado passos no sentido da inversão de prioridades, acolhendo demandas dos segmentos sociais excluídos, residentes em vilas, favelas e áreas de risco, principalmente relacionadas a obras viárias e saneamento.

Em 1999, o processo, antes delimitado a obras e empreendimentos, passou a incorporar as políticas setoriais através do Orçamento Participativo Cidade. Foram discutidas e priorizadas as políticas sociais

*Texto apresentado no VI Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva da ABRASCO, Salvador, BA, agosto/2000.

(saúde, educação, assistência social, esportes, cultura etc) além das políticas urbanas, ampliando-se, assim, a discussão sobre a peça orçamentária.

Metodologia do OP Cidade

A metodologia na condução do Orçamento Participativo da Cidade foi baseada no **Planejamento Estratégico**, quando foram definidos os planos estratégicos de médio e curto prazo e no **Gerenciamento pelas Diretrizes** que orientou na transformação das estratégias em realidade.

Foram vários meses de preparação deste processo, que contou com ampla participação popular. Pode-se identificar quatro fases em sua condução: 1) Compromisso 2) Diagnóstico 3) Análise Estratégica e 4) Definição de Prioridades

A fase do **Compromisso** iniciou-se na Pré-Conferência Municipal de Prioridades Orçamentárias (PRÉ-COMPOR), em dezembro de 1998, quando foram levantados pelos delegados os principais problemas que afetavam os setores de Saúde, Educação, Desenvolvimento Social, Habitação e Cultura, assim como fixadas as recomendações para a solução dos mesmos. Os problemas identificados no setor saúde nesta Pré-Conferência foram:

- Dificuldade de acesso às ações de saúde em todos os níveis
- Inadequação da estrutura de RH em quantidade e qualidade
- Falta de clareza das estratégias assistenciais propostas pela SMSA
- Deficiência do financiamento do SUS com recursos insuficientes e ausência de fontes estáveis
- Falta de acolhimento e humanização do atendimento nos serviços de saúde
- Inexistência de um sistema metropolitano e estadual de saúde articulado
- Falta de discussão da direção da SMSA sobre as decisões e propostas nos vários níveis
- Falta de critério na distribuição dos recursos para os centros de saúde
- Dificuldade de obtenção de medicamentos
- Falta de uma política social preventiva voltada para a saúde

Posteriormente trabalhou-se com esses problemas na formatação do **Plano Estratégico da Saúde**.

Ainda na PRÉ-COMPOR, elegeu-se, também a Comissão da Cidade, composta de 108 membros entre população e governo, com objetivo de aprovar a execução orçamentária no período, monitorar e fiscalizar em última instância as obras do OP Regional e Habitação e preparar a 1ª Conferência da Cidade, onde seriam definidas as prioridades orçamentárias da cidade. Para essa Comissão, o setor saúde indicou três representantes. Esta foi a primeira experiência de Conselho Municipal com participação de representantes de todos os setores sociais.

Na fase do **Diagnóstico**, foram realizados seminários de gestão, sendo discutidos a missão, visão e princípios de cada setor. Realizou-se também uma Pesquisa Quantitativa Amostral, que permitiu identificar problemas apontados pela população em cada uma das áreas sociais enfocadas. Na saúde, esta pesquisa indicou como os maiores problemas a falta de consultas com especialistas, consultas em centros de saúde, falta de medicamentos, apoio laboratorial insuficiente, mau atendimento em urgência e internação, ou seja, dificuldade de acesso.

A fase da **Análise estratégica** ocorreu em todas as frentes sociais da Prefeitura Municipal, inclusive incorporando-se setores que não participaram das fases anteriores (Abastecimento, Comunidade Negra, Turismo, Indústria e Comércio). Esta etapa teve como meta definir objetivos e medidas para cada setor, baseados nos problemas apontados na Pré-Conferência e na Pesquisa Quantitativa Amostral, compondo-se, desta forma, os PLANOS ESTRATÉGICOS SETORIAIS, que traduziam a intencionalidade do órgão no sentido de responder às demandas colocadas. Definiu-se também ações intersetoriais, com objetivos comuns, desenvolvidas pelos órgãos da PBH.

Com a última fase - **Definição de Prioridades** - Os Planos Estratégicos Setoriais, foram adequados ao formato orçamentário, sendo feito levantamento técnico visando orçar as novas medidas propostas, ou seja o recurso adicional para o ano 2000, na implementação daquelas ações. Os planos ainda foram avaliados segundo critérios técnicos, enquanto **importância estratégica, benefício social e viabilidade de recurso**, sendo pontuados, estabelecendo-se, do ponto de vista do setor público, a sua ordem de prioridade. Foram definidos parâmetros de avaliação, que variaram em cada setor, dependendo dos serviços prestados, abrangência dos serviços e dados disponíveis para análise.

Por **Importância Estratégica** entende-se a imprescindibilidade do projeto para a cidade. Os parâmetros foram:

- a) Intersetorial: ação desenvolvida em conjunto com outros órgãos, pressupondo-se objetivos comuns.
- b) Demanda da população: se aquele projeto havia sido identificado como demanda popular na Pré-Conferência, em pesquisa ou em Fóruns como a Conferência Setorial.
- c) Prioridade Institucional: referindo-se a projeto prioritário do órgão ou atribuição legal, quando da existência de legislação específica, como atribuição Constitucional, Lei Orgânica Federal.

Por **Benefício Social** entende-se o potencial de retorno social dos investimentos sociais. Os parâmetros foram:

- a) Atenção à situação de exclusão social, capacidade do projeto de estabelecer *discriminação positiva*, atuando sobre populações marginalizadas e promovendo a inclusão social. Na Saúde, trabalhou-se a *promoção da equidade social* onde se avaliava a capacidade de atingir populações como aquelas residentes em áreas de risco ou portadores de sofrimento mental.
- b) Abrangência Social, para o qual se estabeleceram faixas mensurando-se a capacidade de atendimento do projeto e sua abrangência.

Por **Viabilidade de Recurso** entende-se a viabilidade econômica na execução do projeto. Os parâmetros foram:

- a) Custo do Projeto, no qual os projetos de cada órgão foram classificados por custo em três faixas de preço. Aquelas de menor custo receberam pontuação superior.
- b) Disponibilidade Orçamentária, na qual projetos com recursos assegurados já no exercício de 1999 tiveram pontuação máxima, decrescendo quando se necessitava de recurso adicional.
- c) Parceria para co-financiamento, na qual todos os projetos que têm recursos externos assegurados, através de parcerias, convênios e transferências governamentais, foram então pontuados.

Em agosto e setembro, ocorreram as Plenárias Setoriais, com o objetivo de apreciar os Planos Estratégicos Setoriais e definir prioridades setoriais para serem remetidas à Conferência da Cidade. Este processo foi precedido por atividades de mobilização junto aos servidores municipais e à população em geral, no sentido de envolvê-los no processo.

A plenária setorial da Saúde ocorreu no âmbito da própria Conferência Municipal de Saúde, sendo apresentado o Plano Estratégico Setorial, que foi então debatido, aprovado e hierarquizado. Este processo ocorreu de forma semelhante em todos os setores.

A Conferência da Cidade ocorreu entre os dias 24 e 26 de setembro, quando cerca de 700 delegados dos diversos setores tiveram oportunidade de debater os conjuntos dos Planos Setoriais e definir a ordem de importância (hierarquia) dos diferentes programas sociais da Prefeitura, das ações de planejamento e intervenções urbanas, bem como proceder à eleição da Comissão Conselho da Cidade. As hierarquias produzidas pelo executivo, baseadas no critério técnico, aprovada na Conferência Municipal de Saúde e Conferência da Cidade, encontram-se anexas. Para fins de definição das prioridades orçamentárias, prepondera aquela votada na Conferência da Cidade.

A Comissão Conselho da Cidade foi eleita na Conferência e constituiu-se em fórum máximo deliberativo da alocação de novos recursos orçamentários. Ela tem 79 membros, sendo distribuídos paritariamente entre o setor urbano e o social. Dentre o social, oito são da Saúde. O funcionamento deste Conselho constituiu-se em algo novo que deverá ser acompanhado e avaliado. Este convívio com interesse tão distintos e amplos, por vezes antagônicos, será a pauta cotidiana deste Conselho, que deverá decidir, por exemplo, se atende prioritariamente às demandas de obras estruturantes ou o incremento de determinado programa social. O Conselho tem diversas regras de funcionamento previstas em seu estatuto, que normatizam a transferência de recursos entre setores, as perdas máximas admitidas, as transferências por aumento de receita, a intervenção intersetorial etc. Além disto, caberá a ele monitorar a implantação dos planos estratégicos, metas atingidas, recursos aplicados e impacto produzido.

A relação entre os Fóruns do Orçamento Participativo e os já instituídos no movimento popular da saúde (Conselhos, Conferências etc), são questões novas, que deverão se consolidar nesse processo, sendo objeto de reflexão a partir dos seus desdobramentos. A avaliação que se tem no momento, partilhada

pelos membros do Conselho Municipal de Saúde, é positiva, por se tratar de oportunidade de debater os problemas e carências do setor em fóruns mais amplos, podendo ganhar aliados, influenciando, assim, no destino das verbas do orçamento municipal.

ANEXOS

PLANO ESTRATÉGICO DA SAÚDE Resumo

Aprimorar e desenvolver a atenção básica, ampliando a cobertura das ações de saúde;

Aprimorar a rede básica de maneira que ela realize ações que vão desde a prevenção e promoção, às ações de diagnóstico e terapêuticas;

Constituir EQUIPES DE REFERÊNCIA às quais se vincula determinada população cadastrada, responsabilizando a equipe pela saúde daquela população, aumentando as ações domiciliares;

Fazer parcerias com outros órgãos e instituições (ONGs, pastorais e outras), buscando potencializar os cuidados primários em saúde;

Garantir a organização do processo de trabalho em saúde;

Desenvolver ações de atenção à criança, imunização, atenção à mulher, atenção ao adulto;

Adquirir novos equipamentos e repor os sucateados, necessários para manter e ampliar os diversos projetos assistenciais;

Aprimorar atenção secundária;

Implementar mudanças no processo de trabalho nas unidades, buscando a humanização do atendimento, melhoria do acesso e o trabalho em equipe;

Incorporar profissionais nas especialidades estranguladas, seguindo estudo de demanda reprimida;

Estimular o maior envolvimento dos especialistas com as unidades básicas;

Desenvolver e equipar serviços regionalizados de prevenção e reabilitação em fisioterapia, fonoaudiologia etc;

Implantar hospital dia de cirurgia, unidades secundárias de geriatria e gerontologia;

Aprimorar a atenção à saúde do trabalhador;

Consolidar política intersetorial de atenção ao portador de necessidades especiais;

Aprimorar atenção à urgência e emergência;

Aprimorar o atendimento de urgência e emergência no município, adequando a estrutura de RH, equipamentos e insumos;

Articular o sistema de urgência/emergência, público e privado, definindo-se protocolos especialidades, fluxos, bem como contra referência para os Centros de Saúde;

Estruturar equipe de RESGATE para atendimento às urgências/emergências clínicas;

Aprimorar atenção a Saúde Mental;

Organizar serviços abertos, articulados, regionalizados com capacidade de acolher os usuários em diferentes momentos (Centros de Saúde, Cersam's, Centros de Convivência);

Manutenção e ampliação da supervisão hospitalar nos hospitais psiquiátricos, com a continuidade da política de redução de leitos;

Ampliação do atendimento dos Cersam's para 24 horas, adequando estrutura de RH e medicamentos;

Criação e operacionalização de novos Cersam (Centros de Referência em Saúde Mental) para atendimento a pacientes em crise e casos graves;

Criação de novos Centros de Convivência (Espaços coletivos de convívio social);

Consolidar a intersetorialidade das políticas de Saúde Mental;

Promover a profissionalização e reinserção no mercado formal de trabalho dos usuários da Saúde Mental;

Aprimorar a Vigilância Sanitária;

Aprimorar a municipalização das ações de Vigilância Sanitária na área de medicamentos e correlatos e dos estabelecimentos de Assistência à Saúde;

Aprimorar o projeto de Vigilância Sanitária dos alimentos;

Aprimorar o Controle de Zoonoses;

Analisar o comportamento das zoonoses, doenças ou agravos causados por vetores e roedores, traçando tendências, de forma a subsidiar o planejamento estratégico das ações de prevenção e controle;

Intensificar as ações de controle de dengue, raiva animal, roedores, escorpiões, leishmaniose visceral, leptospirose etc;

Desenvolver ações de combate e controle dos vetores e roedores de forma integrada com os órgãos afetos ao saneamento;

Aprimorar atenção à Saúde Bucal;

Garantir condições para a organização dos serviços através de planejamento local das unidades de saúde, respeitando as diretrizes básicas do modelo assistencial;

Organizar e desenvolver o Programa Coletivo de Saúde Bucal, buscando ampliar a cobertura;

Incrementar a assistência secundária nas especialidades de endodontia, radiologia, periodontia, ortodontia, odontopediatria, prótese; urgência, ampliando o acesso dos usuários com necessidades especiais;

Aprimorar o apoio terapêutico;

Garantir a reorientação da assistência farmacêutica no município;

Assegurar repasse de recursos do governo federal e estadual para aquisição dos medicamentos destinados à assistência farmacêutica básica;

Garantir a aquisição dos medicamentos de modo a manter o abastecimento contínuo;

Otimizar o processo produtivo da Farmácia de Manipulação;

Aprimorar o apoio diagnóstico;

Implantar postos de coleta em todas as unidades básicas de saúde;

Desenvolver, adequar área física, informatizar e equipar laboratórios distritais;

Garantir o apoio diagnóstico (exames laboratoriais, radiológicos) nos diversos níveis do sistema, otimizando a rede pública e encaminhando ao serviço conveniado quando extrapolada a capacidade do público;

Otimizar laboratório de bromatologia e de zoonoses;

Adequar a política e estrutura de Recursos Humanos;

Adequar a política e estrutura de Recursos Humanos (RH) para o SUS BH;

Oferecer capacitação técnica/gerencial continuada aos profissionais adequada ao projeto assistencial;

Implementar processo de avaliação de desempenho do servidor;

Aprimorar o Sistema de informação;

Garantir o desenvolvimento dos sistemas informatizados dos serviços, integrados em rede;

Cadastrar toda a população através do CARTÃO SUS;

Avançar na gestão do Sistema de Saúde;

Garantir o cumprimento das leis que regulamentam e sustentam a organização do SUS;

Consolidar e avançar na gestão plena do Sistema de Saúde;

Assegurar repasse integral de verbas do governo federal e sua plena aplicação;

Garantir o mínimo de 10% de aplicação do ROT na saúde;

Avançar na regulação ambulatorial;

Ampliar a regulação sobre todos os serviços públicos/privados;

Aprimorar o Serviço de Auditoria Assistencial;

Reavaliar periodicamente os contratos e convênios, tendo como base a qualidade dos serviços prestados e necessidades assistenciais;

Ampliar a rede pública para atendimento ambulatorial, em especial procedimentos de alto custo;

Avançar na regulação hospitalar;

Ampliar a regulação sobre todos os serviços públicos/privados;

Aprimorar o controle contábil dos contratos;

Reavaliar periodicamente os contratos e convênios, tendo como base a qualidade dos serviços prestados e as necessidades assistenciais;

Ampliar a rede pública para atendimento em urgência e hospitalar;

Garantir a gestão sobre todos os leitos conveniados, de forma que estes sejam acessados via central de internação;

Definir e implementar estratégias para aumentar a oferta de leitos de cuidados intensivos e intermediários pediátricos e neonatais;

Implantar a Central de Regulação, integrando os serviços de resgate, central de internação, serviços de ambulância, respondendo às demandas de urgência e emergência e internação do município;

Aumentar e fortalecer a participação cidadã na definição das políticas de saúde;

Estimular a criação de Conselhos de Usuários dos Hospitais e associações para defesa do modelo

antimanicomial;

Realizar cursos de capacitação de lideranças;

Reformas e novas construções da rede;

Elaborar projeto de reformas e novas construções da rede, de acordo com estudo de perfil epidemiológico, processo de trabalho e necessidades das áreas de risco;

Estabelecer um sistema de manutenção preventiva e recuperadora de prédios, área física e equipamentos;

Concluir a rede de unidades 24 horas de urgência nos Distritos Sanitários (reformas, aquisição de equipamentos).

HIERARQUIA DOS PROGRAMAS DA SAÚDE E FÓRUNS DE APROVAÇÃO

SEGUNDO CRITÉRIOS TÉCNICOS	SEGUNDO PLENÁRIA	SEGUNDO CONFERÊNCIA
Atenção Básica	Atenção Básica	Atenção Básica
Urgência e Emergência	Urgência e Emergência	Urgência e Emergência
Controle de Zoonoses	Recursos Humanos	Recursos Humanos
Recursos Humanos	Controle de Zoonoses	Saúde Mental
Saúde Mental	Saúde Mental	Atenção Secundária
Atenção Secundária	Atenção Secundária	Controle de Zoonoses
Apoio Diagnóstico	Participação Popular	Participação Popular
Regulação Hospitalar	Regulação Hospitalar	Apoio Diagnóstico
Participação Popular	Apoio Diagnóstico	Regulação Hospitalar
Saúde Bucal	Reforma de Unidades	Reforma de Unidades
Reforma de Unidades	Saúde Bucal	Saúde Bucal
Regulação Ambulatorial	Regulação Ambulatorial	Regulação Ambulatorial
Apoio Terapêutico	Apoio Terapêutico	Apoio Terapêutico
Vigilância Sanitária	Vigilância Sanitária	Vigilância Sanitária
Sistema de Informação	Sistema de Informação	Sistema de Informação

Bibliografia

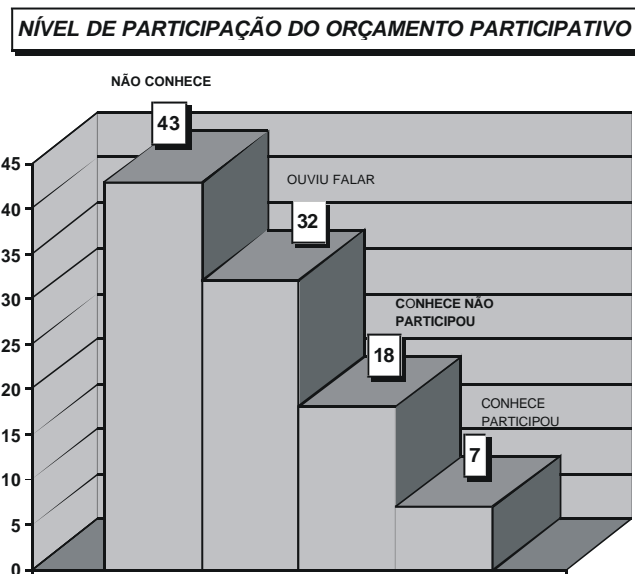
- Santos Boaventura, S., *Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo IN: a crise dos paradigmas em ciências sociais*, CORECON, Rio de Janeiro, 1999.
- Boschi, R.R. *Governança e a reforma dos governos locais*, in MELO, M.A. *Reforma do Estado e Mudança Institucional no Brasil*. Recife, ed. Massangana, 1999.
- MALTA, D.C. *Metodologia do Orçamento Participativo Cidade – Macro- Setor Social*, Revista Planejar BH, No 6, 10- 15, fev. 2000, Belo Horizonte.
- GOMES, M.A *A definição das políticas municipais de Belo Horizonte, com participação popular e controle social*. Revista Planejar BH, No 6, 10- 15, fev. 2000, Belo Horizonte.

ANEXO 5.3

PESQUISA SOBRE O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

Através de pesquisa direta, realizada no período de 01 a 10/05/99, pelo Instituto de Pesquisa Doxa, a Prefeitura de Belo Horizonte avaliou a receptividade da população belo-horizontina ao Orçamento Participativo. Foram aplicados 1.810 questionários aos munícipes, com uma margem de erro de aproximadamente 2,0%. A principal constatação é a de que cerca de 57% da amostra têm conhecimento ou pelo menos ouviram falar a respeito do programa.

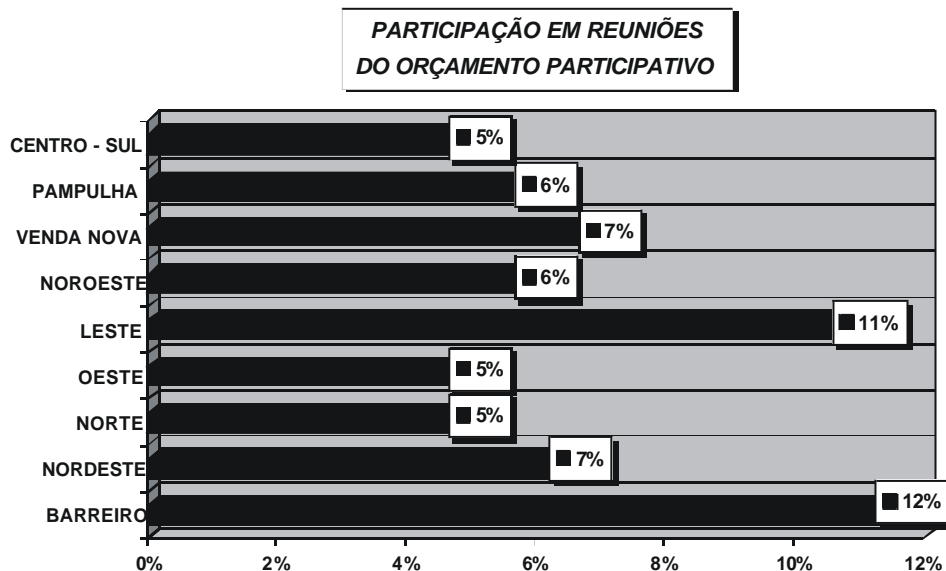
Gráfico 1



Desde o início do Orçamento Participativo, 7,1% da amostra já participaram de reuniões, o que, projetado sobre uma população de 1,5 milhões de habitantes com idade superior a 16 anos, significa uma participação de aproximadamente 107 mil pessoas.

A incidência de participação por região da cidade foi a seguinte: Barreiro: 12%, Leste: 11%, Centro-Sul: 5%, Norte: 5%, Oeste: 5%, Nordeste: 7%, Noroeste, 6%, Venda Nova: 7%, Pampulha: 6%.

Gráfico 2



Dentre os que ouviram falar do OP (57% da amostra), o programa é considerado muito importante por 87% dos entrevistados, contra apenas 5% para pouco/nenhuma importância, sendo que 23% destes não souberam argumentar o motivo desta avaliação.



Será descrito agora o perfil dos participantes nas assembléias do OP, ou seja, 128 indivíduos de uma amostra total de 1810. Quanto ao sexo 54% são mulheres e 46% são homens. Quanto à renda dos participantes 21% recebem até 2 salários-mínimos, 41% recebem de 2 a 5 salários-mínimos, 21% recebem de 5 a 10 salários-mínimos, 10% recebem entre 10 a 20 salários-mínimos e 6% mais de 20 salários mínimos.

TABELA 1
PERFIL DOS PARTICIPANTES DO OP QUANTO À RENDA

RENDA	NÚMERO ABSOLUTO	PERCENTUAL
Até 2 salários-mínimos	27	21
De 2 a 5 salários-mínimos	53	41
De 5 a 10 salários-mínimos	27	21
Entre 10 e 20 salários-mínimos	13	10
Acima de 20 salários-mínimos	8	6
Total	128	100

Fonte: Pesquisa Quantitativa OP-Cidade, DOXA

Quanto à idade, a maior participação ocorre entre indivíduos na faixa de 30 a 39 anos (28%), seguida daqueles entre 40 a 49 anos (27%). Na faixa de 16 a 24 anos, a participação é de 13%.

TABELA 2
PERFIL DOS PARTICIPANTES DO OP QUANTO A IDADE

FAIXA ETÁRIA	NÚMERO ABSOLUTO	PERCENTUAL
16 e 17 anos	1	1
18 a 24 anos	15	12
25 a 29 anos	13	10
30 a 39 anos	36	28
40 a 49 anos	34	27
50 ou mais	29	23
Total	128	100

Fonte: Pesquisa Quantitativa OP-Cidade, DOXA

Quanto à escolaridade, a maior participação ocorre entre indivíduos analfabetos/ primário incompleto (34%), seguida daqueles que tem o ginásial completo (31%). Os que tem curso superior são 12% da amostra.

TABELA 3
PERFIL DOS PARTICIPANTES DO OP QUANTO A ESCOLARIDADE

ESCOLARIDADE	NÚMERO ABSOLUTO	PERCENTUAL
Analfabeto/ primário incompleto	43	34
Ginásial	40	31
Colegial	30	23
Superior	15	12
Total	128	100

Fonte: Pesquisa Quantitativa OP-Cidade, DOXA

Finalmente, é expressiva a participação dos entrevistados representantes da sociedade civil, como mostram os números a seguir: participa de associações de bairro: 40%; participam de Grupo de jovens católicos: 13%; participa de associações de pais: 6%; participa de comissões/conselhos municipais: 5%; participa de partido político: 5%.

TABELA 4
PERFIL DOS PARTICIPANTES DO OP QUANTO À PARTICIPAÇÃO EM ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL

ENTIDADE	NÚMERO ABSOLUTO	PERCENTUAL
Não participa de entidade	27	21
Grupo de jovens católicos	16	13
Associação de moradores	51	40
Grupo de jovens evangélicos	5	4
Associação de Pais	8	6
Partido Político	5	5
Entidade Assistencial	4	3
Outras	4	3
CAC	3	2
Comissões/conselhos municipais	5	5
Total	128	100

Fonte: Pesquisa Quantitativa OP-Cidade, DOXA

ANEXO 5.4

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO E COMPORTAMENTO ELEITORAL DA POPULAÇÃO DE BELO HORIZONTE**Mercês Somarriba*****1. Introdução**

Como é sabido, as obras do Orçamento Participativo de Belo Horizonte – OP/BH - não se distribuem homogeneamente pelo espaço urbano do município. Diante do enorme acúmulo de carências urbanas nas regiões mais pobres da cidade, a maioria dos investimentos têm sido feitos em obras de saneamento básico, infra-estrutura e habitação popular nessas regiões, num claro esforço de inversão de prioridades ou discriminação positiva. Sobre ser esta uma característica saliente do OP, há grande convergência entre os dados e avaliações internas produzidos pela Prefeitura de Belo Horizonte e os estudos de natureza mais acadêmica sobre a experiência, realizados por pesquisadores externos.¹ Parece, pois, relevante perguntar em que medida os diferentes segmentos da população da cidade têm conseguido perceber essa característica do OP. E como a avaliam.

Entretanto, as análises até agora realizadas sobre o OP-BH ou se restringiram a avaliar a percepção daqueles mais diretamente envolvidos com a sua dinâmica – delegados, membros das Comissões de Fiscalização das Obras do OP - COMFORÇA-, Câmara de Vereadores -, ou se ativeram a questões mais gerais do tipo “ter ou não conhecimento da existência do OP”, “achá-lo mais ou menos importante”, “ter ou não participado dele”.

Num momento em que se realiza a ampliação do escopo do OP, mantendo as deliberações sobre os investimentos regionais (OP Regional) e os de habitação (OP Habitação) e implementando a deliberação coletiva sobre as chamadas obras estruturantes (que influenciam a vida da cidade como um todo), assim como sobre os gastos com as políticas sociais, é importante aprofundar também a avaliação do OP junto à população.

Ao propor-se o OP como um novo modelo de gestão da cidade, que busca democratizar a relação Estado-sociedade, ampliando o controle público sobre os recursos e as políticas municipais, espera-se que ele contribua para aumentar o grau de envolvimento da população com a administração do município, passando, a primeira, a perceber, com maior clareza as relações entre as decisões políticas dos governantes e suas condições de vida cotidianas.

Importante indicador dessa percepção é o comportamento eleitoral. Isto porque, dado o alto grau de desinformação em que tem sido mantida a maioria da população brasileira, principalmente suas camadas mais pobres, a decisão de votar neste ou naquele candidato, neste ou naquele partido, é geralmente informada por critérios que pouco têm a ver com as posições adotadas por partidos e/ou candidatos a respeito de questões que repercutem diretamente nas condições concretas de vida dos setores populares. Ademais, tem crescido o percentual de votos brancos e nulos e de abstenções, numa inequívoca manifestação, por parte dos eleitores, de desinteresse e/ou desconfiança em relação aos políticos e à política.

Nessa medida, é relevante verificar se o OP tem conseguido diminuir o nível de desinformação e o conseqüente alheamento da população com referência aos negócios públicos e ao mundo da política. O objetivo central deste trabalho é, então, analisar em que medida se associam a distribuição espacial do voto popular por partidos e candidatos e a localização de melhorias urbanas empreendidas no âmbito do OP-BH. A pesquisa tem como hipótese orientadora a idéia de que a grande concentração de obras nas

* Professora Titular de Sociologia da UFMG. Para a realização da pesquisa aqui apresentada, contou-se com a participação de Ana Paula Benaton Gomes e Suzanne Félicie Lévy, como assistentes de pesquisa, e com o apoio de informática prestado por Leonardo Guerra, Osmar Silveira Stangherlin e Teresa Cristina de S.C. Vale.

¹ Entre os primeiros estão alguns textos de técnicos da Prefeitura divulgados nos vários números da Revista **Planejar BH**, publicação da SMPL/PBH; entre os últimos, ver: SOMARRIBA, M. e DULCI, O. S., *A democratização do poder local e seus dilemas: a dinâmica atual da participação popular em Belo Horizonte*, in DINIZ, E. e AZEVEDO, S. de (orgs.). **Reforma do Estado e Democracia no Brasil**, Ed. UnB/ENAP, 1997; AVRITZER, L., *Sociedade civil, espaço público e poder local: uma análise do Orçamento Participativo em Belo Horizonte e Porto Alegre. Relatório Final de Pesquisa do Projeto “Civil Society and Democratic Governance”*, Fundação Ford, 1999; NYLEN, W.R., *New Political Activists for Desillusioned Democracies: an analysis of the impact of “popular participation” in participants in the Participatory Budgets (orçamentos participativos) of Betim & Belo Horizonte, Minas Gerais (mimeo)*, 1999.

regiões mais pobres da cidade deve ter influenciado positivamente a decisão dos eleitores destes locais de votar nos candidatos identificados com o OP. De acordo com esta hipótese, seria esperável que os candidatos a prefeito e vereador que se posicionaram claramente a favor do OP fossem relativamente mais bem votados nas vilas e favelas do que nos bairros; e que, comparativamente aos demais candidatos, recebessem mais votos nestas áreas mais pobres.

Como as eleições municipais de 1996 eram, até o momento de realização da pesquisa, as únicas ocorridas após a implantação do OP em Belo Horizonte, utilizou-se neste trabalho a base de dados fornecida pelo Tribunal Regional Eleitoral –TRE –, contendo os resultados do pleito municipal de 1996 para os candidatos majoritários e proporcionais do estado de Minas Gerais, por local de votação.² E, das informações sobre o número e a localização das obras do OP obtidas junto à Coordenação do Orçamento Participativo – Secretaria Municipal de Planejamento –, foram consideradas as obras definidas no âmbito do OP até o ano de 1996, antes das eleições municipais, portanto.

2. Construção dos dados e análise dos resultados

Sabe-se que a proposta de implantar o OP em Belo Horizonte constituiu uma decisão nitidamente partidária, formulada pela Frente BH Popular encabeçada pelo Partido dos Trabalhadores - PT- em seu Programa de Governo, à época da campanha eleitoral, e efetivamente implementada já a partir do primeiro ano de governo, 1993.

Após enfrentar muita resistência de vereadores da oposição em seus dois primeiros anos de implantação, o OP acabou ganhando a adesão de muitos deles, que passaram a marcar presença sistemática nas assembléias locais e regionais do OP, defendendo obras junto com os grupos populares, e a cobrar a realização daquelas que estavam atrasadas, junto com membros das COMFORÇA³. Com o passar do tempo, esses vereadores começaram a ser identificados com as atividades do OP, como uma espécie de “vereadores do OP”. Da mesma forma, lideranças populares atuantes junto ao OP candidataram-se ao cargo de vereador e buscaram capitalizar politicamente sua participação nas várias atividades do OP. Por estas razões, além dos votos dados aos quarenta e quatro candidatos proporcionais participantes da coalizão partidária – PT/PCdoB/PCB/PV – que representava inequivocamente a continuidade do OP, são também analisados os votos obtidos por esses “candidatos do OP”, originários de outros partidos. Sua identificação constituiu uma das primeiras atividades da pesquisa e se realizou através de entrevistas com técnicos da Secretaria Municipal de Planejamento de Belo Horizonte - SMPL-BH - e com os Administradores Regionais da gestão 1993/1996 e/ou seus auxiliares mais próximos, por eles indicados. Foi, então, identificado um total de 20 candidatos a vereador, distribuídos por quase todo o espectro partidário, que, somados aos 44 candidatos da coligação encabeçada pelo PT, totalizaram 64 “candidatos do OP” (ver quadro 1 do Anexo).

Dentre os candidatos a prefeito, são considerados “candidatos do OP”, no primeiro turno, Virgílio Guimarães, da coligação encabeçada pelo PT e Célio de Castro, então Vice-Prefeito, que concorreu por outra coalizão, encabeçada pelo PSB, e passou ao segundo turno, disputando com o candidato do PSDB. Pretendia-se analisar, também, a distribuição espacial dos votos dos dois candidatos que disputaram no segundo turno mas, por razões de difícil compreensão, o TRE não dispõe dos dados do segundo turno distribuídos por local de votação, como acontece no caso do primeiro turno.

A importância de se dispor dos votos por local de votação liga-se ao fato de que, para os objetivos da pesquisa, tornou-se importante buscar o maior nível possível de compatibilização ou correspondência entre a regionalização com a qual trabalha a SMPL de Belo Horizonte, que divide a cidade em 81 Unidades de Planejamento – UP - e a divisão do município, adotada pelo TRE, em Zonas e Seções Eleitorais, distribuídas, as últimas, por sua vez, em locais de votação, geralmente situados em prédios escolares. Isto,

² Um conjunto adicional de informações gerais sobre o primeiro turno do pleito de 1996 em Belo Horizonte, relevantes para as análises aqui desenvolvidas, foi obtido junto ao TRE e pode ser assim resumido: eleitorado – 1.452.947; comparecimento – 1.221.459; abstenção – 231.488; votos nominais para vereador – 893.760; votos de legenda – 139.073; votos nulos para prefeito – 130.568; votos nulos para vereador – 112.839; votos brancos para prefeito – 36.192; votos brancos para vereador – 75.787.

³ Sobre este novo espaço de atuação dos vereadores, criado pelo OP, ver a análise desenvolvida por SOMARRIBA, M. e DULCI, O. *op. cit.*

para possibilitar que a análise do grau de associação entre os dois fenômenos estudados - a natureza do voto e a existência de obras do OP – fosse feita num nível maior de desagregação dos dados, contribuindo para aumentar a precisão dos resultados.

Com este objetivo, realizou-se inicialmente o georreferenciamento simultâneo das obras do OP definidas até o final de 1996 (portanto, as dos OP 94,95,96 e 97) e dos locais de votação situados nas oito Unidades de Planejamento identificadas como favelas e conjuntos habitacionais populares ou de baixa renda. Nestas UP foram apontados 13 locais de votação e um total de 66 obras do OP definidas no período considerado. Em termos relativos, este número de obras é muito significativo uma vez que constitui 12,5% das 526 obras aprovadas até o OP-97, ao passo que apenas 6,7% dos habitantes de Belo Horizonte residiam nestas oito UP e 1,7% dos votantes do município compareceram às seções eleitorais então existentes em locais de votação nelas situados.

Contabilizados os votos obtidos nestes locais pelos dois candidatos a prefeito identificados com o OP, elaborou-se a tabela 1, abaixo, na qual se observa que, embora eles tenham superado significativamente a votação dos demais candidatos (cinco, ao todo), obtendo 55,5% dos votos, seu desempenho foi comparativamente melhor nos locais de votação situados nas demais UP, onde obtiveram 62,5% dos votos, e no conjunto da cidade, onde receberam 62,4% dos votos. Alternativamente, os cinco outros candidatos foram relativamente melhor votados nas UP Favelas e Conjuntos Habitacionais Populares (44,5%) do que nos demais locais e no conjunto da cidade (37,5% e 37,6%, respectivamente).

TABELA 1

**VOTAÇÃO DOS CANDIDATOS A PREFEITO POR GRUPOS DE UP
BELO HORIZONTE, 1996**

CANDIDATOS	UP/FAVELAS/ CONJUNTOS	%	DEMAIS UP	%	MUNICÍPIO	%
“Candidatos do OP”	9.606	55,5	648.784	62,5	658.390	62,4
Demais Candidatos	7.709	44,5	388.600	37,5	396.309	37,6
Total	17.315	100	1.037.384	100	1.054.699	100

É também expressivo o percentual de votos brancos e nulos, 17%, atingido nestas áreas na eleição para prefeito, que aparece na tabela 2, seguinte. Ele é particularmente alto se comparado aos percentuais de 13,6% e 13,7% encontrados, respectivamente, nas demais UP e no conjunto da cidade.⁴

TABELA 2

**VOTOS VÁLIDOS, BRANCOS/NULOS PARA PREFEITO POR GRUPOS DE UP
BELO HORIZONTE, 1996**

VOTAÇÃO	UP/FAVELAS/ CONJUNTOS	%	DEMAIS UP	%	MUNICÍPIO	%
Votos Válidos	17.315	83	1.037.384	86,4	1.054.699	86,3
Votos Brancos e Nulos	3.539	17	163.221	13,6	166.760	13,7
Total de Votantes	20.854	100	1.200.605	100	1.221.459	100

⁴ Para os objetivos da pesquisa, seria importante contar com as informações sobre o número de abstenções por local de votação, uma vez que a abstenção pode, também, ser interpretada como indicador de desinteresse político. Infelizmente, o TRE não dispõe destes dados. E a tentativa feita para obtê-los a partir da informação sobre o número de eleitores inscritos, do qual seria subtraído o número de votantes, esbarrou também no fato de o TRE não ter esta informação para o pleito de 1996, por local de votação, uma vez que o arquivo do órgão que contém estes dados vem sendo atualizado periodicamente. Conseqüentemente, no momento da pesquisa, só estavam disponíveis as informações sobre o número de eleitores inscritos para o pleito do ano 2000.

Os resultados das tabelas 1 e 2 revelam que a maior concentração de obras do OP nas UP que apresentam maiores carências de infraestrutura urbana e serviços não resultou numa maior adesão dos moradores destas áreas às candidaturas identificadas com o OP, comparativamente aos demais moradores do município. Além da votação relativamente inferior obtida pelos dois candidatos, há nas UP Favelas/Conjuntos um percentual expressivamente maior de votos brancos e nulos do que nas demais áreas da cidade, indicativos de maior desinteresse político dos eleitores das UP em pauta.

Com o objetivo de ampliar a análise para todas as áreas de favelas, foram buscados, em seguida, os demais locais de votação existentes nestas áreas. Verificou-se, então, não sem surpresa, que apenas mais três locais de votação estavam contidos em favelas/conjuntos populares, perfazendo, assim, apenas 16 locais de votação nestas regiões, num total de 439 no município. Ou seja, os 451.135 moradores das áreas de favelas e conjuntos habitacionais populares de Belo Horizonte (segundo dados da URBEL), isto é, 21,6% dos habitantes da cidade, contam com apenas 3,6% dos locais de votação nela existentes. Em termos de população, este novo espaço (ampliado) comporta 8,8% em relação ao município; relativamente ao número de votantes, ele passa a 2,9%; já o número de obras do OP atinge 75, ou seja, 14,3% das obras definidas até o final de 1996.

Os dados sobre a votação obtida pelos candidatos a prefeito nestes locais estão sintetizados na tabela 3, abaixo:

TABELA 3

VOTAÇÃO DOS CANDIDATOS A PREFEITO NOS LOCAIS DE VOTAÇÃO SITUADOS EM FAVELAS E CONJUNTOS HABITACIONAIS POPULARES BELO HORIZONTE, 1996

CANDIDATOS	FAVELAS/ CONJUNTOS	%	DEMAIS LOCAIS	%	MUNICÍPIO	%
"Candidatos do OP"	16.078	54,7	642.312	62,6	658.390	62,4
Demais Candidatos	13.294	45,3	382.862	37,4	396.309	37,6
Total	29.372	100	1.025.174	100	1.054.699	100

A votação nos "candidatos do OP" neste espaço ampliado de favelas sofre uma pequena queda, passando a 54,7% (tabela 3) e se distanciando um pouco mais da votação nos demais locais e no município como um todo. Confirma-se, pois, a ausência de uma associação mais forte entre obras do OP e votos também nestes locais, uma vez que, apesar de concentrarem maior número de obras que outras áreas da cidade, apresentam menor percentual de votação nos "candidatos do OP" que as últimas.

No caso dos candidatos a vereador, os dados referentes às UP de favelas e conjuntos habitacionais populares e ao total de locais de votação inseridos em regiões de favelas/conjuntos populares aparecem nas tabelas 4, 5 e 6, abaixo, elaboradas no mesmo formato das anteriores⁵.

TABELA 4

VOTAÇÃO NOMINAL DOS CANDIDATOS A VEREADOR NAS UP DE FAVELAS/CONJUNTOS HABITACIONAIS POPULARES BELO HORIZONTE, 1996

CANDIDATOS	Nº CANDIDATOS	%	UP/FAVE- LAS/CON- JUNTOS	%	DEMAIS UP	%	MUNICÍPIO	%
"Candidatos do OP"	64	8,3	4.765	33	198.418	22,6	203.183	22,7
Demais Candidatos	705	91,7	9.659	67	680.918	77,4	690.577	77,3
Total	769	100	14.424	100	879.336	100	893.760	100

⁵ Como só foram apurados os votos nominais dos 64 "candidatos a vereador do OP" (a apuração dos votos nominais de todos os 769 candidatos resultaria num volume de trabalho muito além do razoável), foi necessário realizar, para a elaboração de todas as tabelas referentes à votação para vereador, um conjunto de operações destinadas à obtenção da votação nominal dos demais candidatos. Assim, com base numa planilha da votação nominal obtida pelos partidos políticos, por local de votação, foram feitas as seguintes operações: do total de votos nominais obtidos por cada partido, nos locais de votação considerados na pesquisa, foram excluídos os votos nominais do ou dos "candidatos do OP" pertencentes ao partido; obteve-se, em seguida, o somatório das diferenças obtidas entre os votos nominais por partido e os votos dos "candidatos do OP" daquele partido. Este somatório constitui a votação nominal dos demais candidatos. A soma desta com a da votação nominal dos "candidatos do OP" é, obviamente, bem menor que o número de votos válidos para vereador o qual inclui os votos de legenda obtidos pelos partidos. E, como não poderia deixar de ser, foi com base na última soma obtida que foram calculados os percentuais de votos dos "candidatos do OP" e dos demais candidatos.

TABELA 5

**VOTOS NOMINAIS DOS CANDIDATOS A VEREADOR NOS LOCAIS DE VOTAÇÃO
SITUADOS EM FAVELAS E CONJUNTOS HABITACIONAIS POPULARES
BELO HORIZONTE, 1996**

CANDIDATOS	FAVELAS/ CONJUNTOS	%	DEMAIS LOCAIS	%	MUNICÍPIO	%
"Candidatos do OP"	7.305	27,9	195.878	22,6	203.183	22,7
Demais Candidatos	18.854	72,1	671.723	77,4	690.577	77,3
Total	26.159	100	867.601	100	893.760	100

TABELA 6

**VOTOS VÁLIDOS, BRANCOS/NULOS PARA VEREADOR POR GRUPOS DE UP
BELO HORIZONTE, 1996**

VOTAÇÃO	UP/FAVELAS/ CONJUNTOS	%	DEMAIS UP	%	MUNICÍPIO	%
Votos Válidos	17.376	83,3	1.015.457	84,6	1.032.833	84,6
Votos Brancos e Nulos	3.478	16,7	185.148	15,4	188.626	15,4
Total de Votantes	20.854	100	1.200.605	100	1.221.459	100

Devido ao número muito grande de candidatos, 769 ao todo, os 64 "vereadores do OP" representavam apenas 8,3% do total de candidatos. Mas os dados da tabela 4 revelam que eles receberam 33% do total de votos nos locais de votação das UP consideradas. Tendo em vista o fato de que a maioria dos partidos contribui para aumentar artificialmente o número total de candidatos, lançando um número muito grande de nomes sem viabilidade eleitoral alguma, apenas para agregar votos e beneficiar os candidatos viáveis, recomenda-se certa cautela em interpretar tais resultados como indicativos de forte preferência dos eleitores destas áreas mais pobres pelos "candidatos do OP". Isto porque a revelada preferência dos eleitores pelos "candidatos do OP" poderia estar traduzindo apenas a concentração maior de votos em candidatos viáveis, tanto nestas áreas mais pobres como no conjunto da cidade. Neste sentido, o fato de existir entre os 64 "candidatos do OP" 20 vereadores eleitos (ver quadro 2 do Anexo), portanto, mais da metade do total dos 37 vereadores da cidade, contribuiria para reforçar a idéia de que a maior concentração de votos nos "candidatos do OP", nas UP em questão, seguiria uma tendência geral observada na cidade como um todo.

A votação nominal total dos 64 "candidatos do OP" no município (203.183 votos) revela-se, de fato, proporcionalmente muito maior que a dos demais candidatos tendo em conta que ela atinge 22,7% do total de 893.760 votos nominais para vereador no conjunto da cidade. Não resta dúvida, porém, de que, ao contrário do que se observou em relação aos dois candidatos a prefeito, os candidatos a vereador identificados com o OP são relativamente mais bem votados nas UP de Favelas e Conjuntos Populares e nos locais de votação situados em áreas de favelas do que no conjunto da cidade, como se pode inferir da comparação dos percentuais de votos de 33% e 27,9% dos "candidatos do OP" em áreas de favelas, das tabelas 4 e 5, respectivamente, com os 22,6% e 22,7% obtidos por estes candidatos nas demais áreas e na cidade como um todo, que constam das mesmas tabelas; ou, de forma complementar, da comparação entre os percentuais de 67% e 72,1% de votos obtidos pelos demais candidatos, nas áreas de favelas, e os percentuais bem mais elevados de 77,4% e 77,3% por eles alcançados nos demais locais e no conjunto da cidade, que aparecem nas mesmas tabelas.

A informação sobre o percentual de 16,7% de votos brancos e nulos para vereador, presente na tabela 6, acima, indica (da mesma forma que o dado correspondente para a eleição de prefeito da Tabela 2), o envolvimento um pouco menor da população destas áreas mais pobres com as candidaturas para vereador, comparativamente ao conjunto da cidade onde os votos brancos e nulos para vereador atingem 15,4%.

Como já foi mencionado, as UP Favelas/Conjuntos Habitacionais Populares e as demais áreas de favelas até aqui consideradas abrigavam apenas 8,8% dos moradores da cidade e menos de 3% de sua população votante nas eleições de 1996. Ao mesmo tempo, existe na cidade um número muito maior de

favelas/vilas/conjuntos, além das já consideradas, e que comportam, juntamente com estas, cerca de 451.135 moradores, ou seja, 21,6% dos habitantes da cidade, como já se mencionou também. Esse conjunto de áreas mais pobres concentra um total de 178 obras do OP, portanto, 33,8% do total de obras do OP aprovadas até 1996. Tendo em vista ampliar o escopo da análise até agora realizada e abranger uma proporção mais significativa de eleitores das áreas prioritárias na atuação do OP, optou-se por apurar, além dos resultados eleitorais já considerados, aqueles alcançados no conjunto de locais de votação situados a uma distância de até 100 metros das áreas de favelas e, na ausência desses, os locais de votação mais próximos, mesmo que fora do raio de 100 metros. Tal decisão justifica-se pelo suposto de que a ampla maioria dos moradores de vilas e favelas votam nesses locais mais próximos, em decorrência da grande escassez de locais de votação no âmbito das próprias favelas.

Foram identificados, nestas áreas, 108 locais de votação, aos quais compareceram 289.729 eleitores, que correspondem a 23,7% do número total de votantes do município.

Os dados da tabela 7, abaixo, mostram que a votação obtida pelos dois candidatos a prefeito identificados com o OP foi mais elevada no conjunto das regiões de favelas que nos dois subconjuntos anteriormente analisados - UP de Favelas/Conjuntos e áreas de favelas/conjuntos, contendo locais de votação - tendo atingido nas primeiras 57,6%, contra 55,5% nas segundas e 54,7% nas terceiras. Não obstante, tal como no caso dos dois subconjuntos considerados, ela continua aquém da votação por eles obtida no município como um todo, a saber 62,2%. E, como se apurou, o total de votos brancos e nulos no conjunto das regiões de favelas é de 43.149 (9.683 votos brancos mais 33.466 votos nulos), isto é, 14,9% do total de 289.729 votantes destas regiões. Isto indica um desinteresse também maior da população destas áreas pela eleição de prefeito, relativamente ao conjunto da cidade onde, como se viu, o percentual de votos brancos e nulos para prefeito é um pouco menor (13,7%).

TABELA 7

**VOTAÇÃO DOS CANDIDATOS A PREFEITO NAS REGIÕES DE FAVELAS E LOCAIS PRÓXIMOS
BELO HORIZONTE, 1996**

CANDIDATOS	FAVELAS/LOCAIS PRÓXIMOS	%	MUNICÍPIO	%
"Candidatos do OP"	142.369	57,6	658.390	62,4
Demais Candidatos	104.716	42,4	396.309	37,6
Total	247.085	100	1.054.699	100

Com referência à votação para vereadores, a tabela 8, abaixo, revela que os "candidatos do OP" mantêm uma votação significativa (24%) no conjunto das regiões de favelas, comparativamente aos demais candidatos. Este percentual, no entanto, está bem mais próximo do percentual de votos nominais por eles alcançado no município como um todo (22,7%), se comparado àqueles que foram atingidos nas duas subregiões de favelas/conjuntos habitacionais populares anteriormente analisadas (33% e 27,9%). Diminui, portanto, a preferência dos eleitores destas áreas pelos "candidatos do OP", comparativamente aos dois subconjuntos considerados antes, frente ao município como um todo. Mesmo assim, se levado em conta o total de votos nominais recebidos pelos 20 "vereadores do OP" eleitos (ver quadro 2, do Anexo), observa-se que 25% destes votos foram obtidos nas regiões de favelas/vilas/conjuntos, percentual este superior ao de eleitores do município votantes nestas áreas que, como foi visto acima, era de 23,7%.

TABELA 8

**VOTAÇÃO NOMINAL DOS CANDIDATOS A VEREADOR NAS REGIÕES DE FAVELAS E LOCAIS PRÓXIMOS
BELO HORIZONTE, 1996**

CANDIDATOS	FAVELAS/LOCAIS PRÓXIMOS	%	MUNICÍPIO	%
"Candidatos do OP"	49.708	24	203.183	22,7
Demais Candidatos	157.443	76	690.577	77,3
Total	207.151	100	893.760	100

Por fim, considerando que o PT é o partido político mais claramente identificado com a proposta do OP, parece interessante apurar a votação obtida pelos candidatos deste partido e confrontá-la com o total de votos alcançados pelos 64. Como se pode observar na tabela 9, abaixo, nas UP de Favelas/Conjuntos Habitacionais Populares os candidatos do PT (38), que constituem 59,4% dos “candidatos do OP”, obtêm apenas 17,7% dos votos do conjunto dos 64 candidatos; nos locais de votação situados em favelas/conjuntos esse percentual se eleva para 19,6%; no total das áreas de favelas/vilas/conjuntos populares, atinge 36,7%. Situa-se, portanto, sempre muito abaixo da participação numérica dos candidatos do partido no conjunto dos 64 vereadores. E também significativamente abaixo do percentual de 42,5% dos votos nominais alcançados pelos candidatos do PT frente aos que foram obtidos pelos 64, no município como um todo.

TABELA 9
**VOTAÇÃO NOMINAL DOS CANDIDATOS A VEREADOR DO PT NO CONJUNTO DOS
“CANDIDATOS DO OP”
BELO HORIZONTE, 1996**

CANDIDATOS	Nº	%	UP FAVELA/ CONJUNTO	%	LOCAIS DE VOTAÇÃO EM FAVELA/ CONJUNTOS	%	FAVELAS E LOCAIS PRÓXIMOS	%	MUNICÍPIO	%
Candidatos do PT	38	59,4	843	17,7	1.435	19,6	18.242	36,7	86.289	42,5
Demais “Candidatos do OP”	26	40,6	3.922	82,3	5.870	80,4	31.466	63,3	116.894	57,5
Total	64	100	4.765	100	7.305	100	49.708	100	203.183	100

Tais resultados indicam que o OP se constituiu, no decorrer da gestão petista, num recurso político mais benéfico para alguns candidatos de outros partidos do que para os candidatos do PT. E podem estar relacionados aos seguintes aspectos, dois dos quais já observados em trabalho anterior de avaliação do OP/BH.⁶

Primeiramente, é possível que a baixa votação dos candidatos do PT se deva ao fato de que, no decorrer da gestão do PT no município, houve grande dissociação entre a organização partidária local e a administração municipal, no que se refere às atividades do OP. De fato, só por ocasião da assembléia de abertura do OP 96, o terceiro que se realizava, é que a Executiva Municipal do PT decidiu-se por uma manifestação de apoio, através da distribuição de panfleto sobre a importância da iniciativa do governo municipal. Até então, a direção do partido havia se restringido a formular críticas, apontando o que considerava serem as principais limitações do OP/BH.⁷

Em segundo lugar, é inegável que durante os primeiros anos de implementação do OP ocorreu a recriação, nos espaços de atuação política por ele propiciados, de relações clientelistas entre os grupos populares participantes do OP e vereadores/candidatos originários de partidos políticos mais afeitos a este tipo de comportamento.⁸

Em terceiro lugar, o próprio fato de ter acontecido um rompimento da Frente BH Popular, que teve como resultado a apresentação à população de dois diferentes candidatos a prefeito identificados com o OP, pode ter contribuído para confundir os eleitores com menor nível de informação e afastá-los dos candidatos a vereador pelo PT, partido quase sempre retratado pelos meios de comunicação de massa como dado a dissidências e sectarismos.

⁶ SOMARRIBA, M. e DULCI, O. *op. cit.*

⁷ Ver SOMARRIBA, M. e DULCI, O., *op. cit.* p. 416-421.

⁸ *Idem*, p. 412-415.

Não obstante estes problemas apontados, que afetam o PT, a votação de legenda do partido no conjunto das regiões de favelas é bem significativa, embora não seja suficiente para compensar a baixa votação nominal obtida por seus candidatos a vereador: o partido recebeu nos 108 locais de votação analisados 6.912 votos de legenda, ou seja, 23,7% do total de votos de legenda (29.179) obtidos por todos os 25 partidos nestes locais. Este percentual torna-se ainda mais significativo quando se tem em mente que ele supera a já muito expressiva votação de legenda obtida pela Frente no conjunto da cidade – 30.274 num total de 139.073 votos de legenda dados a todos os partidos, ou seja, 21,7%.

3. Conclusões

Os resultados da votação para prefeito e vereador analisados acima apresentam certas ambigüidades do ponto de vista da confirmação ou refutação da hipótese orientadora da pesquisa.

De fato, no caso da votação para prefeito, os “candidatos do OP” obtêm, por um lado, a maioria dos votos nas regiões de favelas/vilas/conjuntos habitacionais populares quando comparados aos demais candidatos. Tal resultado constitui uma confirmação parcial da hipótese apresentada, uma vez que há uma associação positiva entre o voto nos candidatos identificados com o OP e a concentração de obras do OP nestas regiões mais pobres. Por outro lado, os dois candidatos referidos obtêm melhor votação nas outras áreas da cidade que receberam, proporcionalmente, um número menor de obras. Este segundo resultado comporta duas leituras, a segunda qualificando a primeira: a de que não há associação positiva entre o investimento maciço de obras do OP nas áreas mais carentes e a adesão dos eleitores destas áreas às candidaturas identificadas com o OP; a de que a inversão de prioridades realizada no âmbito do OP estaria sendo não apenas melhor conhecida, mas também avaliada de forma mais positiva pelos setores sociais que habitam as demais áreas da cidade, que possuem, supostamente, mais acesso a informações sobre a atuação do governo municipal, comparados aos moradores das áreas de favelas. Esta última leitura, à primeira vista ingênua, talvez ajude a entender a tendência, aqui delineada (e, ao que parece, mais claramente constatada em pesquisa em curso no Departamento de Ciência Política da UFMG), à concentração do voto de esquerda nos setores sociais médios.

Em direção similar podem ser interpretados os resultados acima discutidos sobre a incidência diferenciada de votos brancos e nulos entre os locais de favelas/vilas/conjuntos populares e o restante da cidade. Realmente, o maior percentual de votos brancos/nulos na votação para prefeito (assim como para vereador) nas regiões de favelas pode indicar apenas a maior dificuldade dos eleitores destas áreas para votar, decorrente de menor acesso a informações.

Com referência à votação para vereador, os resultados convergem mais claramente no sentido da confirmação da hipótese formulada no trabalho. De fato, a votação dos 64 “candidatos do OP” ao cargo de vereador segue uma tendência oposta à da votação para os dois candidatos a prefeito identificados com o OP: enquanto a votação dos candidatos a prefeito tende a crescer à medida que se amplia a área analisada – das UP de Favelas à cidade como um todo - a dos candidatos a vereador vai se tornando proporcionalmente menor. Esta inversão de tendências sugere que, embora o OP seja uma iniciativa mais afeta ao poder executivo, são os candidatos a vereador com ela identificados que conseguem obter mais dividendos político-eleitorais nos locais de maior concentração de obras definidas em seu âmbito. E, como revela a baixa votação obtida pelos candidatos do PT nas áreas de favelas, isto é particularmente verdadeiro para um conjunto de “candidatos do OP” pertencentes a partidos políticos em cujas plataformas está inteiramente ausente a proposta de Orçamento Participativo como modelo de gestão pública.

Por último, é necessário registrar que o conjunto das informações aqui analisadas diz respeito apenas aos primeiros anos de implantação do OP. Esse período, além de muito curto para provocar mudanças significativas na percepção dos eleitores, foi sabidamente marcado por atrasos freqüentes na realização das obras definidas no âmbito do OP. Após oito anos de desenvolvimento da experiência e diante do fato de que mais de 500 das pouco mais de 700 obras do OP já haviam sido entregues à população, à época do pleito municipal de 2000, torna-se interessante verificar se houve mudanças no comportamento eleitoral dos moradores que mais se beneficiaram das decisões do OP. ■

QUADRO 1

**FILIAÇÃO PARTIDÁRIA DOS CANDIDATOS A
VEREADOR IDENTIFICADOS COM O OP
BELO HORIZONTE, 1996**

VEREADOR	PARTIDO
Silvio Higino de Resende (Silvinho Resende)	PSD
Márcio Luiz da Silva Cunha	PMDB
Marcus Flávio de Las Casas Ignácio da Silva	PL
Joaquim Valentim Gomes	PPS
Wagner Messias Silva (Preto)	PFL
Pedro Gonçalves Martins	PPB
José Jurema Medeiros	PDT
Fátima Felix de Oliveira Assis	PSB
Geraldo Felix de Jesus	PMDB
Marco Aurélio Heilbuth Surette	PFL
Ovídio Teixeira Cardoso	PTN
José Domingos Filho	PL
João Gualberto Costa da Silva Filho	PTB
Osman Miranda de Sales	PMN
Maria da Conceição Pinheiro Silva	PSC
Mohamed Rachid Gariff	PST
Ronaldo Wagner Gontijo	PL
Célio de Cássio Moreira	PL
José Rodrigues Xavier	PTN
Carlos Alberto Gonçalves Becker	PT
Veronez Palomar Vargas Bueno	PT
Gustavo Tostes Gazzinelli	PT
Haroldo Dartagnan de Carvalho	PT
Maria do Rosário Caiafa Farias	PT
Ana Pascoal dos Anjos	PT
André Quintão Silva	PT
Mithoal Khalil Ahmad Othman	PT
João Ribeiro de Moraes	PT
Marcos Antônio Cardoso	PT
Normando Damasceno Afonso	PT
Alvino Custódio de Souza	PT

VEREADOR	PARTIDO
José Luiz de Andrade	PT
João César da Silva	PT
Maria de Fátima dos Santos Porto	PT
Haydée Magda Gonçalves	PT
Roberto Vieira de Carvalho	PT
Carlos Gomes Sampaio de Freitas	PT
João Bosco Senra	PT
José de Fátima Furbino	PT
Carlos Fernandes da Costa	PT
Lúcio Célio Guterres	PT
Neusa Aparecida dos Santos	PT
Oswaldo Dehon Roque Reis	PT
Antônio Thomaz Gonzaga da Matta Machado	PT
Rogério Correia de Moura Baptista	PT
Ismael de Araujo Rocha	PT
José Silvestre Coelho	PT
Francisco de Assis Maciel	PT
Arnaldo Augusto Godoy	PT
Cordel Espírito Santo Pinheiro	PT
Moisés Augusto Gonçalves	PT
Maria Ilma Ricardo	PT
Maria das Graças	PT
Elcio Ribeiro	PT
Edson Batista Nunes	PT
Tarcisio Ferreira	PT
Alberto Carlos Dias Duarte	PT
Bruno Barbosa	PCB
Guilherme dos Anjos Dumont	PV
José Raimundo Coelho	PV
Leonardo José de Mattos	PV
Paulo Augusto dos Santos	PC DO B
Maria do Socorro Moraes Vieira	PC DO B
Antônio Adônis Pereira	PSB

QUADRO 2
**VOTAÇÃO DOS “CANDIDATOS DO OP” ELEITOS, NAS REGIÕES DE FAVELAS E
 NO MUNICÍPIO
 BELO HORIZONTE, 1996**

VOTAÇÃO VEREADORES	REGIÕES DE FAVELA (A)	MUNICÍPIO (B)	% A/B
Silvio Higino de Resende (Silvinho Resende)	1545	6837	22,6
Márcio Luiz da Silva Cunha	1424	8696	16,4
Marcus Flávio de Las Casas Ignácio da Silva	891	4996	17,8
Joaquim Valentim Gomes	2753	4416	62,3
Wagner Messias Silva (Preto)	1473	6027	24,4
Geraldo Felix de Jesus	1021	5667	18,0
Ovídio Teixeira Cardoso	1034	3737	27,7
José Domingos Filho	2738	7786	35,2
João Gualberto Costa da Silva Filho	1401	6519	21,5
Osman Miranda de Sales	496	2985	16,6
Maria da Conceição Pinheiro Silva	1588	4903	32,4
Mohamed Rachid Gariff	2259	7807	28,9
Ronaldo Wagner Gontijo	1400	7218	19,4
Célio de Cássio Moreira	1242	6255	19,8
André Quintão Silva	835	4562	18,3
Rogério Correia de Moura Baptista	1357	6107	22,2
Alberto Carlos Dias Duarte	972	5476	17,7
Leonardo José de Mattos	1455	6234	23,3
Paulo Augusto dos Santos	2604	6057	43,0
Maria do Socorro Morais Vieira	893	5065	17,6
TOTAL DE VOTOS	29381	117350	25,0

ANEXO 5.5

Orçamento Participativo interno na Sudecap

Murilo de Campos Valadares
Superintendente - SUDECAP

Pelo segundo ano seguido, os trabalhadores da Superintendência de Desenvolvimento da Capital (**SUDECAP**), autarquia da Prefeitura de Belo Horizonte, tiveram acesso ao seu orçamento participativo interno, chamado **OPIS**. Com recursos a ser distribuídos no valor de R\$500 mil, o principal objetivo do **OPIS** é melhorar o desempenho da autarquia a partir de intervenções concretas no seu dia-a-dia.

Como em 1999, também este ano mais de 90% dos trabalhadores da SUDECAP participaram ativamente do processo do Orçamento Participativo Interno, que aprovou itens a serem aplicados em 2001.

Os funcionários da autarquia conquistaram no **OPIS 2000** qualificação profissional, equipamentos como computadores, softwares e impressoras, máquinas fotográficas digitais, um centro de documentação, laboratório técnico, sala de topografia, mobiliário de escritório e sala de lazer para os servidores. Já no OPIS 2001, os trabalhadores aprovaram qualificação profissional, equipamentos de campo, reforma da sala dos motoristas, equipamentos de informática, aquisição de livros técnicos, programa de prevenção contra alcoolismo e móveis e utensílios.

Como funciona

O formato do OPIS SUDECAP segue passos parecidos com o OP da PBH. Primeiro ocorre a abertura, aberta a todos os funcionários da autarquia. Depois é a vez das reuniões setoriais nas oito diretorias existentes na SUDECAP, além da Superintendência. Esse é o momento para analisar os resultados do OPIS do ano anterior e discutir metas e aplicações dos recursos para o próximo período. Nessa etapa são eleitos os delegados que, no OPIS SUDECAP, se dá de forma paritária. Metade gerentes, metade servidores.

O segundo passo são as caravanas de prioridades, aqui chamada de fórum preparatório. É nesse momento que são apresentadas as propostas das diretorias a todos os delegados. Esse é o momento onde é discutido e aprovado o regimento interno do fórum decisório.

O próximo passo é o fórum decisório, onde os recursos são definidos em plenária. Primeiro são formados grupos com delegados de todas as diretorias. Depois as propostas são apresentadas à plenária, compatibilizadas e votadas.

E se no OP existem as COMFORÇA, no OPIS SUDECAP há a Comissão de acompanhamento do OPIS (**COMOPIS**). De composição paritária, metade indicada pela direção da casa e a outra metade eleita no fórum decisório, é essa Comissão que comandará a viabilização das propostas aprovadas no fórum.

Comissão Conselho da Cidade – Um ano de uma experiência pioneira

Daniel dos Santos, Leri Faria Júnior, Maria Josefina Rodrigues Coelho, Maria Lúcia Pazzarotti Diniz Costa, Marieta Cardoso Maciel, Krumah Thompson Martins, Renato Sérgio Pereira Pina
Mesa Diretora da Comissão Conselho da Cidade

O processo de participação popular na definição das prioridades orçamentárias do município de Belo Horizonte culminou na Primeira Conferência da Cidade, realizada entre os dias 23 e 26 de setembro de 1999. Na Conferência foram apresentadas, apreciadas e votadas as prioridades eleitas pelos diversos setores sociais e econômicos participantes do OP Cidade e do OP Regional. Os mais de 700 delegados presentes na Conferência elegeram os seus representantes na Comissão Conselho da Cidade para um mandato de dois anos.

A Comissão Conselho da Cidade é uma proposta inédita e pioneira no Brasil. Sua missão é ampliar o espectro da participação popular na definição e no controle da execução de políticas públicas para Belo Horizonte.

O seu grande desafio é conseguir pensar a cidade como um todo, um todo vivo e dinâmico onde convivem concepções e interesses diversos, muitas vezes conflitantes. É criar um espaço totalmente novo para o exercício democrático da cidadania. Um lugar onde a cidade possa se reunir para discutir seus problemas sem mascarar seus conflitos, onde os representantes dos diversos segmentos sociais e econômicos da cidade possam manifestar os seus pontos de vista sem, no entanto, deixar de buscar os pontos de convergência para a construção de novas alianças visando o bem estar comum. A sua grande ambição é conseguir, de fato e de direito, se tornar um fórum permanente e fértil, que considere a pluralidade de idéias, conceitos e interesses que formam uma metrópole como a nossa e contribua para que a cidade seja um lugar mais acolhedor, mais justo e aprazível para todos.

Hoje comemoramos o primeiro ano de existência do Conselho da Cidade. E de fato temos motivos para comemorar, principalmente porque conseguimos superar os principais obstáculos iniciais e nos tornamos aptos a participar da construção de alguma coisa que pode vir a ser importante para a nossa cidade.

Afinal de contas, não é a simples edição de uma portaria que faz do Conselho da Cidade uma realidade. Ele precisa se constituir, definir as suas regras de funcionamento, encontrar códigos comuns de comunicação entre os seus pares tão heterogêneos, vindos de horizontes tão diversos. E este primeiro ano foi um ano de muito trabalho. Muito trabalho para obter o quorum mínimo exigido para a instalação e abertura dos trabalhos do Conselho, para construir e aprovar o seu Regimento Interno, para dissipar os equívocos e as falsas expectativas quanto às atribuições do Conselho e ao seu real poder de influir na definição das políticas públicas e no controle da sua execução na nossa cidade.

Hoje podemos dizer que tudo isso são etapas vencidas e com tudo isso, não podemos dizer que o Conselho da Cidade seja uma conquista sólida e perene, uma realidade adquirida e imutável. O nosso Conselho é uma realidade em permanente construção. A sua consolidação e o cumprimento das suas metas é tarefa de todos os cidadãos e cidadãs de Belo Horizonte e depende essencialmente do nosso desejo e do nosso empenho em mantê-lo vivo e dinâmico e fazê-lo prosperar.

O Conselho da Cidade conta hoje com uma infra estrutura mínima para o seu funcionamento e vem, aos poucos, se capacitando para exercer plenamente o seu mandato. Temos uma sede, onde funciona a Secretaria Executiva do Conselho. A sede é um ponto de referência permanente do Conselho com a cidade. É nela que a Mesa Diretora realiza as suas reuniões semanais, que os conselheiros podem buscar apoio logístico e subsídios para o trabalho das Comissões Temáticas. É ali o nosso ponto de encontro e é onde você poderá obter mais informações sobre o seu funcionamento.

A Comissão Conselho da Cidade está localizada na Rua da Bahia, 905 – Conj. 204/206 – Edifício Trianon - Telefone 3277 4174 - Telefax 3277 49 98 - E-mail: conselhocidade@ongnet.org.br



Revista da Secretaria Municipal de Planejamento

Prefeitura de Belo Horizonte

Av. Afonso Pena, 1212 – 4º andar – Centro – Belo Horizonte / MG

CEP: 30130-908 – Fone: (31)3277-4452/ 3277-6367

www.pbh.gov.br/siga/planejar

E-mail: ditsmpl@pbh.gov.br

ANO III, Nº 10 - DEZEMBRO/2000

Célio de Castro

Prefeito Municipal

Marcos Villela de Sant'Anna

Vice-Prefeito

Maurício Borges Lemos

Secretário Municipal de Planejamento

Gustavo Adolfo de Castro Vasconcellos

Secretário Adjunto de Planejamento

Regina Maria de Vasconcelos Costa

Coordenação do Conselho Editorial

Conselho Editorial

Fernando Antônio Amoni

Gustavo Adolfo de Castro Vasconcellos

Leonardo Pontes Guerra

Maria Auxiliadora Gomes

Maria Sílvia de Almeida Paz

Marina Coelho Xavier

Marlene Silva Melillo

Miriam Loureiro Dolabela

Mônica Maria Cadaval Bedê

Regina Maria de Vasconcelos Costa

Rodrigo França Ribeiro

Rosana Baccarini

Samy Kopit Moscovitch

Jornalista Responsável

Vilma Tomaz Ribeiro

Reg. Prof. Mtb/MG 2078

Redação

Aderbal de Freitas

Aléxia Luciana Freitas

Ana Maria de Mendonça

Cláudia Júlio Ribeiro

Deborah Carvalho Malta

Elizabeth Maria Filizzola Costa

José Henrique Fialho

Lenira Rueda Tibúrcio

Luiz Henrique de Oliveira Cunha

Maria Auxiliadora Gomes

Pedro Veríssimo da Rocha Neto

Regina Maria Vasconcelos Costa

Rodrigo França Ribeiro



Bibliografia

Revista Planejar BH - Nº. 6 - Fevereiro 2000

Revista Planejar BH - Nº. 4 - Agosto 1999

Memória do Orçamento Participativo - 94 a 97 - Prefeitura de Belo Horizonte - setembro/1996

Apoio Técnico

IPEAD-MG

Águida das Mercês Antunes

Ana Paula Benaton Gomes

Daniela Corrêa Soares

Darley Ribeiro Silveira

Fernanda Márcia Machado

Gláucia Machado de Araújo

José Mariano Lomasso Costa

Judith Caldas Vieira Gomes

Kessiane Goulart Silva

Maria Inês de Souza

Paula Romanelli Simões

Suzanne Felicie Levy

Revisão

José Henrique Fialho

Programação Visual / Diagramação

Rodrigo Maia

Impressão

Centro Gráfico da PBH

Gráfica & Editora Geraes (capa)

Tiragem

4000 exemplares